

**JOUBERT PAULO TEIXEIRA**

***Imagens e representações  
das memórias de uma cidade em formação:  
Santa Fé (1948-1961)***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, Linha de Pesquisa: Fronteiras, Populações e Bens Culturais, sob a orientação da professora Dr<sup>a</sup>. Sandra de Cássia Araújo Pelegrini, como requisito para a obtenção do título de mestre.

***Maringá  
2008***

Ouço vozes... vozes de pessoas que me chegam de tempos passados. Ouço... e suas vozes não saem de minha cabeça. Quero deixar de escrever e somente ouvi-las. Suas estórias me levam a um mundo que não conheci. Naquela Santa Fé de muito tempo atrás, vejo meu avô a arrancar troncos de árvores daquelas ruas empoeiradas. A impossibilidade de tê-lo entrevistado me amargura. Contudo não faltarão oportunidades para ouvir novamente suas estórias. Em um lugar onde o tempo é infinito.... (o autor).

## ***Resumo***

Nossa pesquisa tem por objetivo estudar, por meio da análise histórico-semiótica de fotografias, a materialização das memórias dos atores sociais santafeenses no período compreendido entre 1948 e 1961. A pressuposição de que as memórias e identidades são elementos constitutivos da cultura da cidade nos incitou à análise de variados tipos de documentos.

Extraír indicativos consistentes para operar nossos questionamentos nos levou a propor modalidades de leitura para a fonte fotográfica, transformada em documento. Dessa maneira, o resultado dessa investigação torna-se não só empírico, mas também conceitual e oferece ferramentas que poderão ser utilizadas por outros historiadores.

Analisamos as escolhas efetuadas por agentes históricos que em dado período construíram um espaço de sociabilidades. Assim, realizamos incursões pelas representações construídas em Santa Fé, tornando-se necessário também atender para as estratégias colocadas em prática pela imobiliária responsável pelo loteamento da cidade para atrair pessoas.

Frente a um universo repleto de contradições, tornou-se de relevante interesse em nossa pesquisa a retomada das vivências e experiências desses agentes sociais. Para tanto analisamos as relações entre história e memória, atentando para a fotografia enquanto “arte da memória”, pois só assim conseguimos entender a importância daquela na construção das memórias dos atores santafeenses e também o processo de monumentalização desse bem imaterial.

Aventurar-se por uma época na qual tais representações auxiliaram na construção de uma cidade, levando agentes sociais a colocarem em prática formas de sociabilidade e identidades guardadas em memórias materializadas por meio de fotografias implicou no questionamento das narrativas sobre a formação da região, como um espaço aberto a múltiplas possibilidades.

## ***Palavras-chave***

História – memórias – imagens – representações – Santa Fé/Pr

## **Agradecimentos**

A realização dessa pesquisa, bem como o longo caminho trilhado nesses últimos dois anos, contou com a preciosa colaboração de diversas pessoas e instituições. A consecução dos objetivos propostos perpassou a abdicação de muito da vida pessoal, contando assim com o respaldo e compreensão dos que amamos. Assim, mesmo correndo o risco de cometer a injustiça de não mencionar alguns nomes, gostaria de deixar aqui algumas palavras de agradecimento.

Primeiramente, um agradecimento especial à minha companheira de quase uma década, Vania, sem a qual não teria conseguido realizar as atividades que me propus ao longo da vida. Seu auxílio e compreensão levaram-me a caminhos que nunca imaginei percorrer, obtendo sucesso em todos eles. A ela dedico não só minha pesquisa, graduação ou mestrado, mas toda a minha vida.

Também gostaria de agradecer especialmente minha mãe, Maria, que foi em todos os sentidos meu braço direito, e esquerdo também, pois em muitos momentos cuidou de minha vida pessoal com profundo zelo. Seu amor foi incentivo constante para que continuasse em frente. Meu pai, José, com seu realismo costumeiro, fazendo-me pensar praticamente. O orgulho demonstrado por ele sempre me fez superar minhas próprias conquistas.

À minha orientadora, a Prof<sup>a</sup>. Sandra Pelegrini, por quem tenho profunda admiração intelectual. A amizade construída nesses anos levou-me a considerá-la como grande exemplo. Sua presença constante indicou caminhos frutíferos a percorrer.

Meu irmão, Jean, sempre pronto a ajudar. Meus avós Aparecida e Antonio, exemplos de vida e fonte de inspiração para minha pesquisa. Meus sogros, José e Vera, me acolheram em sua família. Meus tios, Luiz e Matilde, exemplos de apoio logístico. Todos merecem menção especial.

Sou grato ainda:

- à Prof.<sup>a</sup> Hilda Stadniky, exemplo de vida. Suas argüições e sugestões pertinentes auxiliaram-me muito. Suas aulas sempre foram momentos alegres e proveitosos;
- ao Prof. Éder Thomazella, pela cessão de materiais importantes para a realização de minha pesquisa;

- à todas as famílias que me receberam em suas casas, contribuindo com a cessão de fotografias ou por meio das entrevistas;
- ao senhor Eloy Rodrigues dos Santos e à Secretaria de Educação de Santa Fé, que cederam grande parte do material utilizado;
- a Capes, pela concessão de bolsa de mestrado na modalidade “Demanda Social”, o que auxiliou a realização da pesquisa.

Por fim, gostaria de agradecer a todos que participaram de minha vida nos últimos dois anos, contribuindo de uma forma ou de outra em meus estudos. O resultado de tais auxílios é apresentado nas páginas que se seguem.

## Sumário

### **Introdução**

<b>Click!: luz e sombra do passado .....</b>	<b>07</b>
----------------------------------------------	-----------

### **Unidade I**

<b>Uma estrada para Santa Fé .....</b>	<b>30</b>
----------------------------------------	-----------

1.1 Vendendo terras no “paraíso” .....	32
----------------------------------------	----

1.2 Uma semente do cristianismo .....	46
---------------------------------------	----

1.3 Um novo lugar para morar .....	60
------------------------------------	----

1.4 Uma terra... fértil? .....	71
--------------------------------	----

### **Unidade II**

<b>Fotografar: uma arte da memória .....</b>	<b>81</b>
----------------------------------------------	-----------

1.1 Os jardins do tempo .....	83
-------------------------------	----

1.2 A lenda do tempo perdido: a construção da memória pela fotografia .....	96
-----------------------------------------------------------------------------	----

1.3 O registro de práticas cotidianas: inter-relações entre trabalho e lazer .....	113
------------------------------------------------------------------------------------	-----

### **Unidade III**

<b>A saga dos “pés-vermelhos” .....</b>	<b>130</b>
-----------------------------------------	------------

1.1 A construção de um discurso .....	132
---------------------------------------	-----

1.2 Os Bandeirantes da nova geração e a busca do Eldorado .....	147
-----------------------------------------------------------------	-----

1.3 A “grande família” .....	165
------------------------------	-----

### **Considerações finais**

<b>Faces de uma memória imagética .....</b>	<b>176</b>
---------------------------------------------	------------

<b>Corpo documental .....</b>	<b>181</b>
-------------------------------	------------

<b>Bibliografia .....</b>	<b>183</b>
---------------------------	------------

<b>Anexos .....</b>	<b>189</b>
---------------------	------------

## ***Introdução***

### ***Click!: luz e sombra do passado***

Nosso objetivo consiste em entender, por meio de uma análise histórico-semiótica de fotografias<sup>1</sup>, a materialização das memórias dos atores sociais santafeenses no período compreendido entre 1948 e 1961, bem como as identidades construídas nessa época. Tal opção se justifica por partirmos do pressuposto de que essas memórias e identidades são elementos constitutivos da cultura e da história da cidade de Santa Fé. Desse modo, temos por objeto de estudo as memórias elaboradas na referida cidade em seu período formativo.

Nosso recorte temporal se explica pelo fato de o ano de 1948 representar o início da ocupação da cidade e o ano de 1961 delimitar o rompimento do discurso de união e fraternidade, ocasionado por conflitos políticos e representado pela substituição do pároco local.

Santa Fé, localizada no Norte Novo de Londrina e Maringá, na Região Noroeste do Paraná, foi fundada oficialmente em 1950, porém seu povoamento se iniciou em 1948, quando o Sr. Luiz Zapparolli adquiriu um lote de terras com 202,35 alqueires paulistas, equivalentes a 489,68 hectares, na Gleba Núcleo Santa Fé, distrito do município de Arapongas e comarca de Apucarana. Essa gleba fazia parte do lote n.º 14, desmembrado da colônia Nova Bahia, distrito de Rolândia. O senhor Zapparolli decidiu nesse ano montar um serraria na região, com vistas a fornecer madeira a diversas localidades, e também instalar uma imobiliária para vender os terrenos e formar uma cidade. Para essa empreita convidou seu cunhado, Lupércio Carezzato, e um amigo, Militão Bento França. Estes compraram a Imobiliária Santa Fé, alteraram seu nome para Imobiliária Carezzato e França e passaram a ditar os rumos da ocupação da cidade e áreas adjacentes.

A importância da pesquisa justifica-se pela ausência de produção historiográfica referente à cidade. Houve apenas um trabalho, de caráter memorialista, que, se por um lado contribuiu para a preservação de certos aspectos

---

<sup>1</sup> CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: \_\_\_\_\_. (orgs.) *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 397-399. Tendo em vista que a semiótica, em muitas de suas vertentes, não considerou os signos como elementos históricos, buscamos inseri-los na periodicidade, e assim construir nossa análise no âmbito de uma leitura isotópica, definida por Ciro Cardoso como a identificação do significado do conjunto da obra e não somente de seus signos isolados.

das reminiscências de diversos grupos santafeenses, por outro reproduziu o discurso oficial sem crítica alguma<sup>2</sup>. O supracitado trabalho enalteceu os feitos das famílias “tradicionais”, bem como gestões municipais ligadas ao círculo de convívio da autora.

Pesquisas semelhantes à que ora realizamos, no Brasil, foram realizadas por historiadores como Jeziel de Paula, a propósito da Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo, e por Ana Maria Mauad, que enfoca em sua pesquisa as representações sociais e os códigos de comportamento da classe dominante carioca na primeira metade do século XX, ambas tendo por fonte principal a fotografia<sup>3</sup>. Cabe mencionar que a semelhança a que nos referimos é considerada somente nos modos de utilização da fotografia, e não no objeto de estudo.

A nossa investigação buscou inovar as modalidades de leitura da fonte fotográfica, transformada em documento, construindo formas de extrair informações consistentes para a análise das “práticas e representações” de um dado processo histórico. Além disso, possibilitou a montagem de um acervo de centenas de fotografias no suporte digital, várias horas de entrevistas com agentes históricos que vivenciaram o tempo do acontecimento aqui estudado e a digitalização de uma película de 1950.

Diante da perspectiva de que essas fontes tendem a desaparecer ao longo do tempo, dada a finitude da vida humana, e de que suportes fotográficos e fílmicos se deterioram, contribuímos para sua preservação ao montar um acervo de documentos que se tornam cada vez mais raros ao longo dos anos. Se atualmente muitos estudiosos se referem a uma aparente facilidade em investigar as memórias de cidades de ocupação recente, devido à proliferação de documentos, é lícito dizer que tal facilidade não existirá por muito mais tempo.

Em outro aspecto, percebemos que até o presente momento se operou um equívoco, pois foi atribuído à Companhia Melhoramentos Norte do Paraná todo o processo de loteamento da região que compõe o chamado Norte Novo do Estado do Paraná, obscurecendo a ação de outros agentes sociais e atestando que as ações

---

<sup>2</sup> Trata-se do livro BRAMBILLA, Dulcilene. *Santa Fé revive sua história*. Snt. A autora é esposa do Sr. Pedro Brambilla, prefeito nas gestões 1983-88 e 1993-96; eleito novamente em 2004, teve seu mandato cassado em 2006. Seu filho, Fernando Brambilla, assumiu o cargo de prefeito por meio de uma nova eleição, realizada nesse ano.

<sup>3</sup> Vide DE PAULA, Jeziel. *1932: imagens construindo a história*. Campinas/Piracicaba: Unicamp, Unimep, 1998 e ANDRADE, Ana Maria Mauad de S. *Sob o signo da Imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX*. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF-CEG-ICHF, 1990.



aqui efetuadas originaram-se da referida Companhia. Na contracorrente da referida concepção, buscamos analisar a presença de outros atores que também contribuíram para a construção desse espaço social.

Para a consecução de nossos objetivos julgamos relevante explicitar conceitos como os de cultura, memória e imagem, imprescindíveis na análise das fontes fotográficas e filmicas utilizadas em nossa pesquisa.

O termo *cultura* foi cunhado a partir do século XVIII para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade. Imbuído do paradigma científico, o termo passou a ser entendido em sua acepção germânica - como os modos de vida rurais, de mudança lenta. Já o termo civilização, de origem francesa, referia-se às conquistas materiais, entendidas como altas culturas, que provocavam o progresso.

Como salienta Roque Laraia<sup>4</sup>, a própria palavra cultura, desde o século XIX, passou por centenas de definições, tanto que levou o antropólogo Clifford Geertz a reivindicar a restrição do conceito, no intuito de aumentar sua eficácia<sup>5</sup>. O historiador Carlo Ginzburg alertou-nos de que o emprego do termo cultura para definir o conjunto de atitudes, crenças e códigos de comportamento das camadas populares num dado período histórico deu-se de forma relativamente tardia, e foi informado pelos conceitos da antropologia cultural<sup>6</sup>.

Desse modo, pretendemos analisar nos signos materializados pelas fotografias relativos à cidade de Santa Fé as escolhas efetuadas pelos atores sociais, pois seus comportamentos, costumes e modos de pensar são produzidos em seu fazer-se em sociedade, e como ressalta François Laplantine, não são necessariamente iguais entre os grupos<sup>7</sup>.

O problema da suposição de uma unidade cultural foi há tempos questionado pelo historiador Edward P. Thompson. Este nos lembra que o termo cultura, evocando pelo consenso, pode servir para desviar a atenção das contradições sociais e culturais, ainda mais porque se tende atualmente a estender o sentido de tal conceito para uma variedade muito mais ampla de atividades<sup>8</sup>. Nesse sentido, Thompson nos alerta sobre o fato de a cultura ser um “termo emaranhado, que, ao

---

<sup>4</sup> LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p. 25-52.

<sup>5</sup> Vide GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

<sup>6</sup> GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 16.

<sup>7</sup> LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

<sup>8</sup> Vide THOMPSON, E. P. *Costume e Cultura*. In: \_\_\_\_\_. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

reunir tantas atividades e atributos em um só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas<sup>9</sup>.

Atualmente os historiadores da cultura vêm consolidando a rejeição desta como parte do chamado terceiro nível de experiência histórica, considerando-a como um fator preponderante da realidade histórica. Opondo-se às “teorias do reflexo”, afirmam que as relações econômicas e sociais não são anteriores às culturais, nem as determinam, mas são elas próprias campos de produção cultural. Rejeitando suposições de um universo simbólico unificado, atentam para as diferenças na apropriação e uso desses bens.

Nesse âmbito, conceitos defendidos pelos historiadores Carlo Ginzburg e Roger Chartier tornaram-se referenciais teóricos para a nossa pesquisa. As definições de práticas e representações de Chartier, bem como a noção de circularidade cultural de Ginzburg, constituíram conceitos-chave para o entendimento das relações culturais na cidade de Santa Fé.

Cabe lembrar que Chartier, embora no início de sua carreira tenha se vinculado à Escola dos *Annales* e à chamada Nova História Cultural, na década de 1990 passa a se questionar sobre o estudo da cultura, com vistas a

[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma dada realidade social é construída, pensada, dada a ler. [...] diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. [...] São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado<sup>10</sup>.

Por tais indicativos podemos inferir que a história cultural é capaz de tomar por objeto as representações do mundo social - que, por sua vez, traduzem as posições e interesses dos atores sociais -, e de procurar descrever a sociedade tal como ela é pensada ou como queriam que fosse concretizada. Chartier busca ressaltar o conceito de representação mediante a distinção entre o representante e o representado, de modo a dar visibilidade a uma coisa ausente<sup>11</sup>. Nesse sentido, a compreensão desse termo faria ver um objeto através de sua substituição por uma

---

<sup>9</sup> Idem. p. 22.

<sup>10</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990. p. 16.

<sup>11</sup> Idem. p. 20-22.

imagem capaz de reconstituí-lo em memória e de figurá-lo da forma como ele é, apoiando-se em determinadas convenções preestabelecidas socialmente.

Sob a ótica do autor, ao atentarmos para a construção sónica e para a existência de convenções partilhadas que regulam a relação do signo com o objeto, poderemos entender a questão da variabilidade e da pluralidade das representações do mundo social.

Assim Roger Chartier articula o conceito de representação em três aspectos interdependentes e relacionados ao mundo social: 1) a incorporação nos indivíduos, pelas representações coletivas, das divisões do mundo social, e a estruturação de esquemas de percepção a partir dos quais estes classificam, julgam e agem ante a delimitação chamada realidade social; 2) as formas de exibição do ser social ou do poder, reveladas pelos signos através da imagem e dos ritos expressos nas práticas que visam ao reconhecimento de uma identidade social vinculada a maneiras próprias de se estar no mundo, ou ainda, de explicitar um estatuto ou posição social; e 3) a presença de signos individuais ou coletivos representantes de uma identidade ou poder dotado de estabilidade e continuidade. Esses representantes sociais marcam de forma visível e reproduzível a existência do grupo, da classe ou comunidade<sup>12</sup>.

Nesse sentido, cabe retomarmos a definição de história cultural, proposta por Chartier como

[...] a análise do trabalho de representação, isto é, das classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo ou de um espaço. As estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal como não o são as categorias intelectuais e psicológicas; todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas<sup>13</sup>.

Para além das construções representativas, Ginzburg definiu a cultura como um horizonte de possibilidades latentes às ações individuais; “uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um”<sup>14</sup>. Em uma época em que equipes inteiras se propunham à análise serial das idéias, Ginzburg consolidou a possibilidade de reconstrução da cultura de um dado período histórico

---

<sup>12</sup> Ibidem. p. 23.

<sup>13</sup> Ibidem. p. 27.

<sup>14</sup> GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Op. cit. p. 25.

a partir de um estudo singularizado, atento aos limites de sua ação. O método qualificado por ele como indiciário propicia o acesso à cultura por meio da investigação sobre dados marginais, não raro negligenciados pela historiografia, mas capazes de indicar-nos relações surpreendentes<sup>15</sup>.

Ao buscar um dimensionamento do conceito de cultura, Ginzburg rejeitou noções anteriormente consagradas, por exemplo, a de “mentalidade coletiva” segundo as quais se evocava consenso e unificava-se a sociedade<sup>16</sup>. Partindo destas premissas o autor utilizou em seus estudos o conceito de cultura popular, frisando que uma análise que considere os grupos sociais é preferível a uma que seja interclassista.

Ginzburg, um dos expoentes da metodologia denominada “microistória”, buscou resolver o problema da relação entre a cultura letrada e a cultura popular em seu livro “O queijo e os vermes”<sup>17</sup>, que se tornou um marco da historiografia mundial. Ao buscar inspiração nos processos de filtragem cultural estudados por Bakhtin<sup>18</sup>, o historiador atentou para a filtragem de elementos da cultura letrada por parte de um “obscuro herege do século XVI” perseguido pela Inquisição.

Desse modo, analisou o conflito existente entre os dois universos culturais, todavia percebeu a recíproca influência que perpassa ambos. É a propósito desta dinâmica entre os níveis culturais popular e erudito que Ginzburg propôs o conceito de circularidade cultural – muito valoroso para a análise do objeto da presente pesquisa, pois se ocupa da interpretação das práticas de interação entre a cultura dominante e a popular, filtradas através dos valores próprios da cultura oral.

Ginzburg admite que os meios de apreender a cultura popular, predominantemente oral, são duplamente indiretos, pois as fontes que discorrem sobre ela são escritas e registradas por indivíduos ligados às classes dominantes. Assim, Ginzburg salienta o cuidado de se distinguir a cultura “produzida pelas

---

<sup>15</sup> \_\_\_\_\_ . *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

<sup>16</sup> Sobre esse aspecto é relevante atentar para LE GOFF, Jacques. As mentalidades, uma história ambígua. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (orgs.) *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 68-83.

<sup>17</sup> A referência à obra em questão é GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Op. cit. A primeira publicação se deu em 1976 na Itália, pela Editora Einaudi.

<sup>18</sup> Vide BAKHTIN, Mikhail M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 2002.

classes populares” daquela “imposta às classes populares”. Todavia, ele frisa que não é pelo fato de uma fonte ser indireta que ela não deve ser utilizada<sup>19</sup>.

O historiador Roger Chartier discorda de qualquer visão que se baseie em uma dicotomia entre cultura popular e cultura erudita, e ainda propõe uma visão abrangente, mas não homogênea, de cultura. Ao rechaçar o que chamou de “tirania do social”, na qual divisões sociais prévias precedem à apropriação dos bens culturais, ele valoriza as dimensões da cultura expressas na produção e consumo culturais, independentemente das divisões sociais de classe.

Sob a ótica de Chartier, o historiador deve compreender as modalidades diferenciadas pelas quais os conjuntos culturais dados como “populares” são apropriados, uma vez que “o ‘popular’ não está contido em conjuntos de elementos que bastaria identificar, repertoriar e descrever”. Para ele, “antes de mais nada”, é preciso perceber os tipos de relações e modos de utilizar objetos ou normas “que circulam na sociedade, mas que são recebidos, compreendidos e manipulados de diversas maneiras”<sup>20</sup>.

Em suas afirmações fica explícita a dificuldade em identificar um nível cultural a partir de um conjunto de objetos ou práticas. Todavia ele admite, mesmo que não a nomeie diretamente, que a “circularidade cultural” proposta por Ginzburg pode contribuir para a elucidação dessa problemática, pois afirma que os historiadores devem reconhecer que os níveis culturais são conjuntos mistos, que reúnem, em uma meada difícil de desembaraçar, elementos de origens diversas<sup>21</sup>. Nesse sentido, conclui ser preponderante identificar a maneira como, nas práticas e representações culturais, se imbricam diferentes formas culturais.

Outro conceito vital para a interpretação de Chartier é o de apropriação, tomada como prática produtora de sentido diferenciada por determinações sociais, institucionais e culturais e dependentes das relações entre textos, impressões e modalidades de leitura<sup>22</sup> - leitura esta que, para Chartier, não é passiva, mas sim, inventiva e criadora.

Como expõe o autor, não há uma relação direta e transparente entre o ato de ler e o texto, sendo que este não pode existir fora dos objetos que o oferecem à

---

<sup>19</sup> GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Op. cit. p. 17.

<sup>20</sup> CHARTIER, Roger. Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.08. n. 16, 1995, p. 179-192. p. 184

<sup>21</sup> \_\_\_\_\_. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Op. cit. p. 56.

<sup>22</sup> Idem. p. 26.

decifração. Assim, as práticas por meio das quais o leitor se apropria do texto são social e historicamente variáveis. Afirma que “os textos não são depositados nos objetos, manuscritos ou impressos, que o suportam como em receptáculos, e não se inscrevem no leitor como o fariam em cera mole”<sup>23</sup>. Portanto, a compreensão da leitura deve se situar no cruzamento entre leitores dotados de competências específicas, situados em um dado espaço social, e textos cujos significados se encontram dependentes dos dispositivos discursivos e formais. Assim sendo, a relação de produção de sentido entre o texto e o leitor é sempre móvel.

Podemos concluir, junto com Chartier, que a representação construída pelo autor de um texto ou fotografia é uma dentre várias possíveis, não encerrando em si a verdade permanente da obra. Por essa via, podemos inferir que todo artefato cultural posto em circulação torna-se objeto de uma leitura construída por atores sociais que, sem tomar o lugar do criador, constroem algo novo, combinando os fragmentos retidos com base em esquemas de classificação incorporados<sup>24</sup>. Assim, ao mesmo tempo em que permite múltiplas interpretações, está sujeito às competências à disposição de seus leitores<sup>25</sup>.

Não obstante, Chartier reconhece certa tensão entre a liberdade do leitor e os condicionamentos a ele impostos pelo produtor da obra. Como também ocorre na fotografia, as modalidades de construção do documento influenciam a leitura. São estratégias que visam ao direcionamento a determinadas interpretações, mesmo que nem sempre bem-sucedidas. Assim, “o leitor encontra-se sempre inscrito no texto, mas, por seu turno, este inscreve-se diversamente em seus leitores”<sup>26</sup>. Essas estratégias incidem sobre as formas materiais por meio das quais o texto ou a imagem se apresentam ao ambiente social.

Outro conceito que se torna primordial discutir em nossa pesquisa é o de memória. Atentando para sua importância no enraizamento identitário, o historiador Jacques Le Goff salientou o fato de que “tornar-se senhores da memória e do esquecimento” tem sido uma das grandes preocupações dos indivíduos e dos grupos nas diversas sociedades históricas<sup>27</sup>.

---

<sup>23</sup> Ibidem.

<sup>24</sup> Ibidem. p. 61

<sup>25</sup> No caso da imagem é interessante atentar para a obra JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Campinas: Papyrus, 1996, principalmente nas páginas 41 a 49.

<sup>26</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Op. cit. p. 123.

<sup>27</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1996. p.422.

Devemos ter claro que a memória é caracterizada tanto pelos acontecimentos vivenciados pessoalmente quanto por aqueles dos quais o indivíduo não participou, mas que pertencem ao seu círculo de convívio, envolvendo pessoas, personagens e lugares<sup>28</sup>. Segundo Alessandro Portelli, cada indivíduo extrai memórias de uma variedade de grupos e as organiza de forma idiossincrática<sup>29</sup>.

Nunca é demais lembrar que a memória é construída socialmente e “pode ser compartilhada (razão pela qual cada indivíduo tem algo com que contribuir para a história ‘social’)”<sup>30</sup>. Mas, como bem lembra Portelli, essa memória é materializada nas reminiscências dos indivíduos, tornando-se “memória coletiva” quando abstraída ou separada do sujeito através de ideologias, linguagens ou supostos sentidos comuns; portanto, a própria memória se define como um campo de enfrentamentos e lutas sociais. O autor salienta ainda a importância de procurarmos oposições não somente entre campos de memória, mas também dentro deles. Assim, clama pela ampliação do conceito de “memória dividida”, no intuito de não apenas analisar as oposições entre grupos portadores de dada memória, mas também de estudar a pluralidade fragmentada de diferentes memórias.

Cabe-nos salientar que, para Michael Pollack, a construção da memória, materializada nos documentos e bens culturais tangíveis ou intangíveis, está relacionada à constituição das identidades individuais e grupais regidas por critérios de aceitabilidade, admissibilidade e credibilidade do sujeito em relação a si próprio e aos seus pares<sup>31</sup>; e mais, para ele a “referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis”<sup>32</sup>.

Como expõe Pollack, a memória sofre flutuações em função da época em que está sendo articulada, sendo as preocupações desse momento elementos constituintes na estruturação dessa memória. Como afirma o autor, “a sua organização em função das preocupações sociais e políticas do momento mostra que a memória é um fenômeno construído”; e esclarece: “Quando falo em

---

<sup>28</sup> POLLACK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 05, n. 10, 1992, p. 200-212. p. 202.

<sup>29</sup> PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 127.

<sup>30</sup> Idem. p. 127.

<sup>31</sup> POLLACK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*. Op. cit. p. 205.

<sup>32</sup> \_\_\_\_\_. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 02, n. 03, 1989, p. 03-15. p. 09.

construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é, evidentemente, o resultado de um verdadeiro trabalho de organização<sup>33</sup>.

A esse propósito podemos então concluir que há um jogo entre o dito e o não-dito, zonas de sombras e silêncios. As fronteiras entre lembranças reprimidas inconscientemente, o esquecimento definitivo e as lembranças não são estanques, elas estão em constante deslocamento. É esse jogo que define e põe em movimento as memórias coletivas e as memórias ditas subterrâneas<sup>33</sup>.

Para que possamos explicitar o referencial teórico que norteou nossa pesquisa é de vital importância discutirmos também o conceito de imagem, haja vista que as fotografias de Santa Fé e o filme produzido pela Imobiliária Carezzato e França constituem fontes fundamentais para o presente estudo. Nesse caso, a primeira questão a ser interpretada diz respeito à interação entre imagem e referente na era da informática. Considerada por alguns como tão importante quanto a invenção da escrita, a imagem na era da informática substitui a idéia de “janela” pela possibilidade de penetrar no interior da imagem, provocando a redefinição de conceitos como o de tempo, espaço, conhecimento e fruição.

Torna-se complicado atestar uma possível veracidade da imagem quando falamos da fotografia digital. Mais que trucagens, inserções ou exclusões, fala-se atualmente de imagens sem referente, pois elas são mescladas em um compósito inexistente no universo real. Somente isso já deveria bastar para os historiadores se libertarem de conceitos superficiais em relação à imagem e deixarem de tomar como base a mimese e de utilizar categorias de análise inadequadas como realismo, aparência ou fidelidade.

Cabe perguntar: podemos dizer que a imagem evoca a realidade? Para representar o mundo é necessário um arcabouço de esquemas que elabore e interprete a realidade. Como expõe Neiva Júnior, “as coisas representadas não explicam a imagem; esta é aquilo que a invoca”<sup>34</sup>. A imagem, segundo ele, exige que sua representação seja feita a partir de um esquema que reformule a experiência visual. Não há subordinação ao real: a imagem assume o visível tanto pelo objeto que substitui como pela imagem que de fato é.

---

<sup>33</sup> \_\_\_\_\_, Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*. Op. cit. p. 09. (grifos do autor).

<sup>34</sup> NEIVA JÚNIOR, Eduardo. *A imagem*. São Paulo: Ática, 1994. p. 13.



O autor, ao indicar essa capacidade da imagem de apontar para as coisas, salienta sua semelhança com a propriedade de referência da língua - daí muito se falar em ler uma imagem. Todavia, como ele ressalta, os elementos disponíveis para os atos lingüísticos são finitos; cedo ou tarde se repetem os sons, ao passo que a imagem prolifera sem que haja um horizonte que a limite. Para que ocorra a sua existência é necessária consciência, pois reconhecer uma imagem já é julgá-la em nossos esquemas perceptivos. A própria representação é construída de tal forma que, ao percebermos uma imagem, já a representamos. Dessa maneira, a imagem nos parece autônoma, porque se confunde com o real mas não se subordina a ele.

Martine Joly, na obra “Introdução à análise da imagem”, expõe que o conceito “imagem” comporta uma grande diversidade de significações, todavia esse aspecto não nos impede de compreendê-la. Segundo a autora, a imagem

[...] indica algo que, embora nem sempre remeta ao visível, toma alguns traços emprestados do visual e, de qualquer modo, depende da produção de um sujeito: imaginária ou concreta, a imagem passa por alguém que a produz ou reconhece<sup>35</sup>.

Diante disto, advoga que considerar a imagem como uma mensagem visual composta por diversos tipos de signos equivale a concebê-la como uma ferramenta de expressão e comunicação; assim, “é possível admitir que uma imagem sempre constitui uma *mensagem para o outro*, mesmo quando esse outro somos nós mesmos”<sup>36</sup>. Para além dessa função, a imagem pode ser considerada como uma produção humana que visa estabelecer relação entre o homem e o mundo<sup>37</sup>.

A imagem nos faz perceber uns objetos em relação aos outros. Assim sendo, nós os dispomos e os notamos em diferentes perspectivas de distância e proximidade. Todo objeto é representado sobre um fundo que atua sobre ele como um contexto espacial, no qual agrupamos ou dispersamos os espaços entre eles.

Isso é o que Aumont chama de “bidimensionalidade da imagem”<sup>38</sup>. Por meio de exemplos esse autor mostra como em uma fotografia há a compreensão de um arranjo espacial, semelhante a uma cena real, em uma imagem plana. Essa imagem pode ser percebida, de forma simultânea, como fragmento de uma superfície plana e como fragmento de um espaço tridimensional. Enquanto a superfície plana é um

---

<sup>35</sup> JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Op. cit. p. 13.

<sup>36</sup> Idem. p. 55. (grifos da autora).

<sup>37</sup> AUMONT, Jacques. *A imagem*. Campinas: Papyrus, 2006. p. 79-81.

<sup>38</sup> Idem. p. 61 e seguintes.

objeto que pode ser tocado, a percepção da imagem como porção de um mundo em três dimensões existe somente pela visão. Nesses termos, o autor assinala que:

As imagens são portanto objetos visuais muito paradoxais: têm duas dimensões mas permitem que nelas se vejam objetos em três dimensões (esse caráter paradoxal está ligado, é claro, ao fato de que as imagens mostram objetos ausentes, dos quais elas são uma espécie de símbolo: a capacidade de reagir às imagens é um passo em direção ao simbólico<sup>39</sup>.

Desse modo, ele termina por concluir que se faz necessário separar a percepção das imagens de sua interpretação, pois enquanto a primeira é um processo próprio da espécie humana, devido à estrutura do olho e do cérebro, somente mais aprimorado em algumas sociedades, a segunda é construída diferentemente entre as sociedades.

Consequimos então, a partir do que foi dito anteriormente, buscar entender um pouco mais o efeito de analogia presente nas imagens. A representação por analogia é uma convenção, sendo que a mimese não surge naturalmente, dependendo de convenções de tal maneira interiorizadas que passamos a acreditar em uma suposta naturalidade. Cria-se assim a necessidade de uma referência. Se não reconhecemos o objeto representado, nos frustramos durante o ato interpretativo. A imitação não é o traço primeiro da imagem, pois a unificação das formas visuais em um todo coerente depende do leitor<sup>40</sup>.

O processo de construção do signo, materializado nas diversas imagens (fotográficas ou fílmicas), torna-se uma forma de representação, pois como salienta Martine Joly, o signo percebido está no lugar de outro objeto, e é esta a particularidade do signo, “estar ali, presente, para designar ou significar outra coisa, ausente, concreta ou abstrata”<sup>41</sup>. Destarte, a construção do signo se dá a partir do momento em que deduzo uma significação que depende de minha cultura, assim como do próprio contexto de surgimento do signo.

É justamente a interiorização de formas e objetos no âmbito social que nos faz supor sua naturalidade. Podemos afirmar que a imagem não se distingue de imediato de seu referente, uma vez que a percepção do significante exige acuidade na leitura e reflexão.

---

<sup>39</sup> Ibidem. p. 66.

<sup>40</sup> NEIVA JÚNIOR, Eduardo. *A imagem*. Op. cit. p. 5-30.

<sup>41</sup> JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Op. cit. p. 33.

São essas convenções que nos dão a certeza do que sabemos ou esperamos vir a conhecer. Dúvidas sobre o conhecimento já foram apontadas por Bertrand Russel<sup>42</sup>, para quem a nossa experiência acumulada nos faz ter certas expectativas em relação ao mundo. Sob essa ótica, ressalta alguns problemas relevantes para o estudo da imagem, como, por exemplo, o das cores. Seria possível atingirmos a absoluta certeza na identificação das cores, considerando-se que nem todos as verão da mesma forma?

Ficamos igualmente desorientados quando nos defrontamos com objetos ambíguos, que induzem a interpretações distintas. Entretanto, Aumont sugere que a forma como interpretamos as imagens está diretamente relacionada ao nosso repertório cultural.

[...] Um adulto acostumado com as imagens supõe sempre que a luz vem do alto da imagem, mesmo quando esta está invertida; por isso, se uma foto das crateras da lua for olhada ao avesso, elas serão vistas não como cavidades, mas como uma espécie de inchaços da superfície<sup>43</sup>.

O hábito de observar as imagens de modo analógico nos leva a apreciar mal esse fenômeno, relacionando-o a um ideal de semelhança perfeita entre a imagem e o referente. Além do mais, quando vemos uma imagem, nosso cérebro tende a “completá-la”, atribuindo-lhe elementos que não estão presentes nela, mas que podemos deduzir ou tornar próximos, analogicamente, por meio de um princípio de maior probabilidade<sup>44</sup>.

O efeito de analogia advém dos significados e convenções oriundos de uma dada sociedade. Assim, os modos de representação são incorporados pelo indivíduo ao longo de sua trajetória de vida, orientando-o na leitura do sistema simbólico da cultura à qual pertence. Ao atribuímos significado a uma fotografia, exploramos relações de semelhança e contraste com outras imagens conhecidas por nós ao longo da vida que integram nosso repertório intelectual, mas os princípios de coerência e de distinção presentes na imagem podem sugerir processos próximos à “ilusão”. Nessa direção, Aumont, chama a atenção para o seguinte argumento:

---

<sup>42</sup> RUSSEL, Bertrand. Aparência e realidade. In: *Os problemas da filosofia*. Disponível em site [www.blackmask.com](http://www.blackmask.com), [www.cfh.ufsc.br](http://www.cfh.ufsc.br), [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br) ou ainda programas como o E-mule. Acesso em Jan/2007 nos idiomas português, inglês e espanhol. Nos referidos sites pode-se fazer download em e-book da obra completa.

<sup>43</sup> AUMONT, Jacques. *A imagem*. Op. cit. p. 65.

<sup>44</sup> Idem. p. 198.

[...] Em regra geral, a ilusão será tanto mais eficaz quanto mais for buscada nas formas de imagens socialmente admitidas, até desejáveis – o que quer dizer que a finalidade da ilusão é claramente codificada socialmente<sup>45</sup>.

Seguindo os indicativos de Martine Joly, devemos levar em conta o contexto da imagem, sua historicidade e suas especificidades culturais, para podermos compreendê-la melhor. Isso porque o referido produto constitui-se um meio de expressão e de comunicação que nos remete às lutas pela imposição de uma representação de mundo, no âmbito de nossa cultura, bem como nos informa sobre o processo de materialização de memórias, preponderante na construção das identidades.

Além do entendimento dos conceitos anteriormente citados, torna-se crucial explicitar os princípios metodológicos que nos auxiliaram no tratamento de nossas fontes, haja vista as especificidades dos documentos utilizados, que são uma narrativa fílmica, forma de complementar nosso entendimento sobre os documentos fotográficos, nossas fontes principais. Além disso, utilizamos entrevistas orais e matérias jornalísticas para a compreensão do período estudado.

Sendo assim, cabe mencionar primeiramente o tratamento dispensado ao documento fílmico. Utilizamos-nos do filme produzido pela empresa Rossi Filmes, da cidade de Londrina/Pr, em 1950, a pedido da Imobiliária Carezzato e França, responsável pelo loteamento da região de Santa Fé<sup>46</sup>.

O processo utilizado para alterar o suporte das imagens fílmicas em fotografias, para assim inseri-las na seqüência narrativa, pautou-se no fato de possuímos essa película digitalizada tanto no formato AVI (editável) quanto Mpeg2 (formato lido por aparelhos de dvd). Com o objetivo de atingir melhor nitidez, utilizamos o programa *Adobe Premiere 2.0*, para, a partir do formato AVI, exportar as imagens selecionadas para *frame*, tornando possível seu tratamento imagético no programa *Adobe Photoshop CS2* e sua conversão de bitmap para Jpeg. Em nível amador esse processo pode ser feito por meio do recurso *snapshot* do programa

---

<sup>45</sup> Ibidem. p. 98-99.

<sup>46</sup> Em 1996 a prefeitura municipal, na gestão do Sr. Pedro Brambilla, confeccionou uma película que retomava imagens do filme de 1950, ao mesmo tempo em que registrava aspectos da cidade naquele momento. O objetivo era realizar uma comparação entre o período inicial da ocupação da cidade e o ano de 1996, enaltecendo os feitos de tal administração.

Cyberlink PowerDvd, porém há perda de nitidez, mais sensível por tratar-se de um filme de 1950.

Como expõe Sandra Pelegrini, a utilização de tal fonte pressupõe seu entendimento “como uma forma de manifestação das percepções humanas, inserida no âmbito das práticas e representações culturais”, e não como uma verdade incontestável. Nesse sentido, é “lícito atentar para o filme como uma mensagem simultaneamente complexa e mista, comportando diferentes níveis de matérias significantes e envolvendo não só imagens, mas também sonoridade, roteiros, montagens, movimentações de câmeras ou seleção de tomadas”<sup>47</sup>.

Sua descodificação, segundo a interpretação de Cardoso, relaciona-se “com a historicidade das convenções, espécie de ‘contrato tácito’ – variável no tempo – entre quem produz o filme e quem o vê, sem o qual não se cumpririam as significações segundo certos padrões”<sup>48</sup>. Nesse sentido, ao utilizar o filme “Cidade Santa Fé” para a compreensão do processo de materialização de memórias na referida cidade, devemos considerar os aspectos narrativos e construtores de certas representações. Como afirmou Pelegrini:

A leitura da operação audiovisual pressupõe a descoberta do seu engendramento e a percepção de técnicas desenvolvidas com o intuito de despertar distintos sentimentos no telespectador, embora mobilize núcleos emocionais que extrapolam o âmbito puramente racional<sup>49</sup>.

Essa afirmação permite à autora salientar a necessidade de atentarmos primeiramente para a tomada da imagem na composição fílmica, sendo esta a unidade principal desse tipo de documento. Podemos acrescentar ainda a composição do quadro e a música, que, segundo Sandra Pelegrini, constituem as bases de sustentação da narrativa fílmica. “Esses elementos fortalecem a narrativa, capacitando-a a suscitar emoções, empatia ou aversões”<sup>50</sup>.

---

<sup>47</sup> PELEGRINI, Sandra de Cássia A. História e imagem: a ficção teatral e a linguagem cinematográfica. In: PELEGRINI, Sandra de Cássia A. e ZANIRATO, Sílvia H. (orgs.) *Dimensões da imagem: abordagens teóricas e metodológicas*. Maringá: Eduem, 2005. p. 125.

<sup>48</sup> CARDOSO, Ciro F. e MAUAD, Ana Maria. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.) *Domínios da História*. Op. cit. p. 413.

<sup>49</sup> PELEGRINI, Sandra de Cássia A. História e imagem: a ficção teatral e a linguagem cinematográfica. In: PELEGRINI, Sandra de Cássia A. e ZANIRATO, Sílvia H. (orgs.) *Dimensões da imagem: abordagens teóricas e metodológicas*. Op. cit. p. 126.

<sup>50</sup> Idem. p. 130.

Enquanto o elemento musical só pode existir na narrativa fílmica, o enquadramento ocorre tanto na fotografia quanto no filme, porém com uma diferença considerável: a existência de um “extracampo” imagético, definido por Aumont da seguinte forma:

[...] O fora-de-campo na imagem fixa permanece para sempre não visto, sendo apenas imaginável; na imagem mutável, ao contrário, o fora-de-campo é sempre suscetível de ser desvelado, seja por um enquadramento móvel [...], seja pelo encadeamento com outra imagem<sup>51</sup>.

Quanto à narrativa fotográfica, cumpre destacar, segundo a acepção de Boris Kossoy<sup>52</sup>, que esta tem características próprias, que não correspondem exatamente à realidade que envolveu o assunto registrado no contexto passado. Kossoy defende o conceito de uma segunda dimensão presente na fotografia: a do documento, construída culturalmente por meio de escolhas. Assim, elenca os elementos constitutivos da imagem, os componentes que tornam possível a construção material da fotografia. Primeiramente, ele os divide em três: o assunto que é o objeto de registro, a tecnologia que viabiliza o ato fotográfico e, por fim, o fotógrafo, aquele que constrói a fotografia por motivos pessoais ou profissionais, mas que o faz por meio de um processo imbuído culturalmente.

Sem dúvida, há na imagem fotográfica elementos indissociavelmente incorporados que tornam possível a confecção da fotografia, a saber, os componentes de ordem material, os recursos técnicos, ópticos, químicos ou eletrônicos. Existem também os componentes de ordem imaterial, que são os mentais e culturais, sobrepondo-se aos primeiros no processo de criação da fotografia.

A análise das imagens escolhidas para nossa pesquisa nos levou a considerar a fotografia tanto como um testemunho quanto como uma representação, pois, como destacou Kossoy<sup>53</sup>, o observador deve atentar para o fato de que, apesar de partir do real como matéria-prima, a fotografia perpassa uma construção embasada pela visão de mundo dos agentes envolvidos.

---

<sup>51</sup> AUMONT, Jacques. *A imagem*. Op. cit. p. 227.

<sup>52</sup> KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. Cotia: Ateliê Editorial, 2002. p. 22.

<sup>53</sup> Idem. p. 76.

A própria ação de copiar uma imagem do mundo real implica o ato de fabricar, pois sendo a interpretação um ato consciente, selecionamos um aspecto do real a ser reconstruído sob uma ótica particular. Essa construção a partir de um dado referencial irá adquirir sentido na medida em que nossos semelhantes compartilhem dos signos utilizados por nós neste ato de comunicação.

Uma afirmação desse tipo implica dizer que a significação da mensagem fotográfica é determinada culturalmente, não se impondo de forma natural para todos os receptores em qualquer sociedade. A recepção da mensagem expressa na imagem leva o leitor a ser introduzido nos códigos de leitura de uma dada formação social. Se em nossa sociedade vemos as imagens de modo natural é porque somos iniciados desde pequenos nessa prática. Não raro, a imagem é tomada como suporte para o aprendizado da linguagem.

Dessa maneira, é valiosa a constatação de Philippe Dubois sobre o caráter indicial da fotografia relacionado à cultura<sup>54</sup>, pois há distinção entre “sentido” e “existência” na fotografia. O que ele chama de “foto-índice” afirma a existência daquilo que representa, todavia não diz nada sobre o sentido da representação; ou seja, a referência não é natural e direta. Somente como índice<sup>55</sup> a fotografia não seria mais que um atestado de sua própria existência, não falaria mais do que sobre si mesma. Para Dubois, nós passamos ao universo da representação quando participamos do contexto de enunciação da imagem enquanto fenômeno cultural.

Da mesma forma, Kossoy advoga que é justamente no oculto da imagem fotográfica, nos atos e circunstâncias à sua volta, na própria forma como foi empregada, que poderemos decifrar seu significado. Para ele, “resgatando o ausente da imagem compreendemos o sentido do aparente, sua face visível”<sup>56</sup>. O historiador, impossibilitado de presenciar *in loco* seu objeto de estudo, atua assim como um detetive. Partindo de pistas e indícios presentes na imagem fotográfica

---

<sup>54</sup> DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Campinas: Papyrus, 1994. p. 52.

<sup>55</sup> Para um esclarecimento do conceito de índice ver JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Op. cit. p. 32-40, na qual a autora destaca a possibilidade da fotografia transitar entre os três conceitos propostos pelo semiótico Charles Sanders-Peirce: entre ícone, índice e símbolo. O ícone constitui uma das características do documento fotográfico cujo intuito é evocar (querer demonstrar outra coisa que não a si próprio). Ora, se a imagem se parece com alguma coisa é porque ela não é essa coisa. Quanto ao índice, por meio do processo de registro do referente na câmera fotográfica (por meio da emissão de raios de luz do objeto), mantém uma relação causal de contigüidade física com o que representa. E finalmente, o símbolo pressupõe que, se o documento fotográfico é compreendido por outras pessoas além de seus produtores, é porque existem entre eles algumas convenções culturais. Como podemos perceber, o documento fotográfico não é um signo puro, homogêneo.

<sup>56</sup> KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. Op. cit. p. 135.

para operar sua análise ele transita do visível para o inteligível, pois, como sugere Pierre Francastel, quando nos defrontamos com uma imagem nos é propiciado um meio de reconhecimento do fato material e uma possibilidade de reconhecimento de sua significação<sup>57</sup>.

Com base no que afirmamos anteriormente, devemos procurar na mais tênue expressão dos personagens captados pelas lentes da câmera fotográfica os indícios que sugiram um “algo mais”. A observação de um detalhe quase imperceptível pode indicar ações humanas. O historiador Carlo Ginzburg nos alerta que são os pequenos gestos os mais reveladores<sup>58</sup>. Partindo de pistas, indícios do passado presentes na fotografia, conseguimos sondar uma “realidade” pertinente a tempos pretéritos.

Em um universo de mais de quinze mil fotografias<sup>59</sup> digitalizamos duzentas e vinte delas, relativas a diversos momentos da história da cidade. Em nossa pesquisa utilizamos 31 fotografias<sup>60</sup> do período compreendido entre os anos de 1948 e 1965. A escolha dos documentos seguiu a abordagem temática de cada unidade.

Um terceiro grupo de fontes utilizado no presente trabalho foram matérias jornalísticas presentes na “Revista do Café”, datada de 1952, e no “Jornal Pulsando”, publicado em 1977 pela Diocese de Apucarana, Estado do Paraná, enfocando o período de ocupação da cidade de Santa Fé, na década de 1940.

O primeiro aspecto a se considerar em um órgão de publicação regular, seja este uma revista ou um jornal, diz respeito à sua materialidade, pois, como salientou Tânia de Luca, “as diferenças na apresentação física e estruturação do conteúdo não se esgotam em si mesmas, antes apontam para outras, relacionadas aos sentidos assumidos pelos periódicos no momento de sua circulação”<sup>61</sup>. Segundo a autora, os aspectos que envolvem a materialidade do documento jornalístico não possuem nada de natural, mas nos conduzem, ao historicizá-las, à análise das escolhas efetuadas, ou seja, às funções sociais desses impressos. Diante disto

---

<sup>57</sup> FRANCASTEL, Pierre. *A imagem, a visão e a imaginação: objeto fílmico e objeto plástico*. Lisboa: Edições 70, 1983. p. 55.

<sup>58</sup> GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais*. Op. cit. p. 143-179.

<sup>59</sup> Quantidade referente ao mapeamento realizado ao longo de dois anos de pesquisa em diversas instâncias como PIBIC, PIC e Projetos de Pesquisa/CNPq.

<sup>60</sup> Não computamos aqui as imagens do filme “Cidade Santa Fé”, pois mesmo que tenhamos alterado seu suporte de fílmico para fotográfico, com vistas a inseri-lo na seqüência discursiva, sua análise continuou seguindo o documento original.

<sup>61</sup> DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 132.



salienta a impossibilidade de se dissociar o conteúdo jornalístico do local ocupado pela publicação em dada época. Dessa maneira, cabe questionar como e por que certo periódico elegeu tal notícia como digna de chegar ao público.

Para além da materialidade, Tânia de Luca conclui pela necessidade de se “identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial [e] inquirir sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros”<sup>62</sup>.

Por fim, cabe-nos refletir sobre os princípios metodológicos que nortearam a construção da fonte oral nesta pesquisa. A adoção do conceito de memórias (no plural), anteriormente aquilatado, tornou-se indiscutivelmente necessária para a realização das entrevistas orais, forma de complementar nossa percepção sobre o período formativo de Santa Fé, objeto de nosso estudo. Deparamo-nos com esses aspectos durante os diálogos, com questões elaboradas a partir de um roteiro centrado no cotidiano, no campo e na cidade, e também na sociabilidade.

A supracitada estrutura se manteve dialeticamente aberta a novos caminhos, pois sabemos que, sendo a narrativa o alicerce da oralidade, ela se constitui no momento da entrevista; portanto, “ao contar suas experiências, o entrevistado transforma o que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido”<sup>63</sup>. Esse seqüenciamento, segundo Verena Alberti, irá depender das circunstâncias do encontro e do modo pelo qual a pessoa inquirida percebe seu interlocutor. Durante o colóquio, quando se solicita ao ator social que narre suas vivências é criada uma situação artificial, pois a narrativa oral, ao contrário do texto escrito, não costuma ser feita para o registro.

Nesse contexto, efetuamos sete entrevistas, que se somaram a outras quatro, realizadas por autoria de outrem em data próxima ao final dos anos 1980, as quais se encontram publicadas na obra “Alguns pontos da história de nossa terra”, de autoria de Sérgio Macedo. Com esse material conseguimos totalizar em nossa pesquisa onze entrevistas. Todos os colóquios realizados em nosso estudo encontram-se gravados em formato digital, tendo seu áudio devidamente melhorado, com vistas a manter fidelidade ao original. A transcrição obedeceu ao princípio de preservação de conteúdo, embora, buscando-se uma maior fluência na leitura, tenham sido eliminadas repetições excessivas.

---

<sup>62</sup> Idem. p. 140.

<sup>63</sup> ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. Op. cit. p. 171.

Para nós, a história oral foi tomada como uma metodologia que estabelece procedimentos de trabalho e elos entre a teoria e a prática<sup>64</sup>, propiciando a construção de uma fonte que nos informou tanto pelas suas falas quanto por seus silêncios. Como argumenta Alberti, a capacidade de a entrevista contradizer generalizações sobre o passado amplia a percepção histórica, e nesse sentido, permite a “mudança de perspectiva”<sup>65</sup>.

Não obstante, como alerta a autora, entre gravar entrevistas e delas tirar conclusões consistentes para os objetivos de uma pesquisa há uma grande distância. Um caminho profícuo, segundo suas assertivas, é atentar para as condições de sua produção, pois, sendo colhida *a posteriori*, constitui-se em uma fonte intencionalmente produzida.

Ora, do mesmo modo que uma autobiografia, podemos dizer que uma entrevista de História oral é, ao mesmo tempo, um relato de ações passadas e um resíduo de ações desencadeadas na própria entrevista. Com uma diferença, é claro: enquanto na autobiografia há apenas um autor, na entrevista de História oral há no mínimo dois autores – o entrevistado e o entrevistador<sup>66</sup>.

Sobre as escolhas dos personagens a serem inquiridos, em decorrência do nosso próprio recorte temporal, optamos por privilegiar os primeiros moradores da região de Santa Fé, vindos na década de 1950. A quantidade de entrevistas a realizar não foi uma decisão tomada *a priori*, mas definida com o avançar das investigações. Recorremos então ao conceito de ponto de saturação, definido como

[...] um momento em que as entrevistas acabam por se repetir, seja em seu conteúdo, seja na forma pela qual se constrói a narrativa. Quando isso acontece, continuar o trabalho significa aumentar o investimento enquanto o retorno é reduzido, já que se produz cada vez menos informação<sup>67</sup>.

Tendo por base esses conhecimentos, buscamos através da oralidade complementar nossa leitura sobre as fontes fotográficas e a fílmica, ao mesmo

---

<sup>64</sup> LOZANO, Jorge Eduardo A. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Op. cit. p. 16.

<sup>65</sup> ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. Op. cit. p. 166.

<sup>66</sup> Idem. p. 169.

<sup>67</sup> Ibidem. p.174.

tempo em que desvelamos sua maior riqueza, qual seja, permitir o estudo das formas como as pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas.

Assim sendo, outra conceituação que se faz necessária relaciona-se aos princípios de variação de escala na pesquisa histórica e de estratégia social, o que nos remete, devido ao nosso próprio objeto de análise, às tendências de cunho microistórico.

Diante disto, o primeiro problema consiste na questão da generalização, pois não se pode atingir a totalidade a partir de uma soma das partes ou sua multiplicação. Como indica Lepetit:

As conclusões que resultam de uma análise realizada numa escala particular não podem ser contrapostas às conclusões obtidas numa outra escala. Elas não são acumuláveis a não ser sob a condição de levar em conta os níveis diferentes nos quais foram estabelecidas<sup>68</sup>.

Essa interpretação nos leva a considerar a impossibilidade de inserir de forma unívoca as identidades constituídas em Santa Fé no contexto de construção do discurso do “Norte do Paraná”<sup>69</sup>; o cotejamento entre elas é o melhor caminho até o momento. Devemos, ao considerar a escala, atentar para as fatias de uma realidade maior, que um processo particular pode revelar a partir de seus múltiplos contextos. O estudo, de início desenvolvido sobre um fenômeno singular no tempo e espaço, segue para quadros explicativos menos diretamente extraídos do acontecimento; destarte, ao partir de uma escala em nível microanalítico, os historiadores manejam, na verdade, dimensões muito diferentes.

Como expõe Sandra Pesavento, reduzindo o campo de investigação, os historiadores conseguiram experimentar uma análise mais intensa, realizando uma leitura e uma abordagem do social diferentes. Por essa via conseguiram analisar

---

<sup>68</sup> LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques (org.) *Jogos de escalas*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p.101.

<sup>69</sup> O esclarecimento desse conceito pode ser encontrado em TOMAZI, Nelson Dacio. *Norte do Paraná: histórias e fantasmagorias*. Tese de doutoramento. Curitiba: UFPR, 1997. Nesta obra o autor argumenta ser tal discurso uma construção representativa que busca escamotear conflitos existentes na região em prol de uma imagem consensual, com vistas a criar uma identidade própria ao norte-paranaense, vinculando toda a área em questão à Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, responsável por boa parte da venda de terras.

“situações específicas, ações individuais, acontecimentos precisos, redes capilares de relações, mas sem perder de vista a realidade mais global”<sup>70</sup>.

Segundo o entendimento de Jacques Revel, para que uma proposta como a da microistória fosse possível, tornaram-se preponderantes vários tipos de redefinições<sup>71</sup>. Houve, primeiramente, uma redefinição dos pressupostos da análise socioistórica, na qual o recurso a sistemas classificatórios explícitos foi substituído pela atenção aos comportamentos por meio dos quais as identidades se constroem ou se deformam. Outra redefinição se centrou na estratégia social, pois a análise microistórica passa a contemplar a pluralidade dos destinos particulares, procurando restituir um espaço de possibilidades, aproveitadas em função dos recursos de cada indivíduo ou grupo no interior de um espaço social.

Torna-se fulcral em estudos do tipo microanalítico a atenção às estratégias dos indivíduos. Busca-se expor, por meio da redução de escala, a relação entre determinado sistema de regras e determinações históricas e as ações dos indivíduos inscritas nela – e que as alteram. Nesse sentido, um dos objetivos é analisar

[...] as escolhas que fizeram ou deixaram de fazer os agentes históricos dentro da margem de liberdade pessoal que lhes podia tocar, quer em relação a episódios específicos, quer em relação ao quadro normativo do mundo em que estavam inseridos<sup>72</sup>.

Assim, toda ação social é vista como o resultado de escolhas diante de uma realidade que é normativa, mas não deixa de oferecer amplas possibilidades às interpretações e às liberdades pessoais.

Exposto o referencial teórico que norteia nossa pesquisa, trataremos na Unidade I das atividades da Imobiliária Santa Fé, bem como de seus artifícios propagandísticos para a venda de lotes. Ressaltaremos as representações acerca do progresso em Santa Fé como um novo lugar para morar, objetivando entender a oposição entre cidade e natureza, na medida em que era necessária a transformação do meio ambiente. Também buscaremos discutir o conceito de terra fértil como forma de atrair pessoas para a localidade. Analisaremos as implicações

---

<sup>70</sup> PESAVENTO, Sandra J. Esta história que chamam de micro. In: GUAZZELLI, César A.B. et al. *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: UFRGS, 2000. p. 214.

<sup>71</sup> REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas*. Op. cit. p. 26-28.

<sup>72</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002. p. 129.

relacionadas ao conceito de trabalho. Atentaremos igualmente para a relação existente entre religião, sociabilidade e propaganda.

Na Unidade II buscaremos retomar vivências e experiências que, silenciadas até o presente momento, tornaram-se foco de interesse de nossa pesquisa. Para tanto analisaremos as relações entre história e memória, atentando para a fotografia enquanto “arte da memória”, pois só assim conseguiremos entender a importância daquela na construção das memórias dos atores santafeenses e também o processo de monumentalização desse bem imaterial. Diante disto, objetivamos analisar a materialização da memória nas fotografias produzidas no período compreendido entre os anos de 1948 e 1961 e alguns aspectos dos costumes dos atores sociais que se fizeram presentes.

Na Unidade III empreenderemos a análise da relação do discurso “Norte do Paraná”, reiterado por diversos intelectuais, com a conjuntura de formação da região, tentando cotejá-lo com aspectos que se fizeram evidentes ao longo da pesquisa. Tornou-se necessário também levantar questionamentos sobre a representação que se construiu sobre a região como um local de fronteira, aberto a múltiplas possibilidades, o que contribuiu para a reiteração de heroicidade dos primeiros moradores, na visão tradicional. Salientamos ao final a construção da imagem de fraternidade que incidiu sobre as relações sociais entre os moradores da região de Santa Fé, bem como suas fissuras, ciosamente ocultadas.

Vamos nos aventurar por uma época na qual tais representações auxiliaram na construção de uma cidade, levando agentes sociais a colocar em prática formas de sociabilidade e identidades guardadas em memórias materializadas por meio de fotografias. Tentaremos assim atuar como arqueólogos, analisando as diferentes camadas de memória que estão cristalizadas nos documentos fotográficos santafeenses e subsistem no tempo presente.

# ***Unidade I***

## ***Uma estrada para Santa Fé***

A foto? Não acreditar (demais) no que se vê. Saber não ver o que se exhibe (e que oculta). E saber ver além, ao lado, através. Procurar o negativo no positivo, e a imagem latente no fundo do negativo. Ascender da consciência da imagem rumo à inconsciência do pensamento. Refazer de novo o caminho do aparelho psíquico-fotográfico, sem fim. Atravessar as camadas, os extratos, como o arqueólogo. Uma foto não passa de uma superfície. Não tem profundidade, mas uma densidade fantástica. Uma foto sempre esconde outra, atrás dela, sob ela, em torno dela. Questão de tela. Palimpsesto.  
(Philippe Dubois)

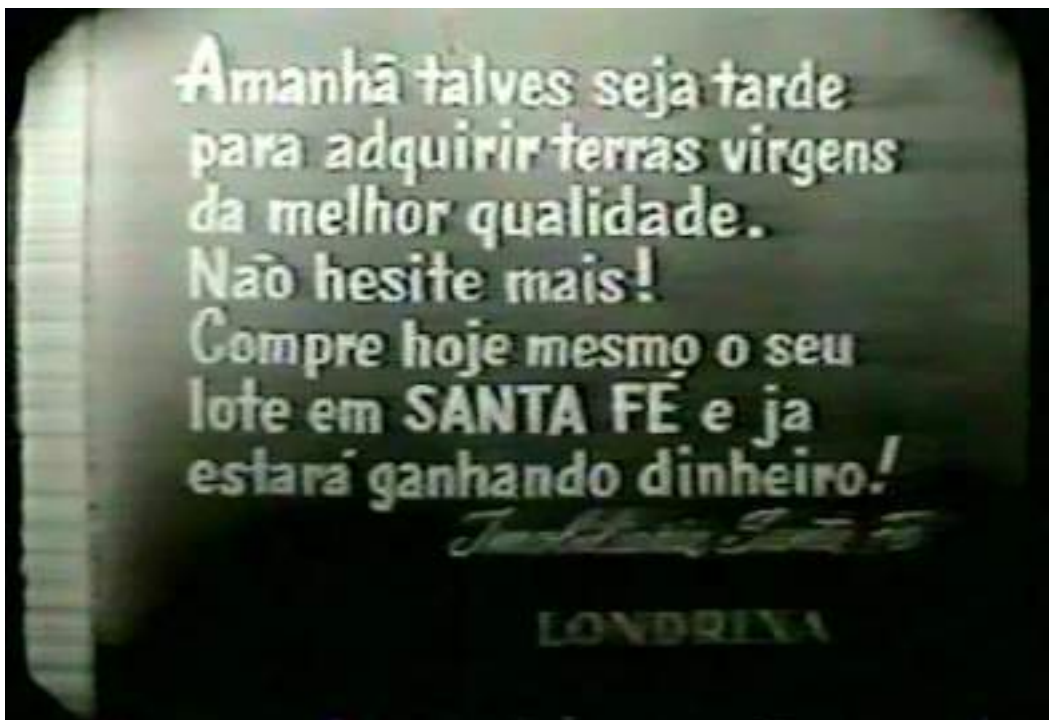


Imagem 1-Tomada de cena do Filme Cidade Santa Fé<sup>73</sup>. Exibida aos 29min e 20s.  
Autoria: Rossi Filmes  
Data: 1950

\*

[...] Quem nos dias de hoje [1949] viaja confortavelmente de automóvel ou jardineira até esta cidade em formação [Santa Fé], não faz a menor idéia das lutas e dificuldades enfrentadas pelos chefes da firma Carezzato e França. A história começou a 25 de março de 1948, quando os senhores Lupércio Carezzato e Militão Bento França, ativos trabalhadores e desejosos de vencer na luta pela vida, vieram ver as terras em um “pé-de-bode”, gastando cinco dias de Londrina até aqui, em uma viagem cheia de peripécias. Já tinham em seu poder a opção para a compra de uma grande área, e por isso desejavam percorrê-la demorada e cuidadosamente, para saberem com segurança o que estavam comprando para lotear e revender mais tarde a terceiros.

Tiveram que abrir as primeiras picadas na mata virgem, o senhor Carezzato com uma foice e o senhor França de machado em punho, o que fizeram com ânimo forte e cada vez mais entusiasmados com o alto padrão das terras. Sentindo muita sede, saíram à procura de água, encontrando o Ribeirão do Ó, de água abundante e límpida. Na ânsia de matar a sede o senhor Carezzato leva um tombo espetacular. Mas a água é realmente gostosa e fresca, e os dois se sentem à vontade. O senhor Lupércio Carezzato, depois de satisfeita a sede, acha tempo para apreciar as flores selvagens. Enquanto que o senhor Militão França não pronuncia palavra, de tão satisfeito por serem as terras banhadas por um ribeirão de água tão boa.

Tão enlevados estavam que não notaram ter o dia chegado ao seu fim, e os dois se perderam na mata. O único recurso era fazer uma pequena fogueira e passar a noite ali mesmo. Dando balanço no

<sup>73</sup> O filme *Cidade Santa Fé* foi produzido pela empresa Rossi Filmes da cidade de Londrina/Pr no ano de 1950. A película tem aproximadamente 30min. PxB. Son.

que possuíam encontram no maço o último cigarro, e ele foi dividido fraternalmente e aproveitado até o fim<sup>74</sup>.

Belíssima história, caso não se tratasse de uma construção datada do ano de 1950 e presente em filme propagandístico produzido pela empresa Rossi Filmes de Londrina, a mando da Imobiliária Carezzato e França, no intuito de alavancar as vendas de terrenos na cidade de Santa Fé.

Com efeito, a narrativa supracitada se insere no âmbito do processo de ocupação das fronteiras. A construção e fixação de um discurso que deve ser lembrado como algo importante implica a deflagração de uma luta pela memória que se inicia durante o tempo do próprio acontecimento, aberto a diversas possibilidades de construção, em um espaço vazio, também à espera da ação humana. Como bem o lembra Gilmar Arruda:

Nas pequenas cidades de fronteira erguidas contra a natureza, não existe propriamente um passado a que se remeter. O ato da fundação do urbano é, por excelência, o ato primordial que cria a sociedade local. Ter participado, ter estado presente, ter dado continuidade ao ato de fundação, o surgimento do urbano são alguns dos aspectos importantes na narrativa sobre a história dessas cidades<sup>75</sup>.

A região de Santa Fé encontrava-se nos planos de concessões do Governo do Paraná muito antes de 1948, quando, em 1928, o engenheiro civil Antônio Alves de Almeida foi encarregado de construir uma estrada de rodagem. No final de 1928 quarenta dos setenta quilômetros que ligavam Porto Afonso Camargo, na margem esquerda do rio Paranapanema, à cachoeira Santa Fé, no rio Bandeirantes do Norte, já estavam prontos.

### 1.1 Vendendo terras no “paraíso”

Em 24 de abril de 1941, o governo do Estado concedeu ao senhor José César de Millo Sampaio cerca de cinqüenta e sete mil metros quadrados em um lote na região de Santa Fé, sob o título de compra de terras devolutas (o que nos remeterá, em passagens futuras, à visão que o governo tinha dessas terras), constando como

---

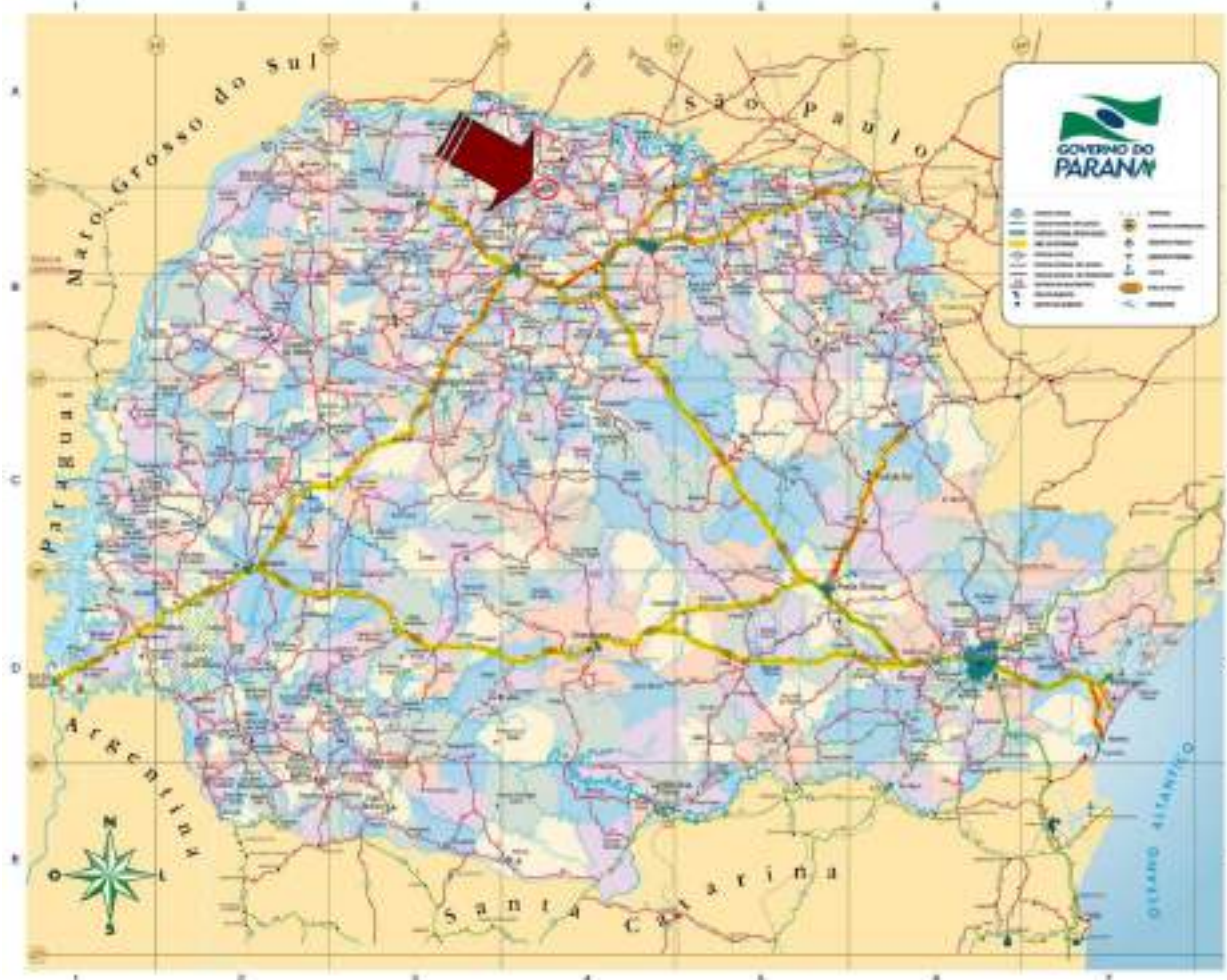
<sup>74</sup> *Cidade Santa Fé*. [Filme]. Rossi Filmes. Londrina. 1950. 30 min. PxB. Son.

<sup>75</sup> ARRUDA, Gilmar. Monumentos, *semióforos* e natureza nas fronteiras. In: ARRUDA, Gilmar (org.). *Natureza, fronteiras e territórios*. Londrina: Eduel, 2005. p. 10.



lote de número 14. Em maio de 1945, o senhor Urbano Lunardelli, proprietário agrícola residente em Londrina, comprou estas terras de Sampaio. A gleba em questão constava oficialmente como núcleo Santa Fé<sup>76</sup>.

O mapa abaixo retrata a localização da cidade de Santa Fé frente ao Paraná e à região do Norte Novo de Londrina.



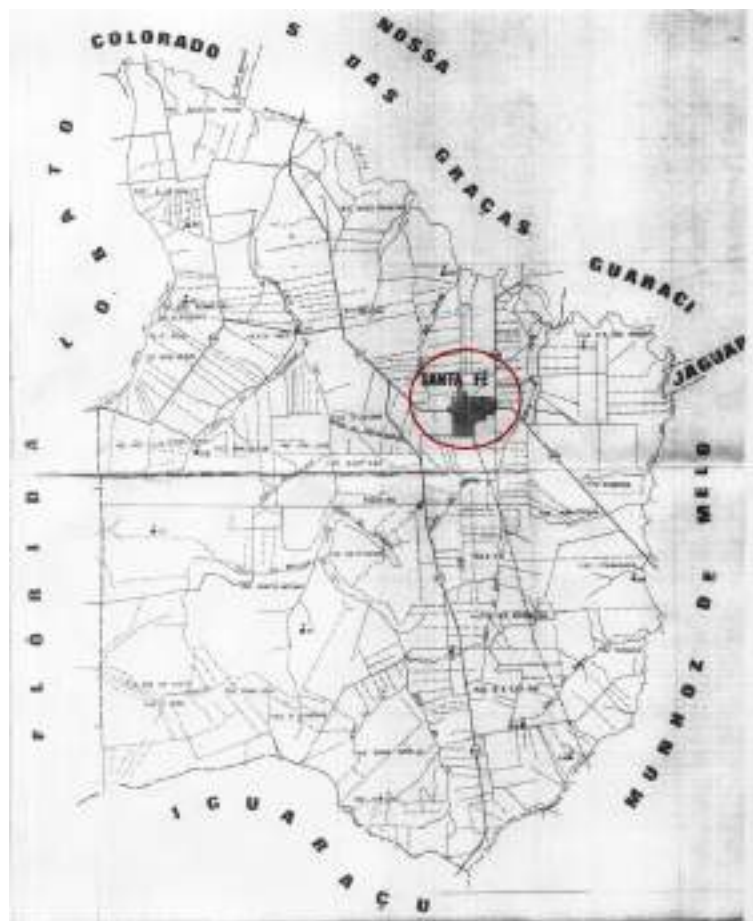
No mapa a seguir podemos vislumbrar uma área mais circunscrita, retratando a cidade de Santa Fé e as urbes vizinhas.

---

<sup>76</sup> Estes dados foram sistematizados por Dulcilene Brambilla em livro de sua autoria, com o título *Santa Fé revive sua história*. Podem ser encontrados também em diversos documentos da época, presentes em arquivos de diversas instituições e fotocopiados pela referida autora e também pelo professor de Geografia Éder Thomazella, morador da cidade. Realizamos fotocópias desses documentos para esta pesquisa.



O mapa ao lado denota a localização da cidade, a área do município e suas fronteiras.



Em 1948 Luiz Zapparolli adquiriu um lote de terras com 202,35 alqueires paulistas, equivalentes a 489,68 hectares, na Gleba Núcleo Santa Fé, distrito do município de Arapongas e comarca de Apucarana. Essa gleba fazia parte do lote n.º 14, desmembrado da colônia Nova Bahia, distrito de Rolândia. O senhor Zapparolli decidiu nesse ano montar uma serraria na região, com vistas a fornecer madeira a diversas localidades. Decidiu também instalar uma imobiliária para efetuar a venda de terrenos e assim formar uma cidade. Para essa empreita convidou seu cunhado, Lupércio Carezzato, e um amigo, Militão Bento França, que logo compraram a empresa de vendas de lotes de Zapparolli, passando a ditar os rumos da ocupação da cidade. Segundo dados do filme, em 1949 já haviam adquirido pouco mais de mil alqueires para lotear<sup>77</sup>. Alocaram a imobiliária no segundo andar do edifício Vânia, sala 14, prédio de número 605 da Avenida Paraná, na cidade de Londrina.



Imagem 2 - Tomada de cena do filme Cidade de Santa Fé. Exibida a 1min e 53s.  
Autoria: Rossi Filmes  
Data: 1950

As primeiras cenas da referida película retratam a cidade de Londrina como uma das mais prósperas do Brasil, sede de poderosas organizações que ditavam os

---

<sup>77</sup> Os referidos senhores continuaram adquirindo terras e atuando como loteadores, levando o município a totalizar a área 12.014,04 alqueires paulistas, equivalentes a 29.074 hectares. A cidade ocupava, em data próxima ao ano 2000, a área de 1155,52 hectares, computadas as adjacências de expansão. O município ocupa atualmente a área referida anteriormente.

rumos da ocupação no Norte do Estado do Paraná e atingiam altos índices de riqueza, comparáveis aos maiores do mundo. Na imagem acima, vemos retratada a saída de dois carros do edifício no qual se localizava a imobiliária, rumo às terras da cidade de Santa Fé. Segundo a película, tratava-se de uma comitiva de interessados em comprar lotes da dita imobiliária.

Os novos donos da imobiliária, atentos aos hábitos de lazer da época, perceberam grandes possibilidades de lucros na venda de lotes por meio da exibição de filme propagandístico em cinemas de diferentes cidades. Exibindo tais imagens cinematográficas poderiam atrair investidores para o local, alavancando seu crescimento. Assim, contrataram a empresa Rossi Filmes, também alocada na cidade de Londrina, para que registrasse os flagrantes do desbravamento da cidade a partir de 1949, seus planos de crescimento, as melhorias, e também os eventos realizados até o ano de 1950. A ênfase do filme centrou-se, no entanto, na fertilidade do solo local, na “bênção divina” que representava e nos aspectos relativos a um futuro promissor.

Além do filme, segundo relatos do próprio senhor Lupércio Carezzato, confeccionaram um “luminoso” com as seguintes informações: “Santa Fé – venda de datas e lotes – interessados procurar a Imobiliária Santa Fé”. Colocaram esse luminoso no alto da edificação que abrigava as Casas Buri, em Londrina, um estabelecimento comercial daquela época.

Não obstante, o meio mais eficaz de atrair compradores de lotes para aquela região ainda concentrava-se no trabalho dos corretores de terras. A Imobiliária Santa Fé possuía vários deles espalhados, principalmente, pelos Estados de São Paulo e Minas Gerais. Eles procuravam convencer potenciais compradores por meio de fotografias e da exibição da referida película, que exercia grande fascínio sobre pessoas que buscavam melhores condições de vida.

Depoimentos orais de compradores atestam a importância dos corretores, que operavam munidos de fotografias da localidade e do filme Cidade Santa Fé. Segundo a senhora Tereza de Jesus Fernandes<sup>78</sup>, os corretores de terras Manoel Fernandes (seu esposo) e Sidynei Bueta conseguiram realizar várias vendas no Estado de São Paulo, na década de 1950, por meio desse expediente.

---

<sup>78</sup> Entrevista oral concedida a Joubert Paulo Teixeira em 13/12/2003. Duração: 50min

Voltando à referida película, convém lembrar que ela caracteriza a região de Santa Fé como uma das mais férteis do Estado, um “paraíso” ainda intocado. Devemos perceber, todavia, que essa visão era recorrente desde as primeiras transações imobiliárias envolvendo as regiões Norte e Noroeste do Estado do Paraná, quando o próprio governo caracterizava essas transações como “compra e venda de terras devolutas”. Assim, o filme “Cidade Santa Fé” pôde construir através de imagens o discurso que enalteceu o “desbravamento” da cidade pela “ação heróica” de dois homens, desejosos de vencer na “luta pela vida”.



Imagem 3 – Tomada de cena do Filme Cidade Santa Fé. Exibida aos 5min e 25s  
Autoria: Rossi Filmes  
Data: 1950

A tomada da cena retratada acima constrói uma imagem de bravura, honestidade e fraternidade em relação aos novos donos da imobiliária. O indivíduo à frente é o senhor Lupércio Carezzato e o que vem logo atrás é Militão Bento França. Estas imagens constituem a construção de uma narrativa de caráter propagandístico, pois a gleba Santa Fé já havia sido comprada por Luiz Zapparoli, cunhado de Lupércio Carezzato.

Na maior parte das cenas observamos referências aos dois “heróicos desbravadores” e a evidente construção de um “discurso do progresso”. Dois homens desejosos de trazer o desenvolvimento para o referido local sujeitam-se a

uma viagem cheia de agruras, entrando em contato com um lugar paradisíaco, à espera de que a civilização seja introduzida em seus recantos.

A presença de um veículo no meio da mata não tinha o intuito de desmentir o caráter de natureza intocada, pois já havia estradas para veículos, logo a selva não era tão intocada assim; mas a mensagem do desbravamento reforçava os valores do progresso e civilização, que iam empurrando a natureza selvagem cada vez para mais longe. As roupas de tonalidades claras – trajes que provavelmente não seriam usados para trabalho no meio da mata – conferiam aos dois indivíduos uma imagem de nobreza, estando ambos bem-alinhados, de camisa por dentro da calça, chapéu, botas etc.

A foice e o machado, símbolos do trabalho, também estavam presentes, sendo manejados sem muita força, mas bastante para criar o sentido de exploração da natureza selvagem. A caracterização do local também ocorria pautada por conceitos como “paraíso”, “clima ameno”, “fertilidade”, e visava a provocar o deslumbramento daqueles que assistiam à película. O pequeno cachorro correndo à frente do automóvel oferece um toque final, confirmando o perfil “amável” e o “companheirismo” que supostamente caracterizariam os desbravadores.

Nessa narrativa, que seria depois reforçada por meio de periódicos, o início da sociedade entre o senhor Carezzato e o senhor França atingia os atributos de uma “dádiva do destino”, um evento de predestinação. Dessa forma, o filme contribuía para a reiteração da imagem de bravura e honestidade de ambos, relatando uma suposta humildade de seu passado e o fato de serem proletários desde o nascimento.

Aliás, torna-se oportuno retomarmos aqui parte da matéria publicada na “Revista do Café”:

Confessamos nossa admiração, quando ouvimos de um dos sócios da Empresa, o Sr. Militão, que iniciou sua vida em Londrina como machadeiro, declarando que durante anos regou a terra com seu suor, derrubando matas e plantando café. Economizando centavo a centavo, conseguiu reunir suas primeiras economias para a compra de um pedaço de terra, cuja valorização lhe permitiu multiplicar seu capital. Seu encontro com o Sr. Caressato, disse-nos, foi uma dádiva da Providência, pois seus gênios semelhantes e desejo de progresso, permitiram-lhes rápida vitória e objetivas realizações<sup>79</sup>.

---

<sup>79</sup> REVISTA DO CAFÉ. [Curitiba?]. 1952. Snt. p. 79.

Notamos que o Norte Novo de Londrina e Maringá era apontado como uma “terra abençoada”, onde nenhuma pessoa precisaria possuir capital ou ter nascido em “berço de ouro” para que pudesse ascender socialmente e crescer financeiramente. Ademais, o comprador realizava algo de proveitoso para a nacionalidade. O periódico ainda salientava a ação dos jovens Carezzato e França e seus feitos corajosos. Dando voz aos citados, ressaltava suas mãos calejadas como forma de identificar homens trabalhadores:

Aqui estão os recibos de muitos anos de lutas e de trabalho, e quem tiver documentos iguais que os apresente. Por isso, ninguém melhor do que nós sabe dar valor aos pequeninos que nos procuram para a compra de um cantinho de terra, onde possam construir o seu futuro. Lesá-los ou prejudicá-los seria indigno de quem traz também as mãos calosas e o corpo cansado de tanto trabalhar<sup>80</sup>.

A suposta vida de trabalho de ambos é utilizada como atestado de idoneidade e incapacidade de lesar terceiros. Assim é construída na referida película uma imagem de trabalho incessante, com fortes conotações do caráter benéfico da vida devotada ao trabalho.



Imagem 4 – Tomada de cena do filme Cidade Santa Fé. Exibida aos 27min e 50s.  
Autoria: Rossi Filmes  
Data: 1950

---

<sup>80</sup> Idem. p. 79.

Ao caracterizar o escritório da imobiliária Carezzato e França como um local de intensas atividades produtivas, a película<sup>81</sup> apresenta os dois sócios da firma como zelosos trabalhadores. Na imagem acima vemos, em plano médio, o senhor Carezzato ao telefone, com seus trajes novamente devidamente alinhados para a labuta. Nas cenas subseqüentes, ambos aparecem com o mesmo tipo de caracterização.

A ligação da noção de trabalho com a idéia de honestidade, necessária ao convencimento dos investidores, deriva precisamente da introdução dos valores propugnados pelo capitalismo. O tempo tornava-se uma mercadoria preciosa demais para ser desperdiçada, devendo ser totalmente utilizado<sup>82</sup>. Em outras palavras, a mensagem era clara: quem utilizava seu tempo para o trabalho se redimia diante da sociedade e perante Deus, mas quem vivia do ócio era considerado um pária. O filme projetava e reafirmava que a diligência e a probidade traziam a esperança de um futuro próspero, pautado pela elevação da “condição humilde” para o enriquecimento.

Como afirma Edward P. Thompson, a passagem para o capitalismo implicou na imposição de uma clara demarcação entre o trabalho e a vida. Não se podia deixar passar o tempo, que devia ser integralmente utilizado, negociado e gasto de forma consciente. Só assim o indivíduo poderia recuperar o seu investimento e ascender socialmente<sup>83</sup>. Da mesma forma, Eric J. Hobsbawm ressalta tais aspectos, e acrescenta:

[...] Já que o sucesso era devido ao mérito pessoal, o fracasso era claramente devido à falta de mérito. A ética tradicional burguesa, puritana ou laica, havia determinado que isso era devido mais à fraqueza moral ou espiritual do que à falta de inteligência, pois era evidente que o cérebro era uma necessidade indispensável para o sucesso nos negócios, mas que apenas ele não garantia riqueza ou opiniões sensatas<sup>84</sup>.

---

<sup>81</sup> Imagem extraída do filme *Cidade Santa Fé*. [Filme]. Rossi Filmes. Londrina. 1950. 30 min. PxB. Son.

<sup>82</sup> THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Op. cit. p. 294 e seguintes.

<sup>83</sup> THOMPSON, Edward P. Tempo, disciplina do trabalho e capitalismo industrial. In: *Costumes em comum*. Op. cit.

<sup>84</sup> HOBBSAWM, Eric J. *A era do capital*. São Paulo: Paz e Terra, 1988. p. 342.



Todavia, parece que nem sempre trabalho e honestidade andaram de mãos dadas, pois segundo os relatos do senhor Manoel Fernandes<sup>85</sup>, após um início fenomenal de vendas os proprietários da firma Carezzato e França começaram a descurar seus negócios, praticando a transação de terras de maneira ilegal e chegando a vender um só terreno duas vezes, o que desestimulou muitos investidores.

Da mesma forma, o senhor Carlos de Deus vem corroborar essas afirmações ao afirmar que, enquanto a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná era organizada, as companhias menores vendiam as mesmas terras para dois ou três compradores, prejudicando-os; e ainda a respeito da empresa Carezzato e França, comenta: “[...] eles que eram embrulhões, vendiam para dois, três, não davam documentos. Muita gente perdeu terra, muita gente perdeu...”<sup>86</sup>

A vinda de tantas pessoas para a região de Santa Fé não se deu sem problemas, porque muitos deles se dirigiam para lá desprovidos de dinheiro para comprar terras, e mesmo assim desejavam se instalar no local. Outros, visando a aumentar suas terras, recorreriam à tomada de posse forçada como alternativa à compra, como relata Paulo Antônio de Oliveira:

No início estava uma confusão de terras que só vendo. Se um proprietário comprasse terras e fosse embora resolver negócios, quando voltasse corria o risco de encontrar posseiros em suas terras. Era uma confusão dos diabos<sup>87</sup>.

É certo, como afirma Paulo Antônio de Oliveira, que isso não era uma regra geral, pois alguns entrevistados, como o senhor Manuel Esteves, relataram que após a compra, em 1º de maio de 1949, de um lote de sete alqueires e meio, situado próximo à Água do Brás, ao preço de cinco contos de réis o alqueire, ele fez a

---

<sup>85</sup> Entrevista do Sr. Manoel Fernandes publicada em *Alguns pontos da história de nossa terra* de autoria de Sérgio Macedo. Santa Fé. Snt. Percebemos a minimização desses fatos no JORNAL PULSANDO. Op. cit. p. 10. o qual afirma que a venda do mesmo terreno por duas vezes se devia à procura absurda de terras e não por má fé dos corretores. Fica visível a tentativa de criar uma imagem consensual em relação ao período de ocupação.

<sup>86</sup> Entrevista oral concedida a Joubert Paulo Teixeira em 28/02/2007. Duração: 30min. Da mesma forma o senhor Eloy R. dos Santos, em entrevista concedida em 18/02/2006, com duração de 2h35min, nos informa que Lupércio Carezzato era uma “raposa matreira” nos negócios, levando muitas pessoas “na conversa”. Relata ainda sua simpatia para com outras pessoas, o que reforçava seu poder de convencimento e, às vezes, deixava até de quitar suas dívidas. Afirma que muitas vezes os contratos de propriedades eram lavrados com dimensões menores que as realmente negociadas, enganando os mais ingênuos.

<sup>87</sup> Entrevista do senhor Paulo Antônio de Oliveira publicada em *Alguns pontos da história de nossa terra* de autoria de Sérgio Macedo. Santa Fé. Snt.

escritura e regressou a Tupã, onde morava com a família. Ao retornar definitivamente a Santa Fé, em nove de novembro de 1949, não encontrou problemas para assumir suas terras e trabalhar. Não obstante, afirma que ao chegar à região encontrou posseiros nas proximidades de sua propriedade. Essas pessoas, segundo ele, adquiriram suas terras pelo direito da posse e tornaram-se famílias respeitadas e abastadas da cidade.

A atração de tantas pessoas para a região decorreu da eficiente ação de inúmeros corretores que se fizeram presentes em áreas de tão rentáveis transações imobiliárias. Desde o início esses agentes se puseram a serviço das empresas loteadoras, detentoras de vastas extensões de terras no Norte Novo de Londrina e Maringá. Como relata o senhor José Duarte<sup>88</sup>, embora nem todos gozassem de credibilidade, havia em Santa Fé inúmeros deles com os quais se podiam efetuar negócios confiáveis, como era o caso do corretor Arcídio Roncaglia.

A própria propaganda da corretagem se fez presente no filme produzido pela Imobiliária Carezzato e França, em 1950, por meio da construção de uma idéia de “zelo” e “preocupação” com os agricultores que os procuravam para adquirir terras. Chegava mesmo a mencioná-los como “pequeninos”, sendo absurdo lesá-los. Buscavam aproximar o corretor da população que para ali se dirigia, apelando inclusive para os valores familiares<sup>89</sup>.

Na cena abaixo, gravada em plano aberto, percebe-se a intenção de mostrar os corretores na sua labuta diária. A presença de mulheres e crianças nessa tomada evidencia, por um lado, a maneira como as negociações se realizavam, e por outro, a proximidade dos corretores com o ambiente familiar.

Ademais, o corretor, muitas vezes era mostrado como um morador da nascente cidade. A película menciona que o senhor Carezzato, impossibilitado de morar no povoado, nomeou um membro de sua família, o senhor Avelino Carezzato, para ali residir. Em várias cenas do filme estes agentes imobiliários aparecem rodeados por moradores de Santa Fé.

---

<sup>88</sup> Entrevista oral concedida a Joubert Paulo Teixeira em 05/03/2007. Duração: 27min.

<sup>89</sup> Imagem extraída do filme *Cidade Santa Fé*. [Filme]. Rossi Filmes. Londrina. 1950. 30 min. PxB. Son. Cena exibida aos 7min e 10s.



Imagem 5 – Tomada de cena do filme Cidade Santa Fé. Exibida aos 9min e 40s.  
Autoria: Rossi Filmes  
Data: 1950

Nessa imagem o enfoque principal incide sobre a negociação efetuada em frente à primeira casa do município, pertencente ao senhor João Batista Martins, conhecido como “Juca Pires”, que exercia a função de inspetor e gerente da imobiliária na localidade.

Podemos perceber nessa imagem a conjunção de três representações: primeiramente busca-se reforçar a idéia de honestidade e organização dos mentores imobiliários, bem como seu empenho no trabalho. Também se busca construir a figura do corretor imobiliário como alguém que reside na própria localidade e cria condições para que outras pessoas possam efetuar excelentes negócios, adquirindo terras da melhor qualidade em um recanto onde possam construir sua vida. De outra forma, também há em algumas cenas referências à amizade que imperava entre a população e atingia inclusive os agentes imobiliários.

Encontra-se, destarte, a preocupação em preencher as imagens construídas na película com elementos humanos, de modo a evidenciar o ambiente fraterno e honesto que permeava as ações dos corretores imobiliários. Na imagem abaixo, apresentando um ângulo mais fechado, observamos a reprodução da imagem de

trabalho supostamente metódico realizado pelo senhor Carezzato junto a seu amigo e corretor de confiança, que já residia no município.



Imagem 6 – Tomada de cena do Filme Cidade de Santa Fé. Exibida aos 7min e 10s  
Autoria: Rossi Filmes  
Data: 1950

Eric J. Hobsbawm nos ajuda a compreender a concepção de empresa como extensão da família. Para esse autor, as famílias burguesas criaram uma rede de conexões familiares dentro da qual os indivíduos operavam.

[...] A “família” não era meramente a unidade social básica da sociedade burguesa, mas também a unidade básica do sistema de propriedade e das empresas de comércio, ligada a outras unidades similares por meio de um sistema de trocas de mulheres-mais-propriedade (o dote de casamento)<sup>90</sup>.

É interessante notar a visão dos mentores da firma, que pretendem apresentar as suas atitudes em relação à cidade. Em entrevista concedida para a Revista do Café, Lupércio Carezzato comenta:

Um dia, e não distante, quando a cidade de Santa Fé se transformar num centro de progresso e dinamismo, saberão compreender o nosso esforço, o patriotismo que presidiu aos nossos

<sup>90</sup> HOBBSAWM, Eric. *A era do capital*. Op. cit. p. 329.

atos, pelo muito que queremos e amamos este pedaço de nossa Pátria, onde fomos recebidos com carinho, pelo destino e pelo seu povo<sup>91</sup>.

Com base no que foi dito podemos afirmar que, em certo sentido, a estratégia de vendas utilizada pela Imobiliária Carezzato e França, principalmente aquela pautada na idéia de registrar flagrantes do desbravamento da área nos dois primeiros anos da ocupação, impressionou os investidores. Aliás, como comentou Dulcilene Brambilla, uma das primeiras escritoras a sistematizar a história da cidade, também matérias produzidas por jornais de períodos subseqüentes atestam que se deslocaram para Santa Fé “brasileiros de todos os rincões, paulistas, mineiros, paranaenses da gema, cearenses, baianos, pernambucanos, rio-grandenses do Norte e do Sul”<sup>92</sup>.

Como destacamos anteriormente, a atração de compradores de lotes se dava por meio da ênfase em determinados aspectos, como a fertilidade do solo, a segurança, o progresso e a religiosidade. Há em vários registros um reforço do caráter progressista da ocupação dessa região. Nessa linha, Dulcilene Brambilla também reafirma em seu livro que “em pouco tempo começaram a chegar inúmeros compradores. Vinham principalmente de Londrina, Jacarezinho, Marília, Poços de Caldas e de todas as regiões do Estado de São Paulo”<sup>93</sup>.

Além do filme produzido pela empresa loteadora, também a fotografia foi utilizada como forma tanto de registro quanto de propaganda, com vistas a atrair investidores para a “jovem cidade”. Desde então ela se tornou meio de as administrações municipais darem visibilidade às suas respectivas gestões. Tanto nos registros fotográficos quanto na referida película podemos perceber a tentativa de reforçar o “caráter progressista” da ocupação de Santa Fé.

No filme esse aspecto se torna mais evidente, sendo enfatizado na fala de um narrador que constantemente adjetiva os acontecimentos e por meio de legendas que tendem a apresentar a construção da cidade como um extraordinário feito da Imobiliária Carezzato e França. Essa narrativa reforça a idéia de que Londrina e região constituíam os locais “mais prósperos do mundo”.

---

<sup>91</sup> REVISTA DO CAFÉ. Op. cit. p. 79.

<sup>92</sup> JORNAL PULSANDO. Apucarana. Julho de 1977. Número especial. p. 10.

<sup>93</sup> BRAMBILLA, Dulcilene. *Santa Fé revive sua história*. Op. cit. p. 36.

A propaganda se estendia de diversas formas para diferentes lugares, uma vez que a imobiliária possuía filial também em Curitiba. Segundo dados da Revista do Café, o senhor Célio Torrens era o gerente da empresa na capital. Além disso, a revista, publicada em 1952<sup>94</sup>, destacava em suas matérias que essa imobiliária chegava a custear o transporte para possíveis compradores conhecerem a região de Santa Fé, inclusive alugando avião para trazer corretores e pessoas interessadas em lotes.

Por meio desse expediente buscava-se estender a fama da cidade aos mais diversos recantos, com vistas a atrair investidores e também a atenção de políticos. Relacionavam suas modalidades de propaganda a diversos discursos da época, um dos quais era a religião.

## 1.2 Uma semente do cristianismo

A Revista do Café menciona que por ocasião da solenidade de inauguração do patrimônio, em 23 de julho de 1950, estavam presentes autoridades como o vice-presidente da Assembléia Legislativa do Estado, senhor Guataçara Carneiro, o Secretário de Educação, senhor Erasmo Piloto, além de centenas de pessoas, que eram transportadas pela Imobiliária para Santa Fé em aviões, automóveis e ônibus. A presença dessas autoridades visava demonstrar o entusiasmo pela criação de mais uma cidade no Estado do Paraná, bem como fomentar a ocupação de novas regiões do Estado. Em seus pronunciamentos eram enfatizados o dinamismo e a coragem do “povo” paranaense, quando na verdade a ocupação contara com migrantes de várias regiões do país.

Nas imagens abaixo observamos a movimentação de comitivas de compradores. A primeira mostra uma fotografia pertencente ao acervo da Secretaria de Cultura da cidade de Santa Fé, que foi adquirida pela Prefeitura Municipal em 1991 por intermédio de um projeto que visava recuperar e manter viva a memória da cidade. Para tanto, foi solicitado aos antigos moradores que doassem fotografias e documentos do período de ocupação para se fundar um acervo “sobre a memória do pioneiro”.

Na referida foto se encontra a seguinte legenda: “1º hotel – 1948 – Comitiva de compradores de terra”. O local “Av. Paraná, hoje Av. Pres. Getúlio Vargas”.

---

<sup>94</sup> REVISTA DO CAFÉ. Op. cit. p. 81.



Foto nº: 01.  
Autoria: Imobiliária Carezzato e França.  
Data: 1948.  
Cromia: preto e branco  
Dimensões: 23 x 17 cm.  
Acervo/procedência: Secretaria de Cultura de Santa Fé.

No canto médio esquerdo da fotografia podemos ver uma edificação de madeira, referida como o primeiro hotel da cidade. Buscando-se reforçar a imagem de hospitalidade dos moradores da cidade, este hotel foi referido nas imagens cinematográficas como confortável e aconchegante, apesar de sua relativa rusticidade. Do centro médio ao canto direito vemos quatro veículos, com dois homens em frente a dois deles.

Em frente ao segundo carro, um Ford 29, vê-se uma máquina filmadora da época, provavelmente da empresa Rossi Filmes, produtora do filme propagandístico da cidade de Santa Fé. Torna-se compreensível, no registro desse momento, a ênfase nos aspectos de lucro com a compra de terras em tal localidade. O objetivo do autor da fotografia não era registrar a edificação, mas sim, os veículos em frente dela, daí o recorte parcial da edificação. A fotografia só ganharia sentido com a presença dos dois conjuntos de elementos.

Na referida película chega-se a filmar as placas dos veículos, buscando-se denotar aos espectadores do filme a pluralidade de cidades das quais provinham os investidores. Conforme informações adiante mencionadas, o descompasso entre a

extraordinária venda de lotes e a instalação de famílias na região indica que a especulação imobiliária caminhava de mãos dadas com a ocupação do espaço santafeense.



Imagem 7 – Tomada de cena do Filme Cidade Santa Fé  
Autoria: Rossi Filmes  
Data: 1950

Na segunda imagem, a fílmica, vê-se uma comitiva de carros em movimento<sup>95</sup>, tratando-se também de compradores de terras. Há no filme uma preocupação em salientar aos compradores a facilidade em se chegar a Santa Fé e destacar a estrutura urbana em formação. A imagem busca mostrar como era a região antes - somente picadas na mata - e no que estas se tornaram com o desenvolvimento e chegada do progresso, ou seja, excelentes estradas de rodagem.

Dessa forma, ambas as imagens buscam construir a mesma representação. São recorrentes nas cenas os mesmos veículos, provavelmente de propriedade dos membros da imobiliária. Eles são utilizados como recursos de cenário em diferentes alocações para dar ares de pujança à imobiliária. A sonorização do filme busca um refinamento, ao utilizar músicas instrumentais que se aceleram ou se tornam mais lentas de acordo com o evento narrado. Os enquadramentos, em plano geral ou de

---

<sup>95</sup> Imagem extraída do filme *Cidade Santa Fé*. [Filme]. Rossi Filmes. Londrina. 1950. 30 min. PxB. Son. Cena exibida aos 3min e 30s.



conjunto, levam o espectador a esquadrihar o ambiente e a convencer-se das vantagens da aquisição daquelas terras.

Um dos corretores, Manoel Fernandes, relata o êxito do filme como elemento de atração de pessoas para a cidade, principalmente no Estado de São Paulo, onde a película era exibida nos cinemas de várias cidades.

A maior parte das vendas nós efetuamos no Estado de São Paulo. Os compradores, através do filme, ficavam encantados com a exuberância do lugar, não queriam pensar duas vezes antes de assinarem as papeladas da compra. No mesmo ano (1951) nós trouxemos várias famílias paulistas para cá<sup>96</sup>.

O senhor José Duarte<sup>97</sup>, um dos primeiros moradores da região da cidade de Santa Fé, chegou em outubro de 1950, originário de Vera Cruz (SP). Acompanhado de seus pais, Manuel Duarte e Maria de Jesus Duarte, veio trabalhar na formação de mudas de café, morando inicialmente na propriedade do senhor Amadeu Diote, na Água das Pedras, e relata sua impressão sobre o referido filme, que para ele era “muito bonito”. Reconhece o caráter propagandístico do filme, mas salienta que o lugar era exuberante e as possibilidades de ganho eram enormes. Argumenta que tanto a cidade de Santa Fé quanto a região eram muito famosas, porque as propagandas enfatizavam que a terra era muito fértil, podia fazer as pessoas melhorarem de vida. Diziam que aqui “se colhia dinheiro a rodo”. Ao se recordar do filme, comentou que todos ficavam impressionados com a beleza do lugar e a possibilidade de um futuro melhor. A região do Norte Novo de Londrina e Maringá, segundo ele, tinha uma fama extraordinária. Dizia-se que era terra para as pessoas ficarem ricas, mas ocultava-se o fato de que o dinheiro só viria após a colheita do café, que demorava anos e anos.

Esse também foi o caso do senhor Carlos De Deus<sup>98</sup>, que se mudou para a região com sua família. Oriundo da cidade de Bandeirantes (PR), chegou a esta região em 1956, somente com o dinheiro para comprar uma pequena propriedade. Derrubou o mato e começou o plantio de café.

Outro morador do período de ocupação é o senhor Vicente Honório<sup>99</sup>. Ele reafirma que a fama do Norte Novo de Londrina e Maringá foi construída

---

<sup>96</sup> Entrevista do senhor Manoel Fernandes publicada em *Alguns pontos da história de nossa terra* de autoria de Sérgio Macedo. Santa Fé. Snt.

<sup>97</sup> Entrevista oral concedida a Joubert Paulo Teixeira em 05/03/2007. Duração: 27min

<sup>98</sup> Entrevista oral concedida a Joubert Paulo Teixeira em 28/02/2007. Duração: 30min

<sup>99</sup> Entrevista oral concedida a Joubert Paulo Teixeira em 05/03/2007. Duração: 1h37min.

essencialmente por meio de propagandas e comentários das pessoas que conheciam a região. Vindo de Minas Gerais em 1952, diz que sua esposa e ele vieram para Santa Fé “ensacados”, metáfora usada para explicar seu desconhecimento da região e comprovar a fama atingida pela localidade em outros estados do Brasil. Um tio seu, agricultor de Mandaguari (PR) desde 1948, incentivara a família a migrar para o Paraná. Chegaram primeiramente a Mandaguari, demorando três dias para ir de Londrina àquela cidade. Ali trabalharam na Gleba Vitória, tendo se mudado em 1954 para Santa Fé, com a promessa de “colher dinheiro a rastelo”. Há uma contraposição em sua fala entre a região mineira, tida como decadente em termos de fertilidade, e o Paraná, “paraíso de fertilidade”.

O senhor Eloy Rodrigues dos Santos<sup>100</sup>, outro morador santafeense, reforça a sagacidade dos mentores da Imobiliária Carezzato e França, pessoas que, segundo ele, percebiam as tendências propagandísticas da época, dando maior poder de convencimento às suas estratégias de venda. Ao chegar a Santa Fé em 1955, proveniente de Laguna (SC), confirma que em Santa Catarina não se ouvia falar no Norte do Estado do Paraná, mas somente de Pato Branco. Diz que foi ouvindo comentários sobre a região à medida que rumava para lá.

Talvez o desconhecimento dos moradores da Região Sul se deva ao fato de as propagandas tanto do Norte do Paraná quanto de Santa Fé focalizarem o Estado de São Paulo e o Nordeste do país. Sediada em Londrina, a Imobiliária Carezzato e França garantia negócios lucrativos. Ouve-se, aos 28 minutos do filme, a seguinte narrativa:

A imobiliária Santa Fé tem o seu prestígio assegurado. E dos seus escritórios os compradores se retiram com os votos de felicidades dos chefes da firma, e a certeza de terem realizado o melhor dos negócios, adquirindo terras da prestigiosa e conceituada firma, Carezzato e França<sup>101</sup>.

Cumpramos reconhecer que, se por um lado houve apelo ao lucro, à fertilidade do solo e à possibilidade de ascensão rápida por parte de pessoas que buscavam uma vida melhor, por outro houve uma acentuação do aspecto religiosidade. A propaganda na ocupação buscou ligá-la às bênçãos divinas. A Imobiliária Carezzato e França, responsável pelo loteamento da cidade, construiu a imagem de ocupação

---

<sup>100</sup> Entrevista oral concedida a Joubert Paulo Teixeira em 18/02/2006. Duração: 2h35min.

<sup>101</sup> *Cidade Santa Fé*. [Filme]. Rossi Filmes. Londrina. 1950. 30 min. PxB. Son. Cena exibida aos 28min e 48s.

do local como realização “patriótica” e “abençoada por Deus”, como destacam as narrativas fílmica e fotográficas produzidas por essa empresa na década de 1950 e difundidas em várias cidades de São Paulo e Minas Gerais. Os sinais do empreendimento como providência divina adquiriam tonalidades reluzentes:

E é assim que nascem as cidades. E Santa Fé, a corajosa e patriótica realização de Carezzato e França, dois autênticos pioneiros deste *mundo novo e maravilhoso que é a região Norte do Paraná*, vai se tornando numa realidade palpável, numa aplicação segura de economias pelos homens que amam o trabalho, graças não só à fertilidade do solo e a amenidade do clima, como também à *milagrosa e santa proteção de Nossa Senhora das Graças, sob cuja invocação a cidade de Santa Fé se erguerá num futuro muito próximo*<sup>102</sup>.

Essa concepção é arquitetada de forma explícita nas imagens cinematográficas já mencionadas, pois as cenas que mostram a colocação do cruzeiro por ocasião da inauguração do patrimônio, após procissão dos fiéis, são reforçadas pelo narrador, que revela com voz impostada: “O cruzeiro vai ser levantado e plantado nas terras virgens de Santa Fé como gigantesca semente do cristianismo<sup>103</sup>”.



Imagem 8 – Tomada de cena do Filme Cidade Santa Fé  
Autoria: Rossi Filmes

<sup>102</sup> Idem. Grifos nossos. Cena exibida aos 12min e 42s.

<sup>103</sup> Imagem extraída do filme *Cidade Santa Fé*. [Filme]. Rossi Filmes. Londrina. 1950. 30 min. PxB. Son. Cena exibida a partir dos 17min e 38s.

Data: 1950

Nesses termos, o ritual de inauguração do cruzeiro aparece associado aos signos de prosperidade e proteção divina sobre a cidade que surgia. Ademais, o catolicismo, na década de 1950, ainda exercia expressiva influência na vida cotidiana dos fiéis. Um dos moradores dessa localidade nesse período, Manoel Fernandes, agricultor e também corretor de terras, já falecido, salientou que “naquela época, as pessoas estavam bastante ligadas à igreja católica (...) A palavra do padre era como se fosse uma suprema ordem a ser cumprida por todos”<sup>104</sup>.

A igreja e sua praça se tornavam espaços de sociabilidades. Elas ocupavam áreas centrais na planta inicial das cidades, com as duas ruas mais largas se cruzando à sua frente. Como apontado por Schwartz e Lockhart<sup>105</sup>, esse estilo veio para o Brasil logo no início da colonização, quando, como regra geral, as igrejas eram edificadas nas praças principais ou em locais altos da cidade. A igreja e seus entornos eram cenários para encontros, cerimônias e outros eventos:

As cidades eram organizadas internamente em freguesias segundo os limites tradicionais, a época de incorporação à municipalidade ou, às vezes, alguma ação governamental. As freguesias mais comuns eram formadas pelas divisões eclesiais, centradas nas igrejas paroquiais. Ali as pessoas faziam contato de forma contínua, ouviam a missa, compareciam a casamentos, batizados e funerais, celebravam as festas do santo padroeiro e organizavam várias atividades civis e religiosas.[...] A paróquia era o núcleo do bairro, unidade básica da cidade<sup>106</sup>.

Com efeito, o homem religioso não concebe o espaço de forma homogênea, ele detecta certas porções de espaço como diferentes de outras. Como aponta Mircea Eliade<sup>107</sup>, certas partes desse espaço adquirem um *status* orientador. Nesse caso, o espaço reservado ao sagrado viabiliza a organização de outras regiões da cidade e garante a comunicação entre os homens e Deus. Não por acaso, os fiéis sentem-se confortáveis ao habitar as áreas mais próximas às igrejas. Talvez os argutos proprietários da Imobiliária Carezzato e França tenham vislumbrado com

---

<sup>104</sup> Entrevista do Sr. Manoel Fernandes publicada em *Alguns pontos da história de nossa terra* de autoria de Sérgio Macedo. Santa Fé. Snt.

<sup>105</sup> SCHWARTZ, S. & LOCKHART, J. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 272.

<sup>106</sup> Idem. p. 274.

<sup>107</sup> ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 44.

clareza essa relação e, por esse motivo, tenham se utilizado do artifício de construir uma igreja de madeira sobre rodas, a qual era deslocada de acordo com o interesse e a necessidade de novas vendas de lotes em Santa Fé.



Foto nº: 02.  
Autoria: Imobiliária Carezzato e França.  
Data: 1950.  
Cromia: preto e branco  
Dimensões: 23 x 17 cm.  
Acervo/procedência: Secretaria de Cultura de Santa Fé.

Na parte central da fotografia acima podemos notar uma edificação de madeira encimada por uma cruz (Igreja), com duas pequenas torres laterais, fixadas na própria estrutura da Igreja. Há um espaço aberto à frente e ao lado da edificação. Podemos ver árvores ao fundo e troncos de madeira no canto médio direito. No canto médio esquerdo, ao fundo, aparentemente observamos a silhueta de uma edificação. Dentro da Igreja conseguimos perceber a sombra de algo, porém não é possível identificá-lo. Observa-se uma visível distância entre a igreja e o solo, e a estrutura da edificação de madeira parece sustentada por pilares.

Todos os depoimentos de antigos moradores relatam que essa fotografia foi utilizada como instrumento para facilitar a venda dos lotes na cidade de Santa Fé, uma vez que a edificação da igreja valorizava o solo urbano. A realização de rituais católicos também acompanhava inaugurações e festividades cívicas. A associação entre a religiosidade e o progresso acalentava a fé e instigava a noção de civilidade entre os munícipes. Podemos supor que geralmente a Igreja, enquanto instituição, chega de forma precursora ou concomitante à ocupação, sendo substituída posteriormente por outras instituições, principalmente de cunho político.

Isso pode ser claramente vislumbrado na concepção construída pela Imobiliária ao longo da narrativa fílmica, salientando o altruísmo e temor a Deus por parte dos mentores da imobiliária. A propósito do registro das solenidades, refere o narrador:

Passarão à História as cenas aqui tomadas. Pois elas revelam a *preocupação dos mentores da imobiliária em renderem graças ao Todo-Poderoso, pela incessante proteção que tem dispensado à iniciativa da firma, abençoando-a e cobrindo de graças as suas realizações, que visam, ao mesmo tempo que criar uma situação de prosperidade para os que nela trabalham, desenvolver um plano inteligente, útil e patriótico de colonização, o qual permite que lavradores modestos adquiram em condições muito vantajosas ótimas terras, onde terão garantido o seu futuro e o futuro de suas famílias*<sup>108</sup>.

---

<sup>108</sup> *Cidade Santa Fé*. [Filme]. Rossi Filmes. Londrina. 1950. 30 min. PxB. Son. Cena exibida aos 21min e 25s. Grifos nossos. Percebemos aqui a intenção em relacionar a ocupação da cidade com a religião, bem como a possibilidade de ascender socialmente. A construção dessas representações é auxiliada pelos ângulos de tomada de cena, feitos na maior parte das vezes a partir de planos gerais,

A realização da procissão com a imagem de Nossa Senhora das Graças buscou ressaltar a bênção sobre a inauguração da primeira escola da cidade, em 1950, também construída pela imobiliária. Nessa ocasião a igreja já estava se “estabilizando” em um dado local da cidade, ao lado da escola. Percebemos, mais uma vez, a articulação entre a providência divina e a idéia de progresso, afinal o acesso à educação, desde longa data, representa um sinal de prosperidade e crescimento urbano.

Uma série de fotografias registradas em julho de 1950 evidencia detalhes da festa realizada por ocasião da inauguração do patrimônio de Santa Fé, antecedida pela procissão com a imagem de Nossa Senhora das Graças, doada pela senhora Helena Carezzato, esposa do senhor Lupércio Carezzato. A procissão percorreu a avenida principal da cidade e terminou na igreja construída pela imobiliária, ocorrendo ali a primeira missa, celebrada pelo padre José Schrek ,dos pallotinos<sup>109</sup> de Londrina.



Foto nº: 03.  
Autoria: Imobiliária Carezzato e França.

---

planos de conjunto e plano americano, que buscam relacionar todos os agentes envolvidos à representação mencionada.

<sup>109</sup> A Sociedade do Apostolado Católico foi fundada no século XIX, na Itália, por São Vicente Pallotti, tendo por objetivo atuar nas cidades evangelizando. Desde então se expandiu pelo mundo todo. Encontramo-la dessa maneira nos momentos de fundação das cidades no Norte Novo do Paraná.

Data: 23/07/1950.  
Cromia: monocromática.  
Dimensões: 23 x 17 cm.  
Acervo/procedência: Secretaria de Cultura de Santa Fé.

A fotografia acima retrata a referida procissão e coloca em destaque um número significativo de participantes. Vemos um agrupamento de pessoas circundando o plano médio da fotografia, indo do canto inferior direito ao centro da fotografia, em perspectiva, e chegando ao canto inferior esquerdo. Atrás dessa linha de pessoas vêem-se diversas árvores, presentes também ao fundo. No centro há um espaço vazio.

Podemos perceber que essas pessoas estão abrindo espaço para a passagem de outro grupo que está caminhando. Alguns devotos estão carregando um andor com a imagem de Nossa Senhora das Graças. Logo atrás da imagem podemos perceber a presença de um cruzeiro e uma faixa branca.

Chama-nos a atenção nessa imagem a presença de dois homens postados no canto esquerdo da foto. Eles estão segurando o que parece ser uma câmera ou filmadora. Podemos inferir que se trata da equipe da Rossi Filmes, de Londrina, que produziu o filme publicitário da cidade. Isso é corroborado pelo fato de que o ângulo onde estão gera uma imagem muito semelhante àquela presente no filme. Por certo, a importância atribuída ao evento parece constituir um indício expressivo da positividade da religiosidade popular, uma vez que o tema chega a atender aos interesses publicitários veiculados pelos loteadores.

Essa outra foto da mesma série, exposta a seguir, coloca em evidência um ângulo mais restrito da procissão. Em seu conteúdo imagético vemos um aglomerado de pessoas ocupando todo o centro da fotografia. Logo atrás vemos a imagem de Nossa Senhora das Graças, e mais ao fundo, algumas árvores. No canto direito pode-se ver um tronco de madeira, provavelmente o cruzeiro, fincado nesse dia. O homem vestido de terno branco e usando óculos é o senhor Lupércio Carezzato, dono da Imobiliária Santa Fé (depois Carezzato e França).

Percebe-se que as pessoas estão portando chapéus e os seguram nas mãos em sinal de respeito à procissão e ao sacerdote. O enquadramento utilizado pelo fotógrafo, mesmo sendo grande angular, cortou os pés das pessoas do quadro, bem como a cabeça da santa. Para compor o quadro corretamente o fotógrafo poderia ter se distanciado mais da cena, porém não deve ter havido tempo para isso, pois,



aparentemente, o objetivo principal era registrar o exato momento da bênção do padre. Nota-se que o sacerdote tem em uma de suas mãos um livro aberto (a Bíblia) e gesticula com a mão direita. Temos aqui uma fotografia jornalística, o registro de um momento significativo. As câmeras de 1950 já possuíam a capacidade de capturar rapidamente a imagem, proporcionando a possibilidade de registrar momentos sem necessidade de longas exposições.



Foto nº: 04.  
Autoria: Imobiliária Carezzato e França.  
Data: 23/07/1950.  
Cromia: monocromática.  
Dimensões: 23 x 17 cm.  
Acervo/procedência: Secretaria de Cultura de Santa Fé.

Um detalhe também significativo é que diversos homens estão usando terno e as mulheres se trajam com vestido, conforme era tradição, principalmente em cidades do interior, e mais ainda naquela época. Era comum que as pessoas guardassem suas melhores roupas para ocasiões especiais como as missas ou procissões.

O Livro-tombo da Paróquia Nossa Senhora das Graças oferece indícios de que as procissões da cidade eram freqüentadíssimas, sendo inúmeras também as comunhões e as crismas. Para termos uma noção da importância atribuída aos rituais católicos lembramos que o livro supracitado registrou, em maio de 1952, a

ministração de seiscentas crismas. Em 06 de abril de 1957 foram contabilizadas 1530 comunhões<sup>110</sup>. Talvez seja por tais dados positivos que o pároco em exercício tenha se espantado com o censo de 1959, que, dentre uma população de 11269 habitantes, registrou a existência de apenas 200 católicos não praticantes e 30 casais católicos não casados na igreja<sup>111</sup>.



Foto nº: 05.  
Autoria: Imobiliária Carezzato e França.  
Data: 23/07/1950.  
Cromia: monocromática.  
Dimensões: 23 x 17 cm.  
Acervo/procedência: Secretaria de Cultura de Santa Fé.

O mesmo livro registra um “excelente” comportamento dos fiéis. Sob a ótica do padre que efetuava os registros, todos seriam “ordeiros” e “tementes a Deus”. Nas fotos comentadas detectamos o referido “ordenamento”: as mulheres estão de um lado da procissão e os homens do outro, em duas filas distintas, sendo da mesma forma a entrada na igreja. Essa é uma antiga tradição da Igreja Católica, colocada em desuso nos tempos atuais.

---

<sup>110</sup> LIVRO TOMBO da paróquia Nossa Senhora das Graças. p. 05 verso e 09 verso. Em 1952 a população do município era de mais de 2 mil habitantes. Em 1957 passava dos 9 mil habitantes. Em 1960, segundo o primeiro censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no município, a população era de 12710 habitantes, sendo 11041 na zona rural e 1756 na área urbana.

<sup>111</sup> Idem. p. 14.

Desde o período colonial, a porta central dos templos católicos era e continua sendo reservada à entrada do clero durante as missas, enquanto as portas laterais eram destinadas à entrada dos homens e das mulheres, separadamente.

A fotografia a seguir pertence ao senhor Eloy Rodrigues dos Santos e retrata a procissão de Nossa Senhora das Graças em 1957, promovida pelos padres capuchinhos, em visita à cidade. Passados sete anos da procissão retratada acima, detectamos que esta celebração parece suscitar igual comoção e respeito entre os seus participantes.



Foto nº: 06.  
Autoria: Sr. Eloy R. Santos  
Data: 1957.  
Cromia: monocromática.  
Dimensões: 11,4 x 8,4 cm.  
Acervo/procedência: Sr. Eloy R. Santos.

Percebemos a interligação entre as narrativas da imobiliária e a religiosidade popular, construindo documentos que passam a fazer parte da memória dessa população. Dessa forma, pudemos assistir nesse período à reconstrução do próprio evento religioso, incorporando fotógrafos e modelos e elaborando uma narrativa coerente para os que se dirigiam a Santa Fé.

Cabe salientar a tentativa de associar inclusive o nome da cidade com a religião. O “Jornal Pulsando”<sup>112</sup>, vinculado à Diocese de Apucarana, buscou construir a imagem de que o senhor Luiz Zapparoli, adquirente da Gleba Santa Fé em 1948, visto como “italiano de fibra” e “devoto católico”, teria exigido, ao vender suas posses aos senhores Carezzato e França, que o nome da cidade fosse “Santa Fé”, devido à sua fé em Deus e nas terras férteis a serem ocupadas. Pretendia que essa devoção se perpetuasse na comunidade.

Essa concepção, segundo pudemos inferir, não vai além de um constructo que passou a integrar a memória dos moradores, pois desde os primeiros registros de transações de terras envolvendo a região do município encontramos referências ao “Núcleo Santa Fé” – a princípio pertencente à Colônia Nova Bahia e posteriormente dela desmembrado. A continuidade do nome se deu na imobiliária de propriedade do Sr. Zapparoli. Dessa maneira, é lícito supor que o nome dado ao município tenha dado seqüência a esse fato, pois o nome de “Santa Fé” já era conhecido desde muito tempo. A despeito disso, o Sr. Carezzato afirmou que essa designação ocorreu devido à fama atingida na década de 1940 pelo filme “A Estrada de Santa Fé”<sup>113</sup>.

### 1.3 Um novo lugar para morar

A associação entre a religiosidade e o progresso deu a tônica ao desenvolvimento da cidade ao longo da década de 1950. Levando em conta as diversas narrativas, a cidade deveria se desenvolver a partir de um plano religioso, pois Santa Fé, no início da década de 1950, era vista como um lugar a ser desbravado, e essa ação deveria ser efetuada pelas pessoas que para lá acorriam.

Segundo a senhora Antônia Ponciano, residente em Santa Fé desde 1950, originária da região de divisa entre Pernambuco e o Ceará, a cidade nessa época era um amontoado de casas em meio à mata; “era uma casinha pra aqui, outra pra acolá”<sup>114</sup>. Seu desejo, segundo ela, era ganhar dinheiro para poder voltar embora para sua terra, o que não se concretizou, porque logo começou a “amar Santa Fé”.

---

<sup>112</sup> JORNAL PULSANDO. Op. cit.

<sup>113</sup> A referência ao filme em questão é *A Estrada de Santa Fé*. First National Pictures/Warner Bros. Pictures. EUA. 1940. 110 min. PxB. Son. Enquadrado no gênero western, o filme foi dirigido por Michael Curtiz, e contava em seu elenco principal com os atores Errol Flynn, Olívia de Havilland e Ronald Reagan, que viria a ser presidente daquele país. O título original é *Santa Fe Trail*.

<sup>114</sup> Entrevista oral concedida a Joubert Paulo Teixeira em 26/02/2007. Duração: 1h36min

Não obstante, comenta que havia tanto mosquito ao entardecer que não havia quem agüentasse. Era necessário “queimar pano velho à noite para espantar os mosquitos”. Isso sem contar o barulho de corte de árvores o dia inteiro. Aspecto presente no próprio filme, mas focado sob outra ótica: a derrubada da mata era justamente o que propiciava o progresso. Sua narrativa enfatiza que “as derrubadas e queimadas são espetáculos comuns nesta vasta área de excelentes terras, férteis e generosas”<sup>115</sup>.

Dona Antônia relata que quando chegou a Santa Fé havia “centenas de peões derrubando os matos, vindos de vários lugares do Brasil”. Quando chegava a noite, “eles descansavam, tocavam violão, cantavam e dormiam em galpões que havia na cidade”. A entrevistada afirma que não havia brigas ou confusões entre eles – o que nos remeterá à discussão sobre a representação de “grande família e fraternidade santafeense”. Findo o período de abertura das matas, eles se deslocavam para outros lugares em busca de trabalho. Essa busca podia ser trágica. A senhora Marcília Peghim relata que seu tio morreu derrubando as matas, na Água do Ó, infectado pela malária, com 24 anos de idade. Diz que tratamento adequado em Santa Fé naquela época era difícil; o “progresso” ainda não havia chegado<sup>116</sup>.

A ligação de Santa Fé com o “progresso” era avaliada a partir de sua ligação com as cidades mais desenvolvidas, vistas como pólos irradiadores do desenvolvimento. Na película produzida pela imobiliária busca-se mostrar facilidade para se chegar à cidade, devido aos excelentes meios de transportes. Construiu-se uma visão de que, a partir da ocupação de Santa Fé por parte da loteadora, deu-se a criação de excelentes vias de acesso entre Londrina e Santa Fé. Um meio de transporte comum e acessível à população era a chamada “jardineira”, como observamos abaixo.

---

<sup>115</sup> *Cidade Santa Fé*. [Filme]. Rossi Filmes. Londrina. 1950. 30 min. PxB. Son. Cena exibida aos 11min e 09s.

<sup>116</sup> Entrevista oral concedida a Joubert Paulo Teixeira em 26/02/2007. Duração: 27min



Foto nº: 07.  
Autoria: Imobiliária Carezzato e França.  
Data: 1948.  
Cromia: preto e branco.  
Dimensões: 17x23 cm.  
Acervo/procedência: Secretaria de Cultura da cidade de Santa Fé.

Essa fotografia mostra a primeira jardineira de Santa Fé, que fazia a linha Santa Fé - Arapongas. À época as jardineiras eram um importante meio de transporte, pois propiciavam aos moradores da cidade meio de se deslocar aos centros maiores para fazer compras de artigos não encontrados na cidade. Esse meio de transporte foi colocado à disposição dos moradores da localidade pela empresa Delgado e Cia., e fazia a linha quatro vezes por semana, saindo às sete horas da manhã e retornando ao final da tarde, o que indica que o trânsito de pessoas era considerável.

O enquadramento, feito em ângulo semifrontal, permite visualizar tanto a frente do veículo quanto seu comprimento, o que indica a intenção do fotógrafo de conferir à fotografia um ar de profundidade. Vemos três indivíduos em tal documento.

O motorista da jardineira encontra-se no centro de atenções da fotografia. Notamos que o indivíduo à porta do veículo segue a pose do indivíduo em primeiro plano. Enquanto o indivíduo mais à frente olha diretamente para o fotógrafo, o que está à porta tem o seu rosto um pouco inclinado para a direção do primeiro. Note-se também que este veículo de passageiros encontra-se vazio, o que denota que o

intuito não era retratar o trabalho, mas sim, o próprio objeto e seus condutores. No início da ocupação eram quase obrigatórias as idas a Astorga ou a Arapongas para fazer compras de artigos mais refinados. Dessa maneira, a própria jardineira foi inserida nas práticas e rotinas da população local, possuindo relevante importância.

Problemas não estiveram ausentes na década de 1950. Além da jardineira que fazia a linha Santa Fé - Arapongas uma vez por dia, logo foi colocada pela viação Andorinha uma que levava a Presidente Prudente (SP) passando por dentro de uma fazenda. O fazendeiro decidiu proibir a passagem da referida jardineira, fechando a porteira de sua propriedade, conhecida como Porteira Preta. Quando o motorista retornou ao patrimônio e contou que não havia podido seguir viagem em vista desse obstáculo, vários moradores, armados de foices, machados e espingardas, foram à dita porteira e a fizeram em pedaços, liberando a passagem para o veículo. Segundo consta, após esse acontecimento houve festa no patrimônio de Santa Fé para brindar a união da população na luta pelo “progresso”<sup>117</sup>.



Foto nº: 08.  
Autoria: Imobiliária Carezzato e França.  
Data: 1949.

---

<sup>117</sup> Esse acontecimento de fúria popular e posterior festa nos remete aos aspectos tratados por Thompson e Darnton a respeito da *rough music* ou charivari, definido como um teatro de rua para reencenar ou brindar ações contra determinados grupos considerados como opressores. Vide: THOMPSON, Edward. *Costumes em comum*. Op. cit e DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

Cromia: preto e branco.  
Dimensões: 17x23 cm  
Acervo/procedência: Secretaria de Cultura da cidade de Santa Fé.

Nessa outra foto, proveniente do mesmo acervo, observamos o retrato de dez homens e três crianças sobre uma ponte de madeira, em frente a um automóvel. Dois homens e uma criança estão sentados no pára-choque do veículo. O terceiro homem da esquerda para a direita, vestido com uma farda, leva um copo à boca. Há uma estrada que vem do final do campo de visão e passa até o ponto onde está o fotógrafo. Ao fundo, no canto direito, outra estrada se junta com a primeira e pouco à frente desta há um cercado de madeira. À esquerda e ao fundo se vê uma mata. Do lado esquerdo da ponte se vê água, do lado direito, troncos de madeira. Há um chapéu embaixo do carro. O veículo é um modelo da marca Ford do ano de 1929 (popular pé-de-bode) de propriedade do senhor Lupércio Carezzato. O segundo indivíduo da esquerda para a direita e o primeiro do lado direito são, respectivamente os senhores Militão Bento França e Lupércio Carezzato, donos da imobiliária responsável pelo loteamento da cidade.

Constam informações impressas na legenda de que a fotografia data de 1948, ambientada na ponte do “famoso Barro Preto”. Pela data, a fotografia retrata seguramente a construção da referida ponte, que melhorou o acesso de veículos à cidade. Sua inauguração, porém, não eliminou inconvenientes posteriores provocados por esse atoleiro, pois, segundo relatos dos moradores, mesmo passados vários dias depois de uma chuva, era praticamente impossível trafegar por esse trecho da estrada. As compras na região de Arapongas ficavam seriamente prejudicadas cada vez que tal fato ocorria.

O senhor Eloy R. dos Santos salienta que em períodos de chuva muitas vezes tinham que fazer a pé o trajeto entre Santa Fé e Astorga, pois o trânsito de veículos era impossível<sup>118</sup>. Afirma que o “Barro Preto” era um obstáculo quase intransponível em dias úmidos, quando a situação comum era a de empurrar o veículo para sair do atoleiro. Ainda ressalta que nesses períodos a cidade ficava incomunicável; dificilmente se saía ou chegava a ela. Mesmo assim, deve-se supor que a construção da referida ponte deve ter significado momento ímpar na viabilização dos meios de transporte do município, justificando o registro e comemoração.

---

<sup>118</sup> Entrevista oral concedida a Joubert Paulo Teixeira em 18/02/2006. Duração: 2h:35 min



Antes que as estradas fossem melhoradas e os transportes postos em circulação, o meio de se locomover eram os caminhões de madeira, que, além de transportarem cedros e outras espécies de madeira, também transportavam pessoas.

Naquela época era difícil chegar até Santa Fé. Pagava-se um mil réis o metro de picadão, feito com foice e enxadão. Mas o pessoal mesmo se reuniu e fez estradas para Londrina através de Arapongas e para Presidente Prudente, através de Guaraci. Foi por esse picadão na *mata virgem*, que Manoel Fernandes chegou com sua família num caminhãozinho “pé-de-bode”. Era o único meio de comunicação com o mundo *civilizado*<sup>119</sup>.



Foto nº: 09.  
Autoria: Família Fernandes  
Data: 1951.  
Cromia: monocromática.  
Dimensões: 23x17 cm.  
Acervo/procedência: Secretaria de Cultura da Prefeitura.

Nesta fotografia podemos ver ao centro um caminhão Ford, modelo 1929, conforme informação presente na legenda: “Pé de bode’ (nome popular dos antigos

<sup>119</sup> JORNAL PULSANDO. p.10. Grifos nossos. Há nos periódicos a representação da região de Santa Fé como um território intocado, selvagem, que vai se “civilizando” na medida do seu contato com outras áreas mais desenvolvidas e da chegada de pessoas para ocupá-lo. Esquece-se sobretudo, que essa área já se configurava como conhecida para diversos agentes humanos, desconsiderados pela visão tradicional.

Ford 29). Propriedade da família do Sr. Manoel Fernandes”. Está carregado com objetos que se parecem com móveis. Em cima do chassi vêm-se três crianças, e logo atrás, próximo à porta do passageiro, podemos enxergar o rosto de um homem. Ao fundo, do lado esquerdo, podemos ver duas construções de madeira e um muro que as cerca. Do lado direito, próximo ao pneu traseiro, pode-se ver um galão de combustível, parcialmente fora do enquadramento da fotografia. Na placa do veículo conseguimos ler: “Garça - SP 37-34-65”.

O senhor Manoel Fernandes chegou à região de Santa Fé em 1951, vindo de Garça – SP. Ao ouvir notícias sobre a possibilidade de enriquecimento nesta região, decidiu adquirir uma propriedade rural, dada a fama da fertilidade do solo, considerado excelente para o cultivo de café<sup>120</sup>.

Segundo informações presentes no Jornal Pulsando, este caminhão serviu a princípio de residência para a família Fernandes, enquanto sua casa era construída no meio da mata.

[...] E muitas vezes numa semana a família tinha que ser desalojada do caminhão, porque Manoel Fernandes tinha que transportar um doente, um defunto, um casamento e até o primeiro time de futebol<sup>121</sup>.

A importância de fotografar o próprio veículo nos remete ao questionamento da possibilidade de essa ação ter-se processado em seu momento de chegada ao núcleo urbano. O mobiliário visto na carroceria seria de sua propriedade, ou o estava transportando para alguém? O galão de combustível, possivelmente colocado de forma consciente no “território” imagético, indica a chegada da família ou seria coincidência?

O fato de o veículo ter sido utilizado como residência reforça sua relevância e o motivo de ser registrado e cuidadosamente preservado nos jardins da memória familiar. A presença de crianças sobre o chassi do veículo (três dos seis filhos do senhor Manoel Fernandes) remete à expectativa de um futuro próspero. Além disso, a imagem do caminhão é significativa não só como abrigo para uma família em busca de melhores condições de vida, mas também como representação de suas posses.

---

<sup>120</sup> Entrevista do Sr. Manoel Fernandes publicada em *Alguns pontos da história de nossa terra* de autoria de Sérgio Macedo. Santa Fé. Snt.

<sup>121</sup> JORNAL PULSANDO. Op. cit. p.10.

Se o registro dos bens materiais objetivava construir uma representação de ascensão social, a aquisição de tais bens, por si só, conferia distinção junto à comunidade<sup>122</sup>. A senhora Antônia Ponciano nos relata que um rádio de pilhas na década de 1950 era artigo de luxo, somente possível com o sucesso da colheita de café<sup>123</sup>. Afirma que em uma colheita obteve o rendimento suficiente para adquirir um rádio e uma carroça de rodas de madeira.

Essas posses, segundo ela, proporcionaram maior *status* em meio às famílias vizinhas. Nesse sentido, o aparelho também se tornou instrumento de sociabilidade, pois reunia em sua casa todos os amigos, interessados na programação radiofônica. A carroça também melhorou consideravelmente sua vida, pois o trajeto que antes fazia a pé, entre a “Água do Ó” – local de sua moradia – e a cidade de Santa Fé passou a ser feito com o veículo. Conta-nos que uma vez por semana saía pela manhã para vender verduras na cidade, levando na cabeça um cesto cheio de hortaliças. O dinheiro que obtinha com a venda desses produtos era utilizado na compra de açúcar e outros itens no “Armazém do Nonose”. Ressalta ainda a dificuldade, antes da compra da carroça, em percorrer os três quilômetros que separavam sua residência da área urbana.

Percebemos a recorrência da idéia de construir um novo local para morar. As imagens captadas pelas câmeras tendem a representar a construção de uma comunidade. Nesse sentido, os diversos atores sociais buscavam ressaltar a necessidade de ordenar o espaço, dominar a natureza, e também de apoiar-se na união e fraternidade entre aqueles que viviam essa nova experiência.

Ordenar o espaço deriva da questão de como a nascente sociedade via o ambiente em que se erguia a cidade. Desse modo, se por um lado a natureza era vista como dadivosa, por outro era vista como um obstáculo ao progresso. Nesse sentido podemos questionar como a natureza era entendida à época da formação da cidade de Santa Fé.

---

<sup>122</sup> O entendimento das modalidades de distinção no âmbito de uma sociedade pode ser ampliado a partir de uma leitura das obras de Pierre Bourdieu. Dentre elas destaca-se \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

<sup>123</sup> Entrevista oral concedida a Joubert Paulo Teixeira em 26/02/2007. Duração: 1h36 min



Foto nº: 10.  
Autoria: Imobiliária Carezzato e França.  
Data: 1948.  
Cromia: monocromática.  
Dimensões: 23x17 cm.  
Acervo/procedência: Secretaria de Cultura da Prefeitura.

Na fotografia acima podemos visualizar quatro homens em meio às máquinas. Um deles está atrás de um tanque, em pé, com as mãos em volta de um bastão. Outro, vestido de branco e mais à direita, está apoiado sobre a base do tanque. O homem do meio está com a mão esquerda sobre uma máquina, o da direita está agachado. Todos estão entre troncos na posição vertical e dois deles usam chapéus. Entre eles há máquinas movidas por engrenagens, polias, tábuas, tanques e outros artefatos não identificáveis. Em meio a eles há troncos de madeira no chão. Ao fundo vêem-se árvores secas caídas, troncos e poucas árvores em pé. No final do campo de visão há uma floresta.

Havia um sentimento de ambivalência perante a natureza ainda selvagem, por esta não ser controlada. Por essa razão a meta que guiava os primeiros moradores era a submissão da mata e a transformação do meio ambiente em algo produtivo e manejável pelas mãos do homem.

Construiu-se a representação de que o espaço não colonizado era vazio física e moralmente, devendo o homem dominá-lo em nome do progresso e da civilização. Dessa maneira imagens como a apresentada logo acima retratam o sentimento de

desbravamento, sendo as árvores vistas como um obstáculo ao desenvolvimento, pois impedem o crescimento horizontal da cidade, o avanço em direção à linha que separa o céu e a terra.

Tanto a narrativa fílmica quanto os documentos fotográficos reforçam a necessidade de transformação e domínio sobre a natureza, semeando o progresso por meio da expansão da cidade. Essa semente, ao florescer, tem que superar as barreiras que impedem seu crescimento, ou seja, a floresta. O horizonte é o limite a partir do qual a cidade passará a se verticalizar; enquanto o objetivo primordial é aproximar a cidade dos centros mais “civilizados”.

Na fotografia acima, indicada pela legenda como a primeira serraria da época da “colonização”, de propriedade do senhor Luiz Zapparoli, são reveladas nuances do negócio da madeira. Relatos orais afirmam a lucratividade do dono do empreendimento, bem como de quem se colocava a seu serviço.

Naquela época o emprego que mais dava lucro era o de derrubar árvores. A cidade vivia cheia de tropeiros vindos das mais diferentes regiões, sobretudo de Londrina e algumas cidades do sul de São Paulo. Pagava-se 500 contos de réis por alqueire de mata derrubada<sup>124</sup>.

Nesse sentido o filme produzido pela Imobiliária Carezzato e França buscou justificar o desmatamento como necessidade imperiosa para que se introduzisse o progresso nos recantos santafeenses. A produção ressalta a contratação de machadeiros por parte dos compradores de terras,

[...] que derrubam as perobas a fim de prepararem o terreno para as futuras lavouras. E a queda dessas gigantescas árvores, em holocausto ao progresso, constituem espetáculo impressionante<sup>125</sup>.

---

<sup>124</sup> Entrevista do senhor Manuel Esteves publicada em *Alguns pontos da história de nossa terra*, de autoria de Sérgio Macedo. Santa Fé. Snt.

<sup>125</sup> *Cidade Santa Fé*. [Filme]. Rossi Filmes. Londrina. 1950. 30 min. PxB. Son. A cena com a mencionada narração foi exibida aos 8min e 07s. A fotografia nº 10 faz parte do registro fílmico e fotográfico realizado pela Imobiliária Carezzato e França. Aos 8min e 45s da supracitada película foi enfatizado sobre o trabalho diário de tal serraria, fornecendo madeira para a construção de casas no logradouro. Essas cenas foram gravadas em plano aberto, permitindo ao espectador vislumbrar o conjunto de elementos relacionados ao foco de interesse. Também há cenas em movimento panorâmico e enquadramentos fechados nas máquinas. Nessa seqüência percebemos alteração da sonoridade do filme, com um instrumental que busca acompanhar o ritmo das máquinas, e assim causar empatia na assistência.

As árvores também eram consideradas empecilho ao estabelecimento dos moradores. A película enfatiza as privações dos moradores enquanto aguardavam a derrubada da floresta em suas propriedades, para que pudessem construir suas moradias. Assim inicialmente eles se estabeleciam em “ranchos toscos”, “moradas provisórias”.



Foto nº: 11.  
Autoria: Imobiliária Carezatto e França  
Data: 1948.  
Cromia: monocromática.  
Dimensões: 23x17 cm.  
Acervo/procedência: Secretaria de Cultura da Prefeitura.

As pessoas que acorriam a Santa Fé conduziam suas ações a partir de uma perspectiva migratória, sendo que o desejo de se enraizar em um local repleto de possibilidades os trouxe à cidade. Fez-se presente a imagem de que o passado de agruras de cada um podia ser eliminado em favor de um futuro a ser moldado da melhor forma possível. Dessa maneira a cidade foi sendo erguida em oposição à natureza.

Na fotografia acima podemos visualizar tais aspectos. As árvores foram dando lugar a ruas. Neste caso se trata da avenida principal da cidade, em 1948<sup>126</sup>.

---

<sup>126</sup> Apesar de indicada na legenda como Avenida Pres. Getúlio Vargas, o logradouro é na verdade a Avenida Paraná, antigo nome daquela avenida. Naquela época a Avenida Getúlio Vargas tinha outra

O senhor Vicente Honório nos relata que até o início da década de 1960 ainda havia troncos de árvores em meio às ruas, somente eliminados totalmente a partir da terceira gestão municipal, do senhor Airton Trevisan (1965-1969), quando também o asfalto chegou à cidade. A preocupação em conferir ao local um visual urbano vinha desde a primeira gestão, a do senhor Salvador Domênico Sobrinho (1957-1960), quando foram contratadas pessoas exclusivamente para retirar troncos de árvores das ruas e estradas<sup>127</sup>.

Vicente Honório nos relata ainda a alegria da população quando da chegada da energia elétrica à cidade, na gestão de Oséias Ribas Ferreira (1961-1964). Essa benfeitoria foi instalada primeiramente na avenida principal e na Praça da Igreja, até então abastecidas por um motor-gerador instalado nos fundos da casa paroquial<sup>128</sup>. Segundo o entrevistado, esse fato representou uma mudança significativa na vida da população, pois antes desse período a cidade ficava às escuras meia hora após as missas, quando o pároco desligava o gerador; exceto em momentos festivos, quando havia a projeção de filmes de temática religiosa por meio de um projetor de 16 milímetros, adquirido em 26 de junho de 1958. Havia iluminação somente em frente a alguns estabelecimentos, como o cinema, por exemplo, todos abastecidos por geradores.

Nem sempre o discurso que opunha cidade e meio ambiente correspondia à realidade. A natureza, vista de forma dual - ora como dadivosa, ora como um obstáculo ao crescimento da cidade -, também apresentava um comportamento ambíguo; se por um lado a terra se apresentava como fértil, por outro o rigor do clima muitas vezes castigava o agricultor.

#### 1.4 Uma terra... fértil?

Conta-se que em 1924 o lorde inglês Lovat [Simon Fraser], colonizador na Austrália e na África, visitou a região Norte do Paraná e afirmou que as melhores terras do continente estavam entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí. Nessa ocasião ele enviou para Londres uma amostra da terra norte-paranaense. O resultado da análise feita

---

localização; cruzava com a Avenida Paraná em eixo perpendicular logo à frente da praça da igreja, tendo posteriormente seu nome alterado para Avenida Arapongas.

<sup>127</sup> Entrevista oral concedida a Joubert Paulo Teixeira em 05/03/2007. Duração: 1h37min

<sup>128</sup> LIVRO TOMBO da Paróquia Nossa Senhora das Graças. p. 11 verso. O documento nos informa que o conjunto gerador servia para iluminação da igreja, casa paroquial, praça e sistema de alto-falantes, tendo sido comprado em 12 de maio de 1958 aos irmãos Petri, pelo preço de 58 mil cruzeiros; sendo o equipamento semi-novo.

na Inglaterra foi esta: “recebemos o adubo, mande a terra para análise”<sup>129</sup>.

A propaganda intensiva promovida pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – loteadora de extensa área do território norte-paranaense – de que tais terras constituiriam um verdadeiro Jardim do Éden de fertilidade favoreceu sobremaneira a venda de lotes por parte de outras companhias, bem como inspirou suas próprias estratégias publicitárias.

Omitindo de toda forma a possibilidade de geadas, essa propaganda ressaltava que o Paraná era um paraíso de clima ameno e terras propícias a qualquer gênero de cultura. Os aspectos climáticos serviram a um duplo sentido, pois também foram utilizados como atrativo à imigração européia. No Paraná estas populações, consideradas superiores na promoção do desenvolvimento do Estado, encontrariam um novo lar, semelhante ao deixado na Europa<sup>130</sup>.

Em um contexto como esse a Imobiliária Carezzato e França pôde construir sua propaganda, que além de atrair milhares de compradores, influenciou o modo de a população perceber a localidade.



Imagem 9 – Tomada de cena do Filme Cidade Santa Fé. Exibida aos 11min e 18s.  
Autoria: Rossi Filmes  
Data: 1950

<sup>129</sup> JORNAL PULSANDO. Op. cit. p. 10.

<sup>130</sup> MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente*. São Paulo: Anhembi, 1955. p. 110.



A imagem acima foi construída a partir de um movimento panorâmico da direita para a esquerda, em plano aberto, permitindo ao espectador esquadrihar o ambiente e visualizar a extensão das lavouras de café. O momento de captação da imagem torna-se significativo, pois se escolheu o período de florada dos cafeeiros, que foram o objeto de interesse dessa tomada de cena. Com uma sonoridade dinâmica e uma narrativa concisa, tais imagens buscavam convencer quem as visse da pujança dessa cultura e das possibilidades de lucro com sua colheita.

Ao plano de tomada de cena, à sonoridade e aos movimentos da câmera somam-se os efeitos de corte, que conferem um aspecto arrojado à comunicação proposta pelo filme. A imagem acima compõe uma seqüência de vinte e um segundos, iniciada com uma panorâmica do senhor Lupércio Carezzato caminhando em meio à plantação. Ao final do movimento há um corte para um enquadramento que enfoca o referido senhor diante de um pé de café. O final da tomada é composto por um enquadramento em plano médio do senhor Carezzato examinando a florada do cafeeiro.



Imagem 10 – Tomada de cena do Filme Cidade Santa Fé. Exibida aos 11min e 36s.  
Autoria: Rossi Filmes  
Data: 1950

Durante o desenrolar da cena o narrador argumenta:

Também aqui o café é rei! As primeiras lavouras despontam promissoras. Os pés, muito novos, apresentam aspecto de incomparável vigor e a maravilhosa florada enche de esperanças o coração do lavrador, que teve a feliz inspiração de empregar nestas terras as suas honestas economias<sup>131</sup>.

Como evidenciado por Sandra Pelegrini<sup>132</sup>, a seqüência cinematográfica busca realçar o tema enfocado, conduzindo o espectador a raciocinar e entender a trama narrada pela história. Constrói o desejo de ver o que será proposto em seguida. Nesse sentido o filme busca relacionar o florescimento do café com a esperança em um futuro promissor, repleto de lucros. Na sua majestade estariam depositados esses sentimentos.

Como expõe Nadir Cancian, do início até meados do século XX o plantio do cafeeiro constituiu uma presença significativa na sociedade norte-paranaense. O café se tornou o alicerce da agricultura deste Estado, levando as outras atividades a gravitarem ao redor de seu círculo de influência. A economia de diversas localidades tornou-se dependente das colheitas e da expansão desta cultura, sendo que as terras mais férteis foram destinadas ao seu plantio<sup>133</sup>.

Nesse sentido a fama da fertilidade do solo se tornou o atrativo para a maioria dos compradores, crentes na total adequação desse solo e também do clima para o cultivo de café. Como relatou o senhor Manuel Esteves, um dos agricultores daquela época, no início da década de 1950 tais expectativas não foram frustradas, pois

[...] veio a época do plantio acompanhada de excelentes chuvas, eu e meu cunhado deixamos nossas esposas tomando conta da pensão e fomos plantar café no lote rural. O café crescia bonito e viçoso. As mudas vieram de Arapongas. Além de café, plantamos ainda milho e feijão. O resultado da colheita foi excelente, tanto é que chegamos a vender sementes para outros agricultores<sup>134</sup>.

---

<sup>131</sup> *Cidade Santa Fé*. [Filme]. Rossi Filmes. Londrina. 1950. 30 min. PxB. Son. A seqüência analisada estende-se entre 11min e 15s e 11min e 36s.

<sup>132</sup> PELEGRINI, Sandra de Cássia A. História e imagem: a ficção teatral e a linguagem cinematográfica. In: PELEGRINI, Sandra de Cássia A. e ZANIRATO, Sílvia H. (orgs.) *Dimensões da imagem: abordagens teóricas e metodológicas*. Op. cit. p. 127.

<sup>133</sup> CANCIAN, Nadir A. *Cafeicultura paranaense (1900-1970)*. Curitiba: Grafipar, 1981. p. 89 e seguintes.

<sup>134</sup> Entrevista do Sr. Manuel Esteves publicada em *Alguns pontos da história de nossa terra* de autoria de Sérgio Macedo. Santa Fé. Snt.

Dona Antônia Ponciano relata que na área rural os produtos de subsistência não chegavam a adquirir preço, pois todos plantavam e colhiam fartamente. Segundo ela, nas terras santafeenses a palavra “fome” estava abolida do vocabulário, pois não havia cultura que não propiciasse uma colheita abundante. A única dificuldade encontrada pelos primeiros moradores, segundo seu relato, fora o desmatamento para a implantação das lavouras<sup>135</sup>.

Da mesma forma, o senhor Vicente Honório nos informa sobre a exuberância não só dos cafeeiros, mas de todas as espécies alimentícias plantadas por ele. Salienta a fartura que imperava na região. Com pesar relata que em 1956 teve que enterrar 120 sacos de feijão colhidos por ele, pois não havia preço para a venda e o proprietário do sítio onde trabalhava proibira a permanência do material perto da colônia de trabalhadores, devido ao mau cheiro. Afirma que colheu tanto milho que, não tendo lugar para guardá-lo, os grãos chegaram a brotar nos montes que havia feito em meio à plantação<sup>136</sup>.

Segundo o senhor Carlos de Deus, a década de 1950 constituiu a idade de ouro do café em Santa Fé, sendo este considerado o “ouro verde”. As colheitas aumentavam sobremaneira a circulação de dinheiro no município, e a expansão da agricultura cafeeira levava à absorção de toda a mão-de-obra disponível a um preço sobrevalorizado.

Foto nº: 12.  
Autoria: Família Duarte  
Data: década de 1960.  
Cromia: monocromática.  
Dimensões: 6,5 x 8,8 cm.  
Acervo/procedência: Sr. José Duarte

A fotografia ao lado consta em álbum de família e retrata familiares do referido senhor. Foi tomada na ocasião das festas natalinas, na localidade da Água das Pedras, onde residiam e trabalhavam<sup>137</sup>.



<sup>135</sup> Entrevista oral concedida a Joubert Paulo Teixeira em 26/02/2007. Duração: 1h36min

<sup>136</sup> Entrevista oral concedida a Joubert Paulo Teixeira em 05/03/2007. Duração: 1h37min.

<sup>137</sup> O indivíduo em primeiro plano, do lado direito, segura nas mãos uma espécie de valise. A incongruência em portar esse artefato em meio à plantação nos leva a supor um desejo de conotar

A escolha de tal cenário para a tomada da fotografia nos leva a supor a relevante significância do café para a vida dessas pessoas. Busca relacionar a agricultura com os valores familiares, haja vista a presença de crianças.

O fotógrafo, apesar de optar por um enquadramento vertical, conferindo um aspecto sóbrio ao documento e provocando uma concentração das linhas de visão, procurou inserir os cafeeiros no quadro imagético. Dessa maneira a construção fotográfica se origina tanto dos retratados quanto do retratista.

O senhor Vicente Honório expõe que os planejamentos familiares se baseavam na época da safra desse produto. Tudo que as pessoas almejavam conseguir era obtido após a colheita, afirmando que era nessa época que “os agricultores tiravam o pé do lodo”. Afirma que esse período propiciava muito dinheiro para todos que se engajavam nessa atividade, “tanto para os proprietários quanto para os colhedores”. Informa que aquele era um momento de festividades<sup>138</sup>. Se em 1956 a alta fertilidade do solo e a queda do preço do produto no mercado levaram o senhor Vicente Honório a enterrar sacas de feijão, em 1960 a situação foi diferente para o Sr. José Duarte.



---

valores materiais à fotografia. A pessoa ao fundo, do lado esquerdo, é José Duarte. Devemos perceber também que a composição das pessoas segue a direção da “rua” da plantação. A importância do café se refletiu em diversos setores da sociedade; tanto é que na contracapa do livro *Santa Fé revive sua história*, de autoria de Dulcilene Brambilla, aparece uma gravura da cidade emoldurada por um ramo de cafeeiro, assim buscando uma associação entre ambos.

<sup>138</sup> Entrevista oral concedida a Joubert Paulo Teixeira em 05/03/2007. Duração: 1h37min.

Foto nº: 13.  
Autoria: Família Duarte  
Data: 1960.  
Cromia: monocromática.  
Dimensões: 9 x 6 cm.  
Acervo/procedência: Sr. José Duarte

A fotografia acima foi tirada no sítio do senhor Francisco Lalli em 1960 e retrata um caminhão com várias pessoas em volta<sup>139</sup>. Segundo o referido senhor, nos meses de maio e junho se colhia o chamado *feijão da seca*, e essa foi a ocasião da tomada da imagem, com toda a família e amigos reunidos. O caminhão era de propriedade do senhor Lalli. O senhor José Duarte arrendava terras para plantar, além de trabalhar para aquele senhor, assim como várias pessoas presentes na fotografia.

O que tentamos buscar nessa imagem é o seu significado para essas pessoas. O que leva toda a família e amigos a posarem para o retrato, na ocasião do final da colheita. Sem entrar na discussão da introdução de valores capitalistas destruindo antigas tradições, podemos supor que o final da colheita é ocasião de união, de se guardar na memória, de festejar. Como argumenta Edward P. Thompson:

[...] É igualmente um momento em que os ritmos coletivos mais antigos irrompem em meio aos novos, e uma porção do folclore e dos costumes rurais pode ser invocada como evidência comprovadora da satisfação psíquica e das funções rituais – por exemplo, a obliteração momentânea das distinções sociais – da festa do fim da colheita<sup>140</sup>.

Certos elementos chamam a atenção na fotografia: as crianças e os homens de chapéu, os homens segurando crianças em seus braços – ressaltando o valor da família –, o homem na cabine do caminhão com o braço apoiado na porta,

---

<sup>139</sup> Pode-se ver uma edificação e árvores atrás do caminhão. Há um homem na cabine do veículo, duas crianças sobre o capô e uma mulher encostada na lateral. Três mulheres estão à frente da mulher encostada, todavia a da esquerda está parcialmente fora do enquadramento. Entre a porta da cabine e a carroceria estão três homens em pé; o da direita, vestido com um *blaizer* preto, segura um tecido. No lado direito da fotografia uma senhora, com uma criança à sua frente, e também um homem parcialmente fora do enquadramento. Sentados na lateral da carroceria vemos dois homens, o da direita segurando algo nas mãos, e dentro desta, um homem e uma criança estão provavelmente sentados ou ajoelhados. Logo atrás dois homens em pé na carroceria seguram crianças em seus braços, o da direita, duas e o da esquerda, uma. Há também uma criança em pé do lado esquerdo desses homens.

<sup>140</sup> THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Op. cit. p. 274.

mostrando um relógio, outros com a camisa alinhada dentro da calça, mulheres trajando vestidos de festa, um homem de terno preto; ou seja, a maioria veste roupas que não são do cotidiano de trabalho, mas especialmente escolhidas para a ocasião da fotografia. Isso nos leva a concluir que estas atitudes e a mostra do caminhão implicam em representações das riquezas ou dos bens materiais adquiridos. Além dos valores familiares, dos costumes, essa alegria também é permeada pelo êxito do trabalho de colheita e, muitas vezes, da sua rentabilidade, além da comemoração pelo final do trabalho incessante.

No caso do café, a principal fonte de renda das inúmeras propriedades instaladas nesse período, o grande medo eram as geadas, segundo o relato do senhor Carlos de Deus<sup>141</sup>. Todos os entrevistados, com exceção do senhor Vicente Honório, apontam as intempéries climáticas como causa do declínio dos cafeeiros. Somente este último percebe que, além desse fator, a forma de trabalho da qual eram dependentes estava em declínio a partir da década de 1960, pelas tentativas do governo federal de transformar as propriedades em empresas rurais, por meio da mecanização do campo<sup>142</sup>. De outro lado não mencionam as crises de superprodução, que levaram à queda no preço do produto.

Estabelecem-se dois momentos cruciais para a agricultura cafeeira do município de Santa Fé: o ano de 1955, ocasião em que uma grande geada comprometeu a maior parte das lavouras café, sendo que muitos agricultores “endividados até o pescoço, desesperados com a situação, no mesmo ano venderam tudo e levantaram mudança em direção a outras regiões, deixando para trás um sonho irrecuperável”<sup>143</sup>; e o ano de 1975, quando a temperatura chegou a sete graus negativos. Afirmou o senhor Manoel Fernandes que “dessa vez a perda foi total [...] cheguei a perder 60 mil pés de café”. Poucas pessoas perceberam de imediato o perigo que representava a geada. Com pesar, o senhor Orlindo Belintani relembra que “Ricardo Lunardelli [...] veio para Porecatu em 1940 e, em 1943 falou para o meu pai que o Paraná era um blefe em matéria de café, o perigo eram as

---

<sup>141</sup> Entrevista oral concedida a Joubert Paulo Teixeira em 28/02/2007. Duração: 30min.

<sup>142</sup> Entrevista oral concedida a Joubert Paulo Teixeira em 05/03/2007. Duração: 1h37min.

<sup>143</sup> Entrevista do Sr. Manoel Fernandes publicada em *Alguns pontos da história de nossa terra* de autoria de Sérgio Macedo. Santa Fé. Snt.

geadas”<sup>144</sup>. No intervalo entre esses dois períodos a produção caiu de 170 para 50 sacas por mil pés de café.

Diante disso constatamos que em certas épocas o temor das geadas levava os agricultores a apelar à Providência Divina. Em 1957, dois anos após a grande geada e também um ano de frio considerável, realizaram orações durante todo o mês de maio – ocasião em que era comemorado o Mês de Maria – para que os agricultores ficassem livres dos rigores do clima<sup>145</sup>. Em 02 de junho do mesmo ano, ao final da festa da padroeira da cidade – Nossa Senhora das Graças – foi realizada uma procissão e em seguida um agricultor, membro da Congregação Mariana, servindo como intercessor entre os agricultores e a Igreja, leu um termo de compromisso entre eles e a padroeira. Nesse documento eles assumiam o compromisso de doar dez por cento da colheita de café, para as obras da Paróquia, caso ficassem livres da geada. Nesses termos

Se ficarmos livre da geada, ofereceremos anualmente espontânea e livremente, para as obras da nossa Paróquia e da nossa Diocese, o 10% da nossa colheita de café. Entendemos obrigar-nos em consciência e desejamos que os nossos filhos um dia renovem o presente compromisso<sup>146</sup>.

Quinze representantes de famílias concordaram com a obrigação. O documento segue uma estrutura formal: primeiro nomeia a quem será formulado o pedido e as “testemunhas”, em seguida realiza o pedido e, por fim, a assinatura dos agricultores garante o pacto firmado. Como em todo contrato, envolve ambas as partes; assim relembram que entregarão “fielmente” dez por cento de sua colheita somente no caso de ficarem livres do flagelo do frio.

Segundo a visão apologética do Jornal Pulsando a respeito de famílias tradicionais, a generosidade para com a Igreja não foi abalada mesmo nos momentos de fortes geadas<sup>147</sup>. Apesar de não haver intempéries climáticas no período compreendido entre 1957 e 1958, encontramos algumas alterações no “Compromisso contra a geada” renovado em primeiro de junho de 1958<sup>148</sup>. Os dez

---

<sup>144</sup> Entrevista do Sr. Orlindo Belintani publicada em *Santa Fé revive sua história* de autoria de Dulcilene Brambilla. Op. cit. p. 74.

<sup>145</sup> LIVRO TOMBO da paróquia Nossa Senhora das Graças. p. 05 verso.

<sup>146</sup> Idem. p. 06 verso. O documento na íntegra encontra-se anexo ao trabalho. Consta a assinatura do Sr. Acácio Duarte, irmão do Sr. José Duarte, entrevistado em nossa pesquisa.

<sup>147</sup> JORNAL PULSANDO. Op. cit. p. 12.

<sup>148</sup> LIVRO TOMBO da paróquia Nossa Senhora das Graças. p. 10 verso.

por cento passaram a ser cinco, e além disso houve a saída de nove agricultores, restando somente três que aderiram ao pacto<sup>149</sup>. Em 1959 somente os senhores Domingo e Honório Colombo e os irmãos Pinheiro ainda ofereceram cinco por cento de sua colheita. Em 1960, com o retorno de Caetano Colombo ao compromisso, só restou essa família firmando o documento, motivo de elogios por parte do pároco<sup>150</sup>. A “fidelidade” parece ter declinado sobremaneira, mesmo tais agricultores tendo ficado livres de geadas até o fatídico ano de 1975.

Pelo que analisamos até o presente, em momentos de alegria ou de tristeza encontramos a fotografia como um documento capaz de manter viva a memória, garantindo a coesão do grupo e mantendo valores em comum, além de comunicar aos pósteros os seus modos de vida. Ocasões festivas, como o final da colheita, tornavam-se propícias à reunião de amigos e familiares para comemorar os resultados obtidos, além de reforçar a fraternidade. Nesses períodos importantes, que se desejava eternizar, torna-se coerente a tomada do retrato, e também o motivo de guardá-lo nos recantos da memória familiar. Essas questões serão tratadas na unidade seguinte.

---

<sup>149</sup> Continuaram no pacto os agricultores Gerônimo Favato, Domingo, Honório e Caetano Colombo, João Batista, Luiz Bistafa e os irmãos Pinheiro. Aderiram os senhores José Brambilla, Severino Zani e Nelson Ferreira da Silva.

<sup>150</sup> LIVRO TOMBO da paróquia Nossa Senhora das Graças. p.19 verso. Nesse momento a paróquia conseguiu congregiar novamente diversos agricultores; o evento, no entanto, não teve caráter de compromisso, mas de doação para o pagamento da construção da nova Igreja Matriz. Todavia o pároco relembra os quatro anos em que tal família cumpriu o acordo. Após esse momento o referido “Compromisso contra a geada” caiu em desuso.



## ***Unidade II***

### ***Fotografar: uma arte da memória***

A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido.  
(Walter Benjamin).

Olhar esta fotografia é como voltar no tempo. Tudo daquela época me volta à memória, as crianças correndo, o cheiro da terra, o pessoal gritando...<sup>151</sup>

(Eloy R. dos Santos)

Foto nº: 14.

Autoria: Sr. Eloy R. dos Santos.

Data: 07/09/1959.

Cromia: monocromática.

Dimensões: 6,5 x 6,5 cm.

Acervo/procedência: Sr. Eloy R. dos Santos.



\*

Caso tenhamos conseguido a contento situar a fotografia enquanto representação, no âmbito de sua produção enquanto bem cultural torna-se necessário apontar para seus usos e sua circulação. Se por um lado a fotografia é culturalmente condicionada, também é portadora de modos de ver particularizados pelo contexto histórico no qual foi produzida, conduzindo o olhar sobre esse dado contexto. As modalidades de filtragem exercidas pelos atores envolvidos influenciam sua produção, tornando-se dados úteis para a compreensão dos processos estudados pelo pesquisador.

A fotografia torna possível a percepção dos fenômenos que nos rodeiam através de um processo que transcende o nível da linguagem, pois carrega em sua mensagem diversos significados. É, assim, um elemento condicionado e condicionante na prática dos agentes socioculturais.

Como ressaltam Mauad e Cardoso<sup>152</sup>, o fator principal para se chegar ao que não foi imediatamente revelado pela fotografia é inseri-la no panorama cultural no qual foi produzida, e entendê-la como uma escolha realizada de acordo com uma

<sup>151</sup> Entrevista oral concedida a Joubert Paulo Teixeira em 18/02/2006. Duração: 2h35min.

<sup>152</sup> CARDOSO, Ciro F. e ANDRADE, Ana Maria Mauad. História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo. (orgs.) *Domínios da História*. Op. cit. p. 406

dada visão de mundo. Em momentos importantes, que sentimos a necessidade de eternizar, a fotografia surge como um documento para reavivar a memória, garantindo a continuidade simbólica do grupo, pois nossa sociedade busca revivê-la por meio de lugares, objetos e ações. A memória impregna o objeto e o restitui ao todo ausente, ressitua o sujeito no mundo vivido.

Seja indo aos estúdios de fotografia algumas vezes por ano, seja deixando-se retratar por fotógrafos amadores ou familiares, homens e mulheres que não fazem mais parte de nosso tempo quiseram imortalizar algum momento de sua existência ou demonstrar a parentes distantes como estavam vencendo na vida.

Como lembrança pessoal ou de família a fotografia traz diversos significados. Dessa forma, para entendê-la é necessário situá-la em uma complexa posição, pois se por um lado ela se torna um lugar de memória, evocando algum momento, por outro também está sujeita a uma pluralidade de leituras e reapropriações; destarte, estando em um tempo que não é mais o dela, pode circular pelas mãos de outros “senhores”.

Nesse sentido, pretendemos articular novamente os conceitos de leitura e representação propostos pelo historiador Roger Chartier, mas também dialogar com a proposição de “lugar de memória” segundo Pierre Nora. Buscamos assim ampliar a possibilidade de a fotografia, no tempo atual, permitir a passagem a um tempo pretérito.

## 1.1 Os jardins do tempo

A primeira questão que se apresenta ao se estudar a memória é a demarcação entre esta e a história. Segundo o historiador Pierre Nora, longe de serem sinônimos, memória e história estão sempre opostas uma a outra. Argumenta que, enquanto a memória sempre emerge de um grupo unido por ela, sendo assim coletiva, plural e individualizada, a história pertence a todos e a ninguém, tendo uma vocação para o universal. Nesse sentido:

[...] A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de

longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado<sup>153</sup>.

Segundo sua compreensão, ocorre na sociedade atual a passagem de uma memória verdadeira, abrigada no gesto e no hábito, para a história, que é quase o seu contrário, vivida como um dever, voluntário e deliberado, além de individual. Esse novo processo mnemônico se apóia inteiramente no vestígio, no que há de mais concreto, pois quanto menos a memória é vivida no interior, mais ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis, vivendo somente através delas. A narrativa histórica aborda o passado como algo distante, portador de uma essência que deve ser sempre analisada, revista e criticada.

Ambas, história e memória, evocam uma matéria-prima comum, qual seja, o passado; porém a diferença cabal entre as duas é justamente a sua compreensão. Como expõe Halbwachs, a memória coletiva não pode ser confundida com a história, pois esta, em sua leitura, começa justamente onde a memória termina; e a memória acaba quando não tem mais como suporte um grupo, pois é vivida, física ou afetivamente. Quando o grupo desaparece, a única forma de eternizar as lembranças - que para os grupos existentes são exteriores - é fixá-las em uma narrativa, uma vez que, se os pensamentos morrem, os escritos permanecem<sup>154</sup>. Dessa maneira, sua argumentação se baseia no fato de que, enquanto a história pressupõe a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social e projetada no passado reinventado, a memória recompõe magicamente esse passado<sup>155</sup>.

É lícito entender a memória como um sistema organizado de lembranças cujo suporte são grupos espacial e temporalmente situados, assegurando a coesão e solidariedade e que precisam ser permanentemente reavivadas. Desse modo, Ulpiano Meneses salienta que:

[...] A memória, como construção social, é formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional. Não se confunde com a História, que é

---

<sup>153</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo, n. 10, dez. 1993. p. 09.

<sup>154</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990. p. 80-81.

<sup>155</sup> Idem. p. 14. Tal leitura da argumentação de Maurice Halbwachs foi realizada pelo prof. Jean Duvignaud e encontra-se no prefácio da referida obra.

forma intelectual de conhecimento, operação cognitiva. A memória, ao invés, é operação ideológica, processo psico-social de representação de si próprio, que reorganiza simbolicamente o universo das pessoas, das coisas, imagens e relações, pelas legitimações que produz. A memória fornece quadros de orientação, de assimilação do novo, códigos para classificação e para o intercâmbio social<sup>156</sup>.

Sob a ótica do historiador Jacques Le Goff, essa diferença se daria na correção do discurso da memória pela História. Segundo ele, “a primeira é essencialmente mítica, deformada, anacrônica, mas constitui o vivido desta relação nunca acabada entre o presente e o passado”<sup>157</sup>. Os estudos da história deveriam corrigir o que seria uma história tradicional falseada. E ainda, “a história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros”<sup>158</sup>.

Assim, como expõe Sandra Pesavento, a memória se contentaria com a credibilidade no reconhecimento de uma evocação, já a História lidaria com o esforço de chegar o mais próximo possível desta “verdade” do acontecido. Para ela:

Sendo a História e memória formas de representação de uma ausência no tempo, a História se distingue pela sua pretensão de afirmar o **ter sido**, embora seja reservada à memória, e somente a ela, [...] a alegria da certeza de um reconhecimento<sup>159</sup>.

Torna-se de relevante interesse compreender a argumentação de Michael Pollack sobre a função da memória, bem como sua relação com a História. Sendo a memória uma operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, o autor afirma a integração “em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes”<sup>160</sup>.

Segundo Pollack, as duas funções essenciais da memória são “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum”<sup>161</sup>. Assim, reivindica a substituição do termo “memória coletiva” por “memória

---

<sup>156</sup> MENESES, Ulpiano T. B. A história cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 34, 1992. p. 22.

<sup>157</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Op. cit. p. 29.

<sup>158</sup> Idem.

<sup>159</sup> PESAVENTO, Sandra J. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. In: PELEGRINI, Sandra C. A. e ZANIRATO, Sílvia H. (orgs.) *Narrativas da pós-modernidade na pesquisa história*. Maringá: Eduem, 2005. p. 112. (grifos do autor).

<sup>160</sup> POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*. Op. cit. p. 09.

<sup>161</sup> Idem.

enquadrada”, em que afirma a alimentação desse processo pelo material fornecido pela História.

[...] Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro<sup>162</sup>.

Nesse sentido afirma que a memória realiza um trabalho de enquadramento que deve satisfazer certas exigências dos atores engajados em determinado grupo. O trabalho permanente de reinterpretação do passado é determinado pela exigência de credibilidade e coerência dos discursos que o veiculam. Não se pode mudar o discurso – a lembrança narrada – de forma brutal, sob pena de tensões e inclusive de desaparecimento do grupo, caso seus membros não puderem mais se reconhecer nele. Cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de continuidade e organização.

Por outro lado, a narração das memórias de indivíduos ou grupos representa a participação no domínio social. Habitando o campo compartilhado da sociedade, o passado ingressa no regime de inteligibilidade do grupo. Narrar suas memórias por meio de diversos documentos é se eternizar através delas; assim, aquele que deixa de existir sem ter suas memórias documentadas morre pela segunda vez.

Podemos tentar aproximar as lembranças ao conceito de representação. Para tanto, Halbwachs nos conduz ao limiar do caminho, ao argumentar que aquelas seriam reconstruções do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, além de serem influenciadas por outras interpretações. Ao conferir relevância à parte histórica da memória, o autor indica a possibilidade de nomear como “representações” muitas das lembranças que repousam em documentos<sup>163</sup>.

Devemos salientar a importância do tempo no quadro da memória. Sem dúvida há entre os homens e seus grupos sentimentos diferenciados sobre o tempo, porém a vida em sociedade implica que todos estes se ajustem ao tempo e às durações, bem como às suas convenções. O tempo enquanto convenção social obriga os homens a se adequarem à medida do relógio. Entretanto, como explicita Halbwachs,

---

<sup>162</sup> Ibidem.

<sup>163</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Op. cit. p. 71-72.

[...] é preciso observar que o tempo nos importa aqui somente na medida em que deve nos permitir conservar e lembrar dos acontecimentos que ali se produziram. [...] Quando nos lembramos de uma viagem, mesmo não nos lembrando da data exata, há entretanto todo um quadro de dados temporais aos quais essa lembrança está de qualquer maneira relacionada<sup>164</sup>.

No vivido existem tantos tempos quantos são os diferentes grupos, e não há nenhum deles que se imponha sobre todos os grupos. Quanto ao indivíduo, podemos ver nele o cruzamento dos diversos tempos dos quais se utiliza.

O espaço físico também adquire grande importância para as memórias dos diversos grupos, pois suas ações podem ser traduzidas em termos espaciais, adquirindo inteligibilidade somente para seus membros. Segundo nos indica o mesmo autor, é o espaço que ocupamos e ao qual temos acesso que nosso pensamento é capaz de reconstruir, é nele que devemos nos fixar para podermos reconstituir as lembranças. Segundo esse argumento, não há memória que não se desenvolva em um quadro espacial.

Somos tentados a compreender as fotografias analisadas como vestígios arqueológicos de um tempo pretérito, não só conferindo perenidade aos diversos momentos selecionados como dignos de serem captados pelas lentes das câmeras, mas também registrando o próprio desdobrar desses momentos em uma “cidade palimpsesto”, na qual foram escritas diversas páginas umas sobre as outras. Assim, os documentos presentes nos mais variados acervos familiares e institucionais buscaram conferir aos agentes sociais de outrora, bem como relembrar aos atuais, o sentimento de pertencimento a um grupo, a uma história, a um lugar.

Sobre a questão da fotografia como arte da memória, Philippe Dubois também nos remete às metáforas arqueológicas<sup>165</sup>. Para tanto, primeiramente aproxima a fotografia analogicamente a Roma, vista, paradoxalmente, como um fragmento de um todo que se esvaiu na história e também como uma imagem virtual, um desejo de manutenção da totalidade tal qual era no passado.

De outra forma, o autor busca na analogia de Pompéia uma explicação para a confecção da fotografia. A instantaneidade do enterramento – assim como a captura da imagem – criou uma cidade suspensa para todo o sempre. Desse modo nos é

---

<sup>164</sup> Idem. p. 100

<sup>165</sup> DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Op. cit. p. 314-326.

oferecido somente uma imagem quase intacta, um corte histórico. Nesse sentido, estabelece duas diferenças fundamentais no surgimento da imagem fotográfica:

De fato só tem acesso ao dia claro fragmentos, pedaços, restos mais ou menos (in)completos, mais ou menos (de)formados. Finalmente, pode-se dizer que *o positivo é uma espécie de ruína exposta, como Roma*. Um resíduo mais ou menos mal conservado, destruído pelo tempo, sempre parcial. Enquanto *o negativo será mais, como Pompéia, uma ruína enterrada, portanto ainda relativamente intacta, preservada*, que se tornará de fato ruína quando a desenterrarmos e a expusermos à luz do dia (passagem para o positivo)<sup>166</sup>.

Segundo o entendimento do referido autor, enquanto representação, a fotografia indica a ausência efetiva do referente, mas também se constitui como objeto concreto, dotado de uma consistência física e real, podendo “ser tocada, enquadrada, colecionada, encerrada, queimada, rasgada, abraçada, justamente quando nos mostra apenas a ausência”<sup>167</sup>.



Foto nº: 15.  
Autoria: Padre José Bedin  
Data: 1960.  
Cromia: colorido

---

<sup>166</sup> Idem. p. 325. (grifos do autor).

<sup>167</sup> Ibidem. p. 314.



Dimensões: 10 x 7,1 cm.

Acervo/procedência: Paróquia Nossa Senhora das Graças de Santa Fé.

Na fotografia acima podemos visualizar a “escrita” da cidade de Santa Fé sob a página do Norte Novo de Londrina e Maringá. O fotógrafo optou por um enquadramento panorâmico em ângulo levemente inclinado, objetivando retratar tanto a cidade quanto a linha do horizonte. Percebemos o local de tomada da fotografia ao atentar para o canto inferior, no qual vemos parte de um telhado em construção<sup>168</sup>, o que nos leva a supor que o fotógrafo se encontrava no alto da torre da igreja, onde lhe seria facultado esse ângulo.

A composição remete-nos à discussão do enquadramento, nos termos de Jacques Aumont, para quem tal fato constitui uma questão de centramento e descentramento contínuos, de criação de centros visuais, bem como de equilíbrio entre eles, sob a direção de um centro absoluto, o cume da pirâmide visual, o olho do fotógrafo. Assim, argumenta que:

Enquadrar é, portanto, fazer deslizar sobre o mundo uma pirâmide visual imaginária (e às vezes cristalizá-la). Todo enquadramento estabelece uma relação entre um olho fictício – o do pintor, da câmara, da máquina fotográfica – e um conjunto organizado de objetos no cenário<sup>169</sup>.

Relacionando a fotografia acima com a de abertura deste capítulo podemos visualizar o espaço construído da cidade em determinada época. A primeira retrata uma gincana realizada em sete de setembro de 1959, ambientada na avenida principal da cidade. O ângulo de tomada da foto oferece uma perspectiva desse logradouro. A imagem referida há pouco retrata a composição do conjunto de elementos urbanos<sup>170</sup>. Por outro lado esta dimensão espacial, congelada no

---

<sup>168</sup> O documento faz parte de um conjunto de 19 fotografias referentes às diversas fases da construção da 3ª Igreja Matriz, iniciada em 09/12/1959 e inaugurada em 08/12/1960. Projetada pelo padre José Bedin, empossado em 01/11/1956, essa igreja teve suas fases de construção retratadas por um fotógrafo a pedido do padre.

<sup>169</sup> AUMONT, Jacques. *A imagem*. Op. cit. p. 154.

<sup>170</sup> O período que separa a fotografia de abertura deste capítulo e a que há pouco reproduzimos (a primeira é de setembro de 1959 e a segunda do final de 1960) denota a convivência de técnicas diversas, com a introdução de filmes coloridos, mas também a permanência dos antigos, em preto e branco. A despeito disso, pesquisas com filmes coloridos já haviam sido realizadas no século XIX. Em 1907 chega ao mercado o primeiro filme colorido, produzido pelos irmãos Lumière. A Kodak lança seu filme colorido em 1935 e a Agfa em 1936. Do universo estudado, não encontramos fotografias coloridas em Santa Fé antes de 1959. O conjunto referente à construção da Igreja é o único colorido antes de 1960, e mesmo depois, a população ainda não detinha essa tecnologia. Sendo a fotografia uma possibilidade de comunicação em meio a outras, a escolha de determinada técnica para a

fragmento fotográfico, tem marcada sobre si a passagem do tempo, pois esse contexto já havia alterado formas precedentes, mas também se alterou posteriormente ao registro.

Assim, Sandra Pesavento ressalta o cuidado que deve ter o historiador, para que possa, ao olhar para determinado espaço social, perceber as formas do passado. Por essa via, infere que

Para ensinar, para socializar na lembrança a imagem do que não mais se pode observar, desafiando a mudança ocorrida no espaço e no tempo, para dar a ver uma ausência e fazer falar o silêncio, o historiador se defronta com um desafio, que deve vencer. A cidade se apresenta como um *palimpsesto*, como um enigma a ser decifrado<sup>171</sup>.

Em um comparativo com a imagem abaixo podemos visualizar como esses dois períodos, separados por dez anos, representam a formação da paisagem social e a ação do homem ao transformar a natureza. A cidade torna-se fruto da relação entre cultura e natureza. Considerada como uma página em branco, a natureza comportou a inscrição dos diferentes bens materiais construídos pelos agentes sociais que para Santa Fé acorriam.

[...] Neste espaço construído, a passagem do tempo altera as formas, seja pela destruição das mais antigas – entendidas como superadas, anacrônicas, não funcionais ou suficientemente desgastadas para serem substituídas – seja pela adaptação e composição com novas formas [...]<sup>172</sup>.

---

produção de uma imagem torna-se um recurso utilizado para cumprir um objetivo comunicativo, no presente ou no futuro. Assim, é dependente do canal de transmissão e, para que ela ocorra, são necessárias certas condições.

<sup>171</sup> PESAVENTO, Sandra J. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. In: PELEGRINI, Sandra C. A. e ZANIRATO, Sílvia H. (orgs.) *Narrativas da pós-modernidade na pesquisa história*. Op. cit. p. 113. (grifo do autor).

<sup>172</sup> PESAVENTO, Sandra J. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. In: PELEGRINI, Sandra C. A. e ZANIRATO, Sílvia H. (orgs.) *Narrativas da pós-modernidade na pesquisa história*. Op. cit. p. 114.



Imagem 11 – Tomada de cena do Filme Cidade Santa Fé. Exibida aos 10min<sup>173</sup>.  
Autoria: Rossi Filmes  
Data: 1950

Como refere Pesavento, a cidade abriga espaços construídos de diferentes temporalidades, em múltiplas combinações possíveis. Dessa forma, a fotografia, considerada como um vestígio arqueológico, também comporta em seu conteúdo imagético várias camadas de diferentes temporalidades, pois a cidade, da mesma maneira, torna-se um compósito de fragmentos de diferentes épocas.

A construção desses espaços só poderia ocorrer por meio da vinda de pessoas. A julgar pelas matérias jornalísticas da época, as pessoas que aí chegavam traziam consigo o desejo de construir uma comunidade, que se compunha a partir da pluralidade de suas origens, haja vista que inúmeros compradores advinham de diversas regiões do Estado de São Paulo, de Minas Gerais, do Nordeste ou de outras regiões ou localidades.

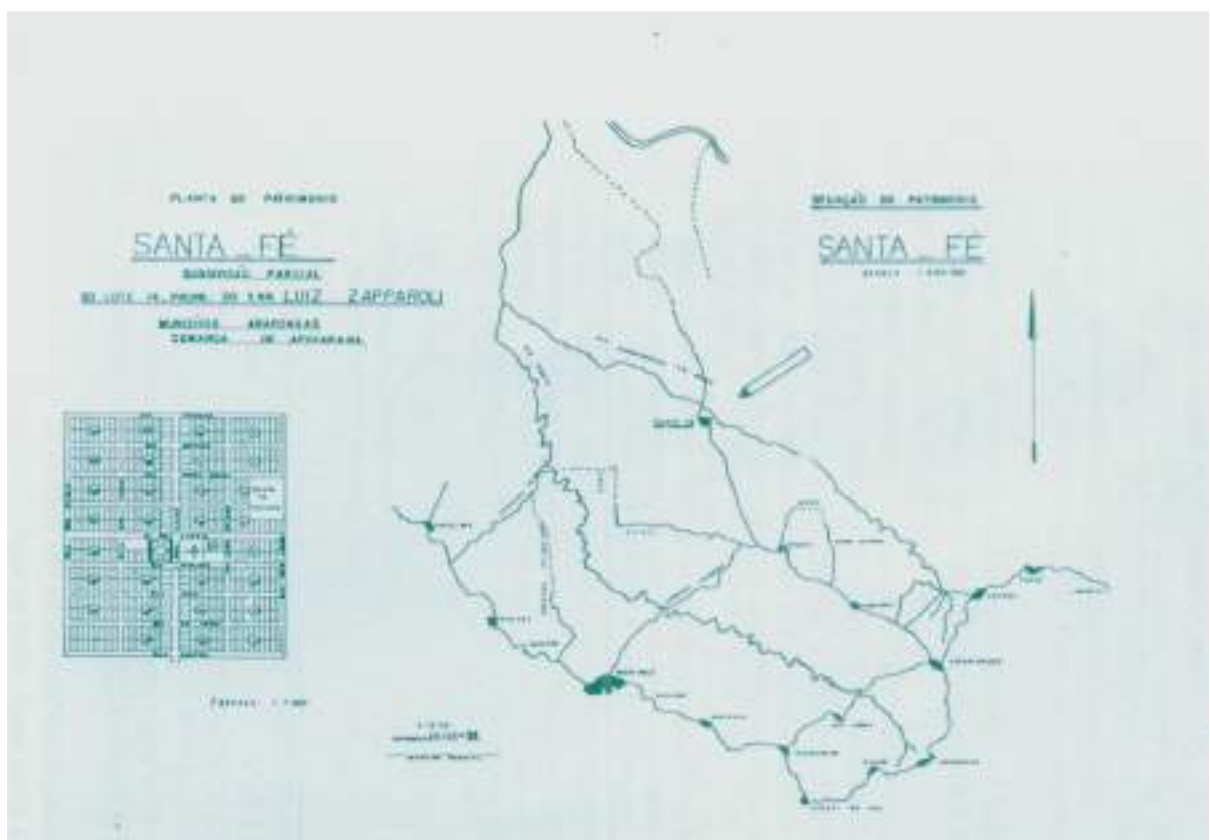
Nesse contexto, de 20 casas na área da cidade em 1949, houve o aumento para 70 já em 1950, e em 1959 o município computava 11.269 habitantes, distribuídos pelas diversas colônias de trabalhadores rurais e também, em parte

---

<sup>173</sup> A cena foi gravada em plano aberto, objetivando a visualização de todo o cenário. A seqüência foi realizada em dois movimentos panorâmicos, sendo o primeiro para a esquerda e o segundo para direita. Durante o movimento o narrador, além de informar a amizade entre corretores e moradores, salienta a formação da cidade, contando com 20 casas até a data de 1949.

menor– nem por isso inexpressiva –, na área urbana. O município foi planejado para abrigar oito mil pessoas, sendo duas mil e quinhentas no solo urbano. Iniciadas as vendas em junho de 1949, foram vendidos quinhentos terrenos urbanos em três meses, chegando ao volume de cinco milhões de cruzeiros ao mês, levando os ativos da Imobiliária Carezatto e França a vinte e cinco milhões.

Em um comparativo, reproduzimos a seguir dois mapas, com o primeiro datando de 1948, representando o planejamento inicial da cidade de Santa Fé – já apresentado de forma restrita neste trabalho –, e o segundo realizando de forma simplificada um roteiro da expansão da malha urbana até o ano 2000.

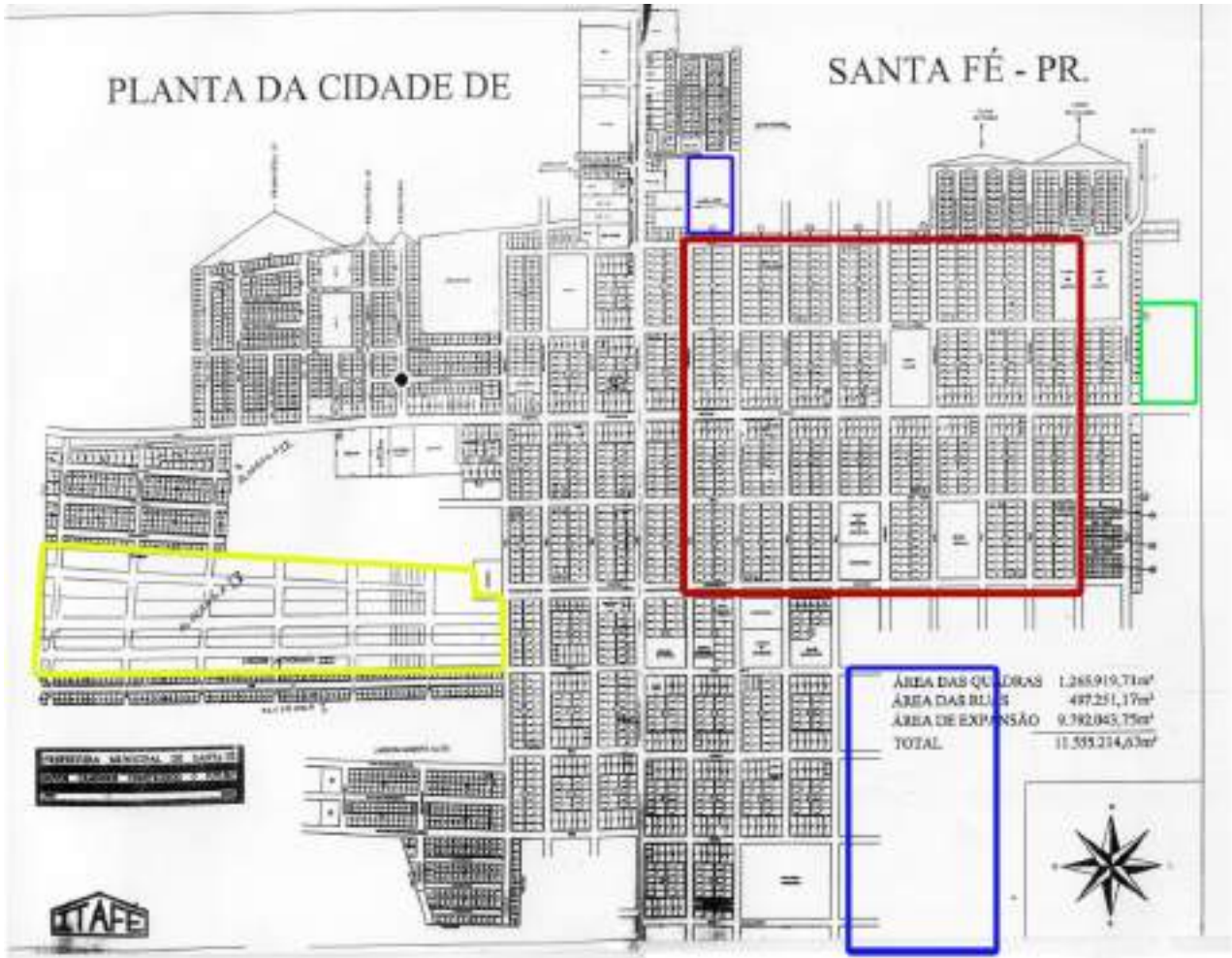




As áreas em cor laranja representam as localidades que começaram a ser ocupadas logo após o ano de 2000 e que na atualidade o continuam fazendo. No mapa abaixo podemos visualizar a continuidade da ocupação da cidade. A área circulado em vermelho representa a ocupação inicial da cidade, entre 1948 e 1960. A área circulado em amarelo denota a ocupação iniciada após o ano de 2000, com a expansão do bairro denominado Jardim Alvorada – e que na atualidade apresenta-se quase que completa. As áreas circuladas em azul apresentam um espaço de ocupação iniciado após o ano de 2005. E finalmente, a área circulado em verde representa o início de um processo de loteamento que se opera desde finais de 2007.

PLANTA DA CIDADE DE

SANTA FÉ - PR.



ÁREA DAS QUADRAS	1.285.919,71m <sup>2</sup>
ÁREA DAS RUAS	487.251,17m <sup>2</sup>
ÁREA DE EXPANSÃO	9.782.043,75m <sup>2</sup>
TOTAL	11.555.214,63m <sup>2</sup>

MUNICÍPIO MUNICIPAL DE SANTA FÉ  
CIVIL  
CIVIL



Essa sociedade, desejando ser uma comunidade com lembranças, buscou reviver sua memória em lugares, objetos e ações. Os lugares, assim como os objetos, possuindo uma existência material, encerram significações compartilhadas por aqueles que lhes atribuem valores simbólicos, valores que emergem de sua experiência em um contexto de sociabilidades. Os seus traços de memória foram conservados nas fotografias.

É justamente a consciência de um tempo fugaz que os leva a registrar incessantemente seus momentos e a guardá-los como se fossem relíquias. É um desejo de atrasar o inevitável, iludir o tempo, que os fez construir uma representação imagética de si mesmos que busca a eternidade. É nesse ponto que a fotografia torna-se também um “lugar de memória”.

O historiador Pierre Nora desmistifica, com um tom em certo sentido pessimista, os lugares de memória, que para ele são antes de tudo restos<sup>174</sup>, a consciência comemorativa em uma história que chama a memória, mas que na verdade a ignora. Segundo seus argumentos, é a desritualização em nosso mundo que faz aparecer esse conceito.

Em uma sociedade que desenraiza as pessoas, os lugares de memória surgem como a vontade de busca do grupo que se auto-reconhece e se diferencia, tentando resgatar sinais de pertencimento. É a quebra das raízes que as leva a buscar suas origens. A incerteza sobre o passado transforma tudo em vestígio, pois a percepção do passado, como expõe Nora, leva as pessoas à apropriação do que sabem não mais lhes pertencer.

O autor ainda explicita o desejo de cada grupo em preservar sua memória, garantindo sua preservação e sua identidade; preservar todo e qualquer vestígio que possa provar sua existência ou fazê-lo lembrar e ser lembrado:

[...] À medida que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história<sup>175</sup>.

O conceito mencionado, segundo Nora, é um lugar nos três sentidos da palavra: material, simbólico e funcional, pois mesmo um local puramente material só

---

<sup>174</sup> NORA, Pierre. Memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. Op. cit. p. 13.

<sup>175</sup> Idem. p. 15

se torna lugar de memória se o grupo o investir de uma aura simbólica. Feito isso sua função é parar o tempo, bloqueando o trabalho de esquecimento, num misto de transformação e eternidade. Não se pode naturalizá-lo, pois justamente aí ele perde sua função. Os lugares de memória escapam da história. Em uma sociedade na qual tudo mudou, eles se tornam portais que dão acesso a um outro tempo. Eric Hobsbawm havia salientado o mesmo processo ao enunciar que, não havendo mais uma memória incorporada na tradição e no costume, teria sido necessário criar lugares próprios para sua construção<sup>176</sup>.

Poderíamos então nomear as fotografias que registram esses espaços como “fotografias-lugares de memória”, pois se tornam incrustações em um terreno arenoso, que é o mundo atual. Retratam momentos familiares ou lugares hoje inexistentes, em todo caso documentos que levam seus detentores atuais a serem remetidos novamente à Santa Fé dos idos de 1950 e 1960. São circundadas de uma aura simbólica que confere uma espécie de sacralidade aos momentos considerados importantes, eternizados pelas lentes da câmera fotográfica. Possuem dessa maneira a função de fazer lembrar, levar seu detentor a retornar a um passado único e irrepetível, por meio das suas reminiscências.

## 1.2 A lenda do tempo perdido: a construção da memória pela fotografia

A fotografia abaixo nos remete à discussão anterior, pois constitui a representação de uma ausência, um objeto de memória. Segundo o senhor Vicente Honório, a Igreja ali retratada provocava orgulho nos moradores, devido à sua arquitetura. Sua construção foi realizada mediante o engajamento do povo, tornando-se, depois de acabada, um local de encontro das pessoas, não só por causa das missas, mas também porque

após o padre rezar a missa, nós ficávamos na praça conversando, sentados nos banquinhos [...] muitos jovens também ficavam de namorico por ali ... sempre às vistas dos pais [...] só íamos embora quando o padre fechava a porta e desligava a luz, aí se tinha lua

---

<sup>176</sup> Vide HOBBSAWM, Eric J. e RANGER, Terence (orgs.) *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.



íamos bem, senão, íamos tropeçando nos ‘tocos’, até na frente do cinema, onde tinha um poste de luz<sup>177</sup>.

Encontramos no Livro Tombo indicação de uma expressiva participação da comunidade em sua construção, pois já em 1958, com o início do planejamento desse empreendimento, houve uma soma considerável de doações. Também foi elaborada uma “Campanha do Café” para congregar os agricultores. Em 31 de maio de 1959 ocorre a institucionalização de uma comissão para realizar a “Campanha do Café” com maior eficácia<sup>178</sup>. A respeito do início das obras, ocorrido em 9 de dezembro de 1959, o mesmo livro relata que “70 homens católicos responderam ao convite do Pe. Vigário e compareceram à praça da matriz. Numa animação e entusiasmo admiráveis, em poucas horas abriram o valo do alicerce ciclópico sobre o qual será edificada a nova matriz”<sup>179</sup>.



<sup>177</sup> Entrevista oral concedida a Joubert Paulo Teixeira em 05/03/2007. Duração: 1h37min. Até 1964 não havia energia elétrica no município, sendo fornecida eletricidade por meio de geradores. Além da Igreja, o cinema também era alimentado por gerador, havendo uma luminária em frente a este estabelecimento.

<sup>178</sup> LIVRO TOMBO da Paróquia Nossa Senhora das Graças. Op. cit. p. 13 verso. Percebemos também a importância do café para a comunidade, visto as doações se basearem em tal produto. Na p. 14 verso pode-se visualizar a composição da comissão responsável pela construção. Na p. 17 encontra-se um resumo da construção, discriminando materiais, preços e outros dados. Na p. 19, referente aos meses de julho a outubro de 1961, encontramos a nomeação de 19 procuradores nas diversas “Águas”, bairros e colônias rurais, para angariarem recursos para a quitação dos gastos com a construção. Em doze de novembro o resultado obtido foi a renda de mil sacas de café.

<sup>179</sup> Idem. p. 15. Em seu depoimento o Sr. José Duarte relata que fez parte do grupo que trabalhou na construção da Igreja Matriz.

Foto nº: 16.  
Autoria: Padre José Bedin  
Data: 1960.  
Cromia: colorida  
Dimensões: 9,7 x 7,1 cm.  
Acervo/procedência: Paróquia Nossa Senhora das Graças de Santa Fé<sup>180</sup>.

Representações entusiásticas como estas repercutiram mesmo nos períodos posteriores à queda desse edifício religioso. Assim como o título de “Igreja de paredes em Santa Fé”, o Jornal Pulsando de 1977 apresenta a fotografia acima com a legenda “Igreja construída em um ano”, objetivando enfatizar a ousadia e rapidez da sua construção, e ainda ressalta que:

As paredes de uma igreja honraram Santa Fé e deslumbraram a região pela maravilha de sua arquitetura. Foram paredes construídas com as economias do povo e a sagacidade de um Vigário, no tempo recorde de um ano<sup>181</sup>.

Assim, podemos inferir que uma fotografia de jornal não pode ser considerada isoladamente, pois no contexto em que se articula à matéria publicada existe um entorno que deve ser considerado na interpretação da mensagem fotográfica. Imagem e texto são elementos que se relacionam, não sendo um sobreposto a outro, mas ambos interpretados em conjunto. Aliás, no caso das legendas, Jeziel de Paula, além de constatar – assim como diversas pesquisas no campo dos estudos visuais – que essa é a parte mais lida em páginas de jornal, ressalta o fato de a legenda possibilitar a alteração ou influenciar completamente a leitura da fotografia, ou até mesmo levar a acreditar em algo que a fotografia não captou em seu suporte<sup>182</sup>.

Desse modo, em vista da impossibilidade de a fotografia captar a duração da construção da igreja, a legenda vem conduzir o olhar do leitor a partir de um comparativo entre o tempo empregado e o resultado final da obra. Nela o periódico já afirma que essas paredes honram os moradores da localidade. O título “Igreja de paredes” também não é sem motivo, pois tal manchete busca relacionamento com o

---

<sup>180</sup> Este documento faz parte do conjunto mencionado a propósito da fotografia de número 14 e representa a fase final, pouco tempo antes da inauguração da igreja, quando a torre estava praticamente concluída.

<sup>181</sup> JORNAL PULSANDO. Op. cit. p. 13. Segundo relatos oriundos das entrevistas orais, pessoas das mais variadas localidades, como Água do Brás, Água do Ó, Água das Pedras, se deslocavam a pé ou de carroça até à cidade para assistir as missas dominicais.

<sup>182</sup> Vide DE PAULA, Jeziel. 1932: *imagens construindo a história*. Op. Cit. p. 41-44.

período posterior, quando, após a queda desse templo católico, houve a retomada de uma antiga metáfora da Igreja Católica.

Doze anos após sua inauguração, às 5 horas da manhã do dia 10 de outubro de 1972, um ciclone pôs abaixo essa igreja, restando somente a torre com três sinos – a qual subsiste até os dias atuais. O evento provocou comoção geral na população, levando a lembranças de tristeza mesmo nos dias de hoje. Também não passou despercebido ao referido periódico, que retomou uma metáfora utilizada pela Igreja Católica desde os seus primórdios para designar o período posterior à queda da matriz como “Igreja de pessoas”. Tal ação foi corroborada pelo fato de que o padre, em 26 de dezembro de 1976, resolveu utilizar a igreja para a celebração da missa mesmo sem o levantamento das paredes. A nova matriz foi inaugurada em 25 de julho de 1977.

Caso concordemos que no momento de registro da fotografia ocorre um recorte espacial e uma interrupção temporal, haja vista que o assunto é uma seleção dentro de um universo possível, congelado num determinado momento de sua ocorrência, materializando-o no suporte imagético, conseqüentemente devemos refletir sobre as acepções de Eduardo Neiva Júnior sobre o fato de que a fotografia constrói um mundo descontínuo, composto de momentos irreduzíveis e pontos correspondentes entre a representação e a realidade<sup>183</sup>.

Dessa maneira poderemos considerar, analogicamente, a fotografia exposta anteriormente como “Roma”, surgindo como vestígio de uma cidade reescrita, mas também dando a ver elementos que se esvaíram e manifestando o desejo de retorno à totalidade. Ela retrata lugares que, sendo espaços de sociabilidade, impregnam a memória dos que os vivenciaram, como o apresentado a seguir:

---

<sup>183</sup> NEIVA JÚNIOR, Eduardo. *A imagem*. Op. cit. p. 62.



Foto nº: 17.  
Autoria: Sr. Eloy R. dos Santos  
Data: 11/11/1956.  
Cromia: monocromática  
Dimensões: 8,9 x 6,6 cm.  
Acervo/procedência: Sr. Eloy R. dos Santos.

O senhor Eloy R. Santos forneceu indicações importantes no suporte fotográfico: “Comício prol Salvador de Domênico – Prefeitura Santa Fé – 11 nov. 56”. Podemos então situar esse evento como ocorrido sete dias antes do pleito que iria escolher o primeiro prefeito da cidade. Indica-nos ainda o local: “Av. Paraná – frente largo Igreja”. Segundo seu depoimento, o comício se realizou nesse local devido à possibilidade de irradiar as falas do candidato através de seu sistema de alto-falante<sup>184</sup>.

Vindo de Laguna - SC em 1955, o Sr. Eloy trabalhou na campanha do senhor Salvador de Domênico Sobrinho a prefeito, colocando seus equipamentos à sua disposição tanto para uso na cidade quanto para comícios em diversas colônias rurais<sup>185</sup>. Com a eleição do referido candidato, o senhor Eloy foi nomeado secretário da prefeitura. No seu horário de almoço, entre 11h30min e 13 horas, e também à

<sup>184</sup> Entrevista oral concedida a Joubert Paulo Teixeira em 18/02/2006. Duração: 2h35min.

<sup>185</sup> Encontramos no acervo do senhor Eloy R. Santos várias fotografias retratando comícios em diversas fazendas da região de Santa Fé, todos em prol do candidato Salvador de Domênico Sobrinho. O engajamento político do senhor Eloy parece ter sido de relevância, pois em 15/08/1958 o encontramos oferecendo suporte de som ao comício do candidato a senador do Paraná Abilon Souza Naves, pelo Partido Trabalhista Brasileiro.

tarde, por volta das 17h30min, punha em funcionamento a programação radiofônica de seu alto-falante.

Este equipamento foi um elemento agregador na cidade. Relatava as notícias da região, além de levar entretenimento aos cidadãos por meio de músicas. Também engajava as pessoas, formando opinião em prol de algum objetivo, haja vista a eficácia na mencionada campanha. Surgiu também como regulador do cotidiano desses atores sociais, pois seu funcionamento em determinados horários serviu como um relógio na vida dos santafeenses.

Relatos da época mostram a importância do alto-falante tanto como entretenimento nas horas de folga e final do dia de trabalho quanto como indicador dos horários na cidade<sup>186</sup>. Além disso, seu posicionamento na praça central da Igreja, tornava essa praça um local de sociabilidade, de encontro das pessoas. Em diversas entrevistas fomos remetidos à importância desse meio de comunicação na vida da nascente cidade na década de 1950.

O senhor Eloy R. dos Santos nos relata que construiu seu alto-falante na esquina em frente à praça da Igreja, ao lado de uma casa de armários; do outro lado da esquina ficava o Hotel Roma. Conta que a torre de madeira que suportava o equipamento tinha dezoito metros de altura, irradiando sua música por toda a cidade. Segundo ele, sua “experiência com microfones” vinha desde Santa Catarina, sua terra natal, onde fazia locuções na Rádio Eldorado Catarinense, em suas horas de folga. Em Santa Fé dispunha sua programação da seguinte forma: nos horários de almoço relatava notícias da região e também informações e recados de interesse da comunidade; no final da tarde oferecia programação musical, com modas de viola, e também trazia diversas informações e variedades. No horário de seu jantar colocava músicas para a comunidade apreciar, retornando após com novas locuções, que iam até às 20 horas<sup>187</sup>.

Na fotografia n.º 18 visualizamos o estúdio no qual era colocado em funcionamento este elemento de sociabilidade e construção de representações, haja vista a construção da imagem do candidato a prefeito Salvador de Domênico

---

<sup>186</sup> O término da construção da 3ª igreja matriz em 1960 representou uma revolução no sistema de horários, pois pela primeira vez podia-se contar com informação precisa, vinda dos três relógios situados em sua torre. Conforme indicação na p. 09 verso do LIVRO TOMBO da paróquia Nossa Senhora das Graças, em primeiro de maio de 1958 a paróquia também adquiriu um sistema de alto-falantes, ao preço de cinquenta mil cruzeiros, porém tal equipamento era utilizado somente na transmissão das missas em datas comemorativas.

<sup>187</sup> Entrevista oral concedida a Joubert Paulo Teixeira em 18/02/2006. Duração: 2h35min.

Sobrinho. Se tal elemento influenciava a vida da população, isso se devia às estratégias colocadas em prática ao longo da vida do senhor Eloy, o que o levou a ser requisitado por políticos em busca de votos.



Foto nº: 18.  
Autoria: Sr. Eloy R. dos Santos  
Data: 1957.  
Cromia: monocromática  
Dimensões: 7,1 x 6,1 cm.  
Acervo/procedência: Sr. Eloy R. dos Santos.

Podemos ver no conteúdo imagético o mencionado senhor à frente de um microfone, representando a ação de trabalho radiofônico. Percebemos que o fotógrafo procurou enquadrar em plano médio, à altura da mesa, tanto o indivíduo a ser retratado quanto o ambiente; assim a fotografia dispensaria legendas, pois a composição do cenário conduziria o leitor a uma compreensão próxima à desejada. Ao fundo vemos a discografia da qual ele dispunha para construir seu repertório musical. Por ser o espaço de trabalho fator de inspiração, encontramos nas paredes diversos retratos, provavelmente de músicos, como o de um indivíduo sentado em uma lambreta, no canto superior direito. Também há um calendário, denotando a importância do tempo na vida das pessoas<sup>188</sup>.

---

<sup>188</sup> Sobre essa questão o antropólogo Norbert Elias ressaltou a dificuldade em medir algo invisível como o tempo. Nesse sentido, ele questiona a possibilidade de os relógios medirem o tempo: “Se

Mesmo em fotografias consideradas naturais, como este retrato, há muito mais do que aparenta. Podemos compreender a significação da pose adotada pelo fotografado à luz do sistema simbólico ao qual pertence, pois essa pose cumpre modelos culturais de teatralização do “estar no mundo”. O retratado constrói sua auto-imagem idealizada com a ajuda do fotógrafo, revelando não só o desejado, mas também o conquistado. A realidade construída pela imagem fotográfica parte dos sonhos e desejos, mas se materializa nas poses expressas pelo retratado. Dessa forma, a imagem transforma o retratado de uma maneira peculiar.

Podemos entender sua pose como uma forma de representação, construída e registrada na eternidade do mundo fotográfico. Como detectado por Roland Barthes:

[...] Ora, a partir do momento em que me sinto olhado pela objetiva, tudo muda; ponho-me a ‘posar’, fabrico-me instantaneamente um outro corpo, metamorfoseio-me antecipadamente em imagem<sup>189</sup>.

Sobre a representação, Jacques Aumont salienta que sua construção é um processo pelo qual se institui um representante que, em certo contexto, tomará o lugar do que representa<sup>190</sup>. Assim o “eu representado” torna-se substituto do “eu real”. Nesse processo há muito de arbitrário, na medida em que se baseia na existência de convenções socializadas.

A instituição dessas representações de pessoas, lugares e fotografias como um “lugar de memória” depende de um processo de atribuição de significados e valores por parte dos atores envolvidos na sua construção ou leitura. Dessa forma são investidos de tal *status* somente quando alguém ou algum grupo, por um ato de vontade, afirma e garante sua passagem simbólica para essa nova condição. Por isso não se deve nunca separar a preservação da memória do exercício de poder, pois ambos estão a serviço de determinados sujeitos.

É assim também quando se narra a vida de uma pessoa. Busca-se o estabelecimento de um sentido, a idéia de que existe uma causa eficiente e final

---

eles permitem medir alguma coisa, não é o tempo invisível, mas algo perfeitamente passível de ser captado, como a duração de um dia de trabalho [...] Os relógios são processos físicos que a sociedade padronizou”. ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 07. Isso advém, segundo o autor, do fato de a sociedade sentir a necessidade de se situar quanto aos processos naturais, criando para isso instrumentos, como o calendário e o relógio. Nesse contexto o homem vai interiorizando a concepção de tempo e construindo seu saber a partir de um “patrimônio” já adquirido pela sua sociedade. O tempo surge assim como uma instituição social que exerce uma coerção por meio de seus símbolos, que são os relógios e os calendários.

<sup>189</sup> BARTHES, Roland. *A câmara clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p. 22.

<sup>190</sup> AUMONT, Jacques. *A imagem*. Op. cit. p. 103.

entre as etapas de sua vida. Por meio de um relato que busca se tornar um processo acabado, objetiva-se a monumentalização da existência narrada. Encontramos essa construção representativa no Jornal Pulsando, quando afirma que:

[...] Um senhor que merece um monumento em Santa Fé pela sua bondade, atenção aos outros, serviço desinteressado e doação total, é Salvador de Domênico, segundo farmacêutico e primeiro prefeito de Santa Fé<sup>191</sup>.

O periódico segue construindo a imagem do referido senhor como “compadre de todo mundo”, possuidor de amplas capacidades profissionais, e ainda como uma pessoa que corria riscos econômicos para ajudar os mais necessitados.

De modo oposto, o senhor Paulo Antônio de Oliveira rechaçou essa monumentalização ao criticar o investimento simbólico concedido a essa pessoa<sup>192</sup>. Em sua fala percebe-se ressentimento por não ser lembrado pela população atual como ele crê que deveria. Segundo seu depoimento, as figuras que mais lutaram pelo município em sua formação são esquecidas pela memória. Nesse sentido argumentou que o referido indivíduo, considerado ícone do município, na verdade utilizou para fins próprios o dinheiro angariado pela população em novembro de 1955 para custear uma viagem a Curitiba com o intuito de pleitear a elevação do distrito de Santa Fé à condição de município. Segundo o referido senhor, ao saber que a cidade já havia sido elevada a tal categoria, esta figura não só não foi à capital, mas também gastou o dinheiro em benefício próprio, sem revertê-lo à população.

Tendo por base o depoimento acima, podemos estabelecer relação com as afirmações de Maurice Halbwachs, segundo a qual a lembrança nunca é estática ou imóvel, ela se funde a outros conhecimentos que possuímos ou adquirimos, ajudando a mudar constantemente as nossas memórias. Cita a transformação da vida de uma pessoa já falecida conforme as diferentes partes evocadas. Sobre a imagem dessa vida afirma que “à medida em que recua no passado, muda, porque

---

<sup>191</sup> JORNAL PULSANDO. Op. cit. p. 12.

<sup>192</sup> Entrevista do Sr. Paulo Antonio de Oliveira publicada em *Alguns pontos da história de nossa terra* de autoria de Sérgio Macedo. Santa Fé. Snt. Um aprofundamento sobre a relação entre memória e patrimônio cultural pode ser encontrado nas leituras de obras como ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003; GONÇALVES, José R. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, Iphan, 2002; CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, Unesp, 2001; FUNARI, Pedro Paulo e PELEGRINI, Sandra C.A. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.



algumas impressões se apagam e outras se sobressaem, segundo o ponto de vista de onde a encaramos, isto é, segundo as condições novas onde ela se encontra quando nos voltamos para ela”<sup>193</sup>. Ressalta ainda a impossibilidade de duas pessoas que vivenciaram o mesmo momento o reproduzam de forma idêntica ao narrá-lo em tempos posteriores.

Devemos perceber certas impressões construídas ao longo dos depoimentos como uma luta pela imposição de dada memória. É fundamental a compreensão tanto das condições de produção da entrevista quanto da narrativa do entrevistado, como salientou Verena Alberti<sup>194</sup>.

Como argumenta a autora, a própria entrevista é produzida para ser um monumento. Nesse sentido sua intencionalidade em perpetuar uma memória sobre o passado torna-se clara desde o momento da escolha do entrevistado enquanto testemunha significativa a ser ouvida. Assim, a crítica devida à fonte deve levar em conta o fato de que o caráter monumental é concedido tanto pelo entrevistador quanto pelo entrevistado.

É de se questionar se o depoimento citado acima, oriundo de um contexto de homenagens aos primeiros moradores da região de Santa Fé – final da década de 1980 –, tenha levado o sujeito inquirido a desejar sobressair diante de outros moradores que ele julga não haverem atuado como ele em prol da cidade.

Em tais processos é de relevante interesse chamar a atenção para os perigos da “ilusão biográfica”, como adverte o sociólogo francês Pierre Bourdieu<sup>195</sup>. Segundo suas assertivas, o perigo reside na suposição de que a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que deve ser compreendido como expressão de uma intenção consciente. Dessa maneira, a vida aparece organizada a partir de uma narrativa que se desenvolve segundo uma ordem lógico-cronológica a partir de um início, possuidor de uma razão de ser, até seu fim, que constitui a realização de um objetivo.

Essa concepção leva o autor a argumentar que:

[...] Tentar compreender uma vida como uma série única e, por si só, suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outra ligação que a vinculação a um ‘sujeito’ cuja única constância é a do nome próprio, é

---

<sup>193</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Op. cit. p. 74.

<sup>194</sup> ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. Op. cit. p. 185.

<sup>195</sup> BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996. p. 74-82.

quase tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diversas estações<sup>196</sup>.

Encontramos essa “ilusão biográfica”, segundo a acepção de Bourdieu, em diversos entrevistados em nossa pesquisa, mas principalmente no relato da senhora Antônia Ponciano. Ela nos informou que, ao vir para Santa Fé em busca de uma vida melhor, seu plano era ficar dois anos e ir embora, porém foi se estabelecendo na região. Não possuindo nenhuma mobília, mas só as “trouxas de roupa”, ficou durante esses dois anos trabalhando como volante. Depois construiu poços em Lobato e cuidou de lavoura em Santa Zélia. Retornou à região da cidade em 1953. Assim enfatiza que seu destino era morar em Santa Fé, pois sempre “girava e retornava para cá”. Passou então a amar a cidade e sentiu que sua vida seria construída ali<sup>197</sup>.

Desse modo, mais do que nunca se tornam de vital importância os cuidados recomendados por Verena Alberti:

Em geral o entrevistado, assim como os leitores ou os ouvintes de uma entrevista, partilham a crença na vida como trajetória progressiva que faz sentido. Cabe ao pesquisador *estar atento ao fato de significados atribuídos a ações e escolhas do passado serem determinados por uma visão retrospectiva*, que confere sentido às experiências no momento em que são narradas<sup>198</sup>.

Em todos esses casos as representações não existem de forma desenraizada, mas sim, ancoradas nas práticas culturais, daí a inoperância de visões universalizantes. Nessa direção devemos compreendê-las como objetos de lutas sociais, onde está em jogo sua permanência como convenção legitimamente aceita. As percepções do mundo social não são discursos neutros, mas produtores de estratégias em um campo de luta pela imposição de uma autoridade à custa de outras.

O que desejamos demonstrar é que podemos associar a imagem observada abaixo a certos símbolos materiais, representativos para uma época. No caso da fotografia a seguir, podemos observar um prédio com quatro portas metálicas de

---

<sup>196</sup> Idem. p. 81.

<sup>197</sup> Entrevista oral concedida a Joubert Paulo Teixeira em 26/02/2007. Duração: 1h36min

<sup>198</sup> ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. Op. cit. p. 170. (grifos do autor).

enrolar, de ferro corrugado, muito utilizadas nas casas comerciais daquele período, pois propiciavam segurança e comodidade a esses estabelecimentos. Entre a primeira e a segunda porta da esquerda para a direita encontram-se três pessoas em pé: uma mulher e uma criança, trajando roupas de clima frio, o que nos leva a inferir que naquele dia a temperatura deveria estar baixa. Um homem com roupas de tons claros está entre a criança e a mulher, com as mãos por trás de ambas. Podemos supor se tratar de uma foto preparada, pois há pose das pessoas retratadas. Podemos visualizar ainda que no canto direito há uma edificação de madeira.



Foto nº: 19.  
Autoria: desconhecida.  
Data: 1955/56.  
Cromia: monocromática.  
Dimensões: 17 x 23 cm .  
Acervo/procedência: Secretaria de Cultura de Santa Fé.

O fotógrafo procurou um enquadramento em diagonal, que lhe possibilitasse retratar o estabelecimento a uma curta distância, sendo sua intenção retratar a fachada do prédio, pois não desprezou as inscrições: “Banco Agrícola Norte do

Paraná”. Aliás, segundo a indicação da legenda, este foi o segundo banco estabelecido na cidade<sup>199</sup>.

Aspecto importante é o ângulo de tomada da fotografia, pois ele constitui uma escolha determinante e ajuda a construir uma impressão de realidade vinculada à fotografia. Do ponto de vista de Martine Joly,

alguns ângulos de tomada muito marcados estão vinculados por convenção a certas significações: o plongée [mergulho] a impressão de esmagamento dos personagens, por exemplo, o contre-plongée [contra-mergulho] e seu engano<sup>200</sup>.

Esse tipo de angulação oferece certa impressão de imponência, porque se a fotografia for tirada de cima para baixo, os objetos retratados parecerão menores, se for tirada de baixo para cima haverá a impressão de aumento desses objetos. Cabe lembrar que esse efeito também se deve ao uso de objetivas como, por exemplo, as grandes angulares, 18, 28 ou 35 milímetros, que requerem uma tomada formando ângulo reto com o referente, caso contrário haverá um efeito de achatamento do objeto fotografado.

Em suas assertivas, Joly ainda salienta o fato de que um objeto retratado em local onde as linhas sugerem a idéia de concentração parecerá constrangido, ao passo que quando retratado em locais onde há distensão das linhas de visão parecerá mais livre, como é o caso de esquinas. Também se aplica aqui o efeito oriundo do enquadramento na tomada da fotografia. Um objeto retratado com a câmera na vertical terá um ar mais sóbrio, ao passo que quando a câmera fica na transversal há um efeito mais descontraído.

Cabe mencionar a relação entre o caráter indicial da fotografia e suas implicações culturais. Podemos dizer que a construção da fotografia decorre de um afetamento do significante pelo referente, ou seja, uma conexão física entre um e o outro, em que o referente, por meio de raios luminosos, imprime algumas de suas

---

<sup>199</sup> O primeiro banco tinha a denominação “Banco Paraná - Santa Catarina”, tendo sido inaugurado em agosto de 1954. Uma curiosidade é que o responsável pela catalogação dessa fotografia localizou o ambiente retratado a partir de um estabelecimento da sua época (provavelmente 1991, data do movimento realizado pela prefeitura para adquirir antigas fotografias; o referido banco não mais existia e o prédio fora ocupado por um supermercado). Critérios desse tipo nos parecem duvidosos, pois em vista da mutabilidade da cidade, pensada como um palimpsesto no qual se reescrevem diversas partes umas sobre as outras, talvez as futuras gerações não consigam mais identificar a localização desse referente, perdendo muito de seu contexto. Convém lembrar que mesmo o estabelecimento comercial não existe mais nesse local.

<sup>200</sup> JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Op. cit. p. 95.

características no suporte fotográfico. Isso não quer dizer, *a priori*, que deva haver uma relação de analogia entre ambos.

Boris Kossoy nos ajuda a apreender melhor essa questão, uma vez que considera o fato de que o processo de construção da fotografia constitui uma constatação documental de que o assunto representado de fato existiu. Tal pista implica a descoberta do rastro indicial do objeto retratado<sup>201</sup>.

Dessa maneira, no cruzamento entre realidade e representação o ato fotográfico surge como resultado de uma sucessão de escolhas e fruto de uma somatória de seleções que ocorrem concomitantemente, de forma relacional. O documento fotográfico apresenta um aspecto selecionado do real, organizado cultural, técnica e esteticamente:

[...] O chamado testemunho fotográfico, embora registre em seu conteúdo uma dada situação do real – o referente – sempre se constitui numa elaboração, no resultado final de um processo criativo<sup>202</sup>.

Podemos então concordar com Philippe Dubois quando afirma que a câmera fotográfica não é um reproduzidor neutro da realidade, mas um mecanismo voltado a produzir efeitos deliberados de construção de representações da realidade, devendo seu efeito de analogia ser analisado sob o prisma da convenção cultural, assim como a língua<sup>203</sup>.

Tendo consciência do peso das escolhas efetuadas sobre o objeto retratado e da codificação cultural operada sobre a fotografia, Dubois divide o ato fotográfico em dois momentos, após os quais os códigos culturais arrebatam a imagem obtida impregnando-a de formas culturais que não mais a deixarão<sup>204</sup>. O primeiro deles é o das escolhas efetuadas pelo fotógrafo, que, como acabamos de mencionar, afetam sobremaneira a construção da representação do referente. Essas escolhas envolvem angulação - que pode alterar as formas dos objetos, transformando os seus significados -, captação da luz ambiente, velocidade da captação da imagem, profundidade do campo fotografado, etc. A outra ponta do processo se dá quando a

---

<sup>201</sup> KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. Op. cit. p. 33.

<sup>202</sup> Idem. p. 59.

<sup>203</sup> DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Op. cit. p. 40-41.

<sup>204</sup> Idem. p. 51-52

imagem é confeccionada e colocada em circulação. Mesmo em circuito restrito ao núcleo familiar ela adquirirá uma pluralidade de leituras. Assim, para o autor,

[...] apenas no instante da exposição propriamente dita, que a foto pode ser considerada como um puro ato traço (uma 'mensagem sem código'). Aqui, mas somente aqui, o homem não intervém e não pode intervir sob pena de mudar o caráter fundamental da fotografia<sup>205</sup>.

Devemos perceber que Dubois estabelece como ponto principal do ato fotográfico o caráter indicial da fotografia. Apesar dos problemas apresentados sobre a questão da indicialidade, devemos respeitar essa opinião, pois o princípio da fotografia realmente é a escrita com a luz, na qual um referente imprime algumas, mas nem todas as características suas em um suporte. Questão debatida, mas longe ainda de um consenso.

Ao relacionarmos a intenção de retratar a fachada da edificação bancária com a de posar em frente dela, podemos inferir que há nessa imagem o objetivo de denotar representações de riqueza. Deixar-se fotografar em frente de tal instituição denota sucesso financeiro, ou porque a família comanda os rumos do banco ou porque é cliente deste. De qualquer maneira, a ligação entre a família e a riqueza torna-se evidente. Destarte, não só o que se deseja, mas também o que se conquista, ou que se quer demonstrar como conquistado, torna-se objeto retratável pelas lentes da câmera!

Segundo o relato do senhor Manuel Esteves, a circulação de pessoas e riquezas era muito grande em Santa Fé na década de 1950. A cidade atraía centenas delas, de diversas localidades, em busca da realização de negócios imobiliários lucrativos, do comércio de madeira ou ainda de um lugar para se estabelecer. Assim, logo após se estabelecer no povoado, ele teve a idéia de transformar seu prédio em um hotel – de nome Santa Terezinha – e instalou também um bar para atender tantos fregueses, e assim fez concorrência ao já estabelecido hotel do senhor Paulo Antônio de Oliveira. Informa-nos o senhor Esteves:

O pequeno número de quartos não eram suficientes para atender a grande freguesia, minha esposa e minha irmã quase não davam conta do serviço. Se não me falha a memória, meu pequeno bar era abastecido pelas Bebidas Rio Branco de Astorga, que foi uma

---

<sup>205</sup> Ibidem. p. 51

das primeiras firmas de bebidas a abastecer nossa cidade, isso já em 1950<sup>206</sup>.

A imagem abaixo retrata o primeiro hotel de Santa Fé, de propriedade do senhor Paulo Antonio de Oliveira. Filmando em plano aberto<sup>207</sup>, o cinegrafista buscou se posicionar atrás dos troncos de árvores, objetivando tanto denotar o desmatamento da área quanto adquirir distância focal para enquadrar os veículos e o próprio estabelecimento. A seqüência, com duração de 37 segundos, é iniciada com uma tomada em ângulo lateral do objeto, ao efetuar-se um corte para a cena retratada acima. Até esse momento desenrola-se uma caracterização do hotel por parte do narrador e, ao final, há um movimento panorâmico com o objetivo de visualizar outros dois veículos até então fora do enquadramento.



Imagem 12 – Tomada de cena do Filme Cidade Santa Fé. Exibida aos 11min e 37s.  
Autoria: Rossi Filmes  
Data: 1950

---

<sup>206</sup> Entrevista do Sr. Manuel Esteves publicada em *Alguns pontos da história de nossa terra* de autoria de Sérgio Macedo. Santa Fé. Snt.

<sup>207</sup> Ao analisar a imagem em movimento deve-se destacar a necessidade do historiador observar a linguagem da narrativa fílmica, ou seja, as tomadas, os planos, os efeitos e a sonoridade, por exemplo. Nesse sentido, vide PELEGRINI, Sandra de Cássia A. História e imagem: a ficção teatral e a linguagem cinematográfica. In: PELEGRINI, Sandra de Cássia A. e ZANIRATO, Sílvia H. (orgs.) *Dimensões da imagem: abordagens teóricas e metodológicas*. Op. cit.

O estabelecimento serviu como propaganda para atrair investidores, enfatizando o conforto oferecido aos que transitavam por essa região. Desse modo o narrador ressalta que o hotel, apesar de modesto, oferecia “mesa farta e cama limpa”. O poder de convencimento é reforçado pela constante movimentação de pessoas adentrando ao recinto enquanto a cena é gravada.

Segundo o Jornal Pulsando<sup>208</sup>, esse hotel desfrutou de ampla freguesia, devido ao fato de o senhor Oliveira ter sido vizinho, em Londrina, de Lupércio Carezzato, que angariava os melhores fregueses para aquele estabelecimento. Esse contexto se alterou quando o senhor Oliveira passou a atuar como corretor, porquanto o mentor da Imobiliária Carezzato e França passou a granjear freguesia para o concorrente “Hotel Santa Terezinha”.

Conforme depoimento do senhor Eloy R. dos Santos, principalmente aos sábados e domingos a cidade ficava um tumulto, com ampla circulação de gente, carroças e, em menor número, veículos automotores. Os armazéns e bares também ficavam cheios de clientes<sup>209</sup>. Para as compras básicas o patrimônio contava com três estabelecimentos de maior porte, - o de propriedade de Prezotto, o de João “Português” e o de Nonose -, além muitos outros menores. Já para itens mais sofisticados era necessário o deslocamento a outras cidades, como Astorga e Arapongas. Roupas e tecidos finos eram encontrados somente nessas localidades. Não obstante, quando foi montado o filme “Cidade Santa Fé” os seus autores buscaram inverter essa lógica, indicando que a primeira casa de comércio de secos e molhados atendia numerosa freguesia de toda a região.

---

<sup>208</sup> JORNAL PULSANDO. Op. cit. p. 11.

<sup>209</sup> Entrevista oral concedida a Joubert Paulo Teixeira em 18/02/2006. Duração: 2h35min





Imagem 13 – Tomada de cena do Filme Cidade Santa Fé. Exibida aos 10min e 14s.  
Autoria: Rossi Filmes  
Data: 1950

A gravação, feita em plano aberto, deixou de efetuar o movimento de lentes para favorecer os atores retratados. Ao fundo percebemos a referida casa de comércio com duas pessoas à porta. Quando é efetuado o corte entre a cena anterior e esta, devemos atentar para o fato de que o cavaleiro encontra-se parado no canto direito do enquadramento, saindo logo em seguida para cruzar em frente da câmera. Podemos supor que este movimento tenha sido combinado entre o cinegrafista e o cavaleiro, com o objetivo de obter o efeito desejado, qual seja, o de denotar o dinamismo do comércio da nascente cidade.

### 1.3 O registro de práticas cotidianas: inter-relações entre trabalho e lazer

Ao longo da década de 1950, com o aumento da população, ocorreu a criação de dezenas de colônias de trabalhadores em diversas propriedades do município. As chamadas “vendas” foram acompanhando estas colônias e construindo um espaço de sociabilidade que merece ser comentado.

O senhor Carlos de Deus nos relata que chegou à Santa Fé em junho de 1956 e adquiriu uma propriedade rural próxima a Fazenda Santa Virgínia. Conta que havia três “vendas” ao longo da estrada contígua à sua propriedade. Em 1963, quando sua esposa, a senhora Ivete Nobre de Deus, após um problema de saúde, não tendo mais condições de trabalhar na lavoura, adquiriu um desses estabelecimentos, localizado no chamado Bairro Bom Jesus, o qual recebeu o nome de Casa São Carlos. Como clientela principal contava com os trabalhadores da referida fazenda<sup>210</sup>.

A partir dos relatos do referido senhor e da senhora Antonia Ponciano conseguimos reconstruir parte das características desses ambientes ao final da década de 1950 e início da de 1960. Contam-nos que as propriedades tinham sempre como limite um riacho, chamado de “água”. Essas localidades recebiam topônimos de acordo com suas especificidades, como “Água das Pedras”, devido ao excesso de pedras no leito do riacho; mas principalmente, tais nomes foram dados em homenagem a homens que fizeram as “picadas” no seio das florestas, como Água do Ó, em homenagem ao senhor João Batista do Ó, ou ainda Água do Trigo, referindo-se ao senhor José do Trigo.

Foto nº: 20.  
Autoria: Sr. José Duarte.  
Data: 1960.  
Cromia: monocromática.  
Dimensões: 13,5 x 8,5 cm .  
Acervo/procedência: Sr. José Duarte.

A fotografia ao lado retrata o referido senhor em meio a uma plantação de arroz, o que nos leva a concluir pela positividade atribuída ao trabalho com essa lavoura. Ao fundo vemos uma floresta, sinal de expansão da agricultura com o enfrentamento da natureza. O enquadramento vertical conduz à ênfase na profundidade da plantação.



Uma modalidade de trabalho muito empregada à época, seja em lavouras de café seja em outras culturas, era o trabalho por porcentagem, em que parte do lucro

---

<sup>210</sup> Entrevista oral concedida a Joubert Paulo Teixeira em 28/02/2007. Duração: 30min

– entre 20 e 40 por cento - destinava-se ao trabalhador. Os proprietários preferiam famílias numerosas, pois assim obtinham maior número de trabalhadores, o que diminuía as despesas com a derrubada das árvores e a construção de casas e poços. Deixava-se inteiramente à disposição do trabalhador a criação de animais, hortas e outras lavouras de primeira necessidade. Enquanto o plantio de arroz buscava as proximidades dos riachos, o café ficava no alto das propriedades, devido ao perigo das geadas. No início todo o café era entregue em Astorga, por não haver máquinas de beneficiamento na cidade; mas já em meados de 1950 foram instalados esses maquinários tanto na área urbana quanto na Água do Ó. Logo após esse período também foram instaladas máquinas para beneficiar o arroz em ambas as localidades.

O trabalho na lavoura começava logo às 5 horas, quando os trabalhadores tinham que preparar o almoço, refeição a ser feita em meio à plantação, e lavar a roupa, que devia estar seca ao final do dia de trabalho. O único meio de cozinhar era o fogão à lenha. Ao meio do dia, quando as crianças retornavam da escola, os mais velhos iam ajudar os pais nos afazeres agrícolas, enquanto os mais novos ficavam embaixo dos pés de café ou de uma bananeira, ou ainda em cabanas improvisadas para protegê-los do sol. O final do dia e início da noite eram dedicados aos afazeres domésticos e ao corte de lenha.

Também existiam locais onde esses trabalhadores se reuniam: eram as “vendas”. Por volta das 17 horas a parada era quase obrigatória, para beber uma dose de pinga, conversar e comprar algum item que estivesse faltando em casa. Rapidamente esses estabelecimentos se organizaram, pois ao lado de cada “venda” surgiu uma igreja, um salão de festas e uma escola. Havia até “algumas vaquinhas” para suprir de leite a clientela. A venda da Água do Ó foi se diferenciando das outras, pois à medida que a família Scandelai ascendia socialmente, foram sendo construídas outras benfeitorias, como campo de futebol e máquina de beneficiar arroz e café, tornando essa localidade uma “pequena cidade”. Isso fez com que as pessoas desse lugar fossem menos a Santa Fé.

As compras nas “vendinhas” eram afiançadas pelos patrões, e suas dívidas eram religiosamente marcadas em um caderninho que todo proprietário de venda possuía embaixo de seu balcão. Uma vez por mês o dono desse estabelecimento carregava seu caminhão, de marca Dodge ou Mercedes, e ia às colônias fazer a entrega das chamadas “compras do mês”. Esses espaços também se tornaram

“programas de domingo”, pois nestes dias as vendas ficavam lotadas, com alguns homens bebendo e conversando, enquanto outros jogavam futebol no campo ao lado, ou ainda bocha, dada a forte presença de imigrantes italianos<sup>211</sup>.

Cabe-nos ainda esboçar as peculiaridades desses programas, que envolviam práticas cotidianas e o lazer tanto da cidade quanto da área rural, guardados nos recantos da memória enquanto um “tempo de ouro e felicidade”. Começamos então pelo futebol, que, de um primeiro campo localizado em frente à praça da igreja, passou em 1958 para um espaço mais organizado, na estrada que ligava Santa Fé a Maringá.

O senhor Eloy R. dos Santos relata que foi enorme a luta pela construção de uma arquibancada no campo de futebol para abrigar maior torcida<sup>212</sup>. Após sua construção, foi necessário alavancar o esporte na cidade, e para isso buscaram organizar um torneio<sup>213</sup>.



<sup>211</sup> Segundo dados e relatos obtidos em nossa investigação, haviam campos de bocha nas vendas do senhor Carlos de Deus, na Água do Ó e também vários outros na própria cidade de Santa Fé.

<sup>212</sup> Entrevista oral concedida a Joubert Paulo Teixeira em 18/02/2006. Duração: 2h35min

<sup>213</sup> A fotografia retrata o momento de abertura do referido torneio, quando se realizou um desfile com todos os participantes. Ao fundo vê-se uma das primeiras casas comerciais a se estabelecerem na cidade, a Casa Nova. Também se encontra retratado um veículo jeep. Nessa época a cidade contava somente com dois desse modelo de veículo. Um era pertencente ao corretor Arcídio Roncaglia, o outro havia sido adquirido pela paróquia em 02/02/1957, a um preço de cento e sessenta mil cruzeiros, sendo cento e vinte mil oriundos de um empréstimo contraído. O modelo desse veículo era jeep willys 1951.

Foto nº: 21.  
Autoria: Sr. Eloy R. dos Santos.  
Data: 1958.  
Cromia: monocromática.  
Dimensões: 8,7 x 6,2 cm .  
Acervo/procedência: Sr. Eloy R. dos Santos.

O momento retratado, de abertura do torneio, foi altamente significativo para o esporte da cidade, com os times e clubes desfilando com suas insígnias. Esse foi o primeiro campeonato rural, congregando todos os times do município. Times para disputar o torneio foram organizados nas mais diversas “Águas”, propriedades e estabelecimentos, como a Água do Ó, a Água do Brás, a Serraria Zapparoli, a Fazenda Santa Juliana, etc. A organização do evento seguiu a linha dos campeonatos das grandes capitais, com uniforme e estatuto. Os nomes dos times também buscaram se assemelhar aos clubes da elite do futebol brasileiro, como Flamengo e Botafogo, mas também havia os clubes da cidade, como, por exemplo, o da Congregação Mariana e o Esporte Clube Santa Fé. Este último representou, àquela época, orgulho para a população santafeense, pois tempos depois do torneio ele chegou a disputar jogos com clubes participantes dos principais campeonatos. Após esse evento o futebol foi reforçado como programa de domingo. Nas tardes domingueiras os homens se divertiam indo ao campo de futebol assistir a amistosos entre os clubes de Santa Fé e os de outras cidades, como Arapongas e Astorga.

Outro divertimento de final de semana era assistir aos filmes no cinema:



Foto nº: 22.  
Autoria: Sr. Manoel Fernandes.  
Data: 1952.  
Cromia: monocromática.  
Dimensões: 17 x 23 cm.  
Acervo/procedência: Secretaria de Cultura de Santa Fé.

Segundo o senhor José Duarte, o cinema reunia muitas pessoas, sendo o programa de domingo assistir filmes nas matinês. Sempre que chegava um filme novo a cidade ficava alvoroçada<sup>214</sup>. Não só o uso do cinema, mas sua própria existência construiu uma sociabilidade diferenciada em relação a outros locais da cidade. Conforme relata a senhora Marcília Peghim, após as missas dominicais as meninas passavam em frente deste estabelecimento, onde os rapazes ficavam enfileirados nos dois lados da rua, vendo as meninas subirem pela avenida<sup>215</sup>. Os namorados caminhavam sempre atrás dos pais, nunca de mãos dadas, pois não era permitido.

O cinema tornava-se também importante meio de divulgação de notícias ou propagandas, dada a total inexistência de aparelhos televisores. Desse modo, é significativo que o primeiro desses estabelecimentos tenha pertencido à família do senhor Manoel Fernandes<sup>216</sup>, um dos corretores da Imobiliária Carezzato e França. Tornava-se assim muito mais fácil exibir o filme na própria localidade, onde angariavam investidores e ao mesmo tempo conheciam a região.

A fotografia acima provavelmente foi datada de forma errônea, pois conseguimos visualizar no canto direito um poste evidentemente de concreto, daí a probabilidade de ter sido tirada entre os anos de 1963 e 1966. Outra indicação disto é que a avenida ainda não tinha recebido asfalto, benfeitoria somente implantada após esta última data.

No canto direito encontramos uma pequena sombra, a qual pudemos identificar, a partir de uma fotografia impressa em jornal, como a frente de um veículo Ford modelo 1929, possivelmente da família Fernandes, como já mencionado em unidade precedente. Ao fundo, no canto esquerdo, encontra-se um posto de gasolina, de propriedade do senhor Nonaka. Acima da fachada do prédio

---

<sup>214</sup> Entrevista oral concedida a Joubert Paulo Teixeira em 05/03/2007. Duração: 27min

<sup>215</sup> Entrevista oral concedida a Joubert Paulo Teixeira em 26/02/2007. Duração: 27min

<sup>216</sup> O segundo proprietário do cinema foi o Sr. Elídio Tomei, proprietário também do Hotel Roma desde a década de 1950. Antes da paralisação de suas atividades na década de 1970 o cinema pertenceu ao Sr. Ademir Licce, todavia nessa época já havia sido reformado, possuindo outro aspecto.

visualizamos as luminárias da época do gerador, necessárias para que as pessoas pudessem chegar ao estabelecimento. Pela sombra criada pelo telhado do cinema percebe-se que a fotografia foi tirada por volta do meio-dia. Ainda cabe mencionar as convenções sociais que atribuíam significações de riqueza, fazendo com que proprietários sempre se fizessem fotografar em frente de seus estabelecimentos.

A música também adquiriu grande importância na vida dessas pessoas. Conforme o relato do senhor Eloy R. dos Santos, na avenida havia muitos bares, cada qual com um salão, onde sempre havia bailes e se apresentavam grupos de música<sup>217</sup>. As famílias que sempre participavam da organização de bailes eram a dos Pedrazani e a dos Thomazella.

Nos salões ao lado das “vendinhas” também havia bailes e festas promovidos pela paróquia. Conforme o senhor Carlos de Deus, nessas ocasiões reunia-se todo o pessoal das propriedades ao redor, que, em sua opinião, “eram um povo muito educado e gentil” (é de supor que essa opinião advenha do fato de ter sido um comerciante). Havia uma fazenda perto de sua vendinha que chegou a reunir cento e sessenta famílias<sup>218</sup>.



Foto nº: 23.  
Autoria: Sr. Eloy R. dos Santos.  
Data: 16/07/1957.  
Cromia: monocromática.

<sup>217</sup> Entrevista oral concedida a Joubert Paulo Teixeira em 18/02/2006. Duração: 2h35min

<sup>218</sup> Entrevista oral concedida a Joubert Paulo Teixeira em 28/02/2007. Duração: 30min

Dimensões: 11,2 x 8,3 cm.  
Acervo/procedência: Sr. Eloy R. dos Santos.

A fotografia, do acervo pessoal do senhor Eloy R. dos Santos, retrata um grupo de músicos. O marcado com o número dois é o próprio senhor Eloy. Segundo o proprietário da fotografia, esta foi tirada na sede da Congregação Mariana (fato reforçado pela imagem religiosa ao fundo) durante um recital do violinista Spartaco Rigonatto. A tomada da fotografia chamou muito a atenção, pois quase todos olham o fotógrafo. Nosso conhecimento prévio indica que os músicos estão tocando seus instrumentos, pois sabemos que, pela posição das mãos, corpo e cabeça, seria impossível que não o estivessem fazendo. Descartamos a possibilidade de uma pose deliberada, pois neste caso o menino de costas não estaria olhando os músicos naquela posição.

Ler uma imagem significa antes de tudo reconhecer, fato que, segundo Jacques Aumont, apóia-se na memória<sup>219</sup>. São os arcabouços de arranjos espaciais e objetos memorizados que nos levam a cotejar o que vemos com o que já vimos ao longo da vida. Desse modo, podemos dizer que reconhecer é rememorar, a partir de esquemas de conhecimento. Pode-se ver aí a importância da memória, mas iremos além.

Esses esquemas, conforme ressalta o autor, não são estáticos, mas permitem acréscimos, evoluções e inclusive substituições ao longo da vida, quando, em face de um novo conhecimento, julgamos poder nos desfazer dos antigos, mantendo somente partes moldáveis e necessárias à incorporação do novo esquema cognitivo.

Continuando nessa trilha, o autor ressalta a impossibilidade de um olhar inocente sobre a imagem. Segundo ele, quando nos defrontamos com uma imagem, acionamos nosso sistema de expectativas e construímos hipóteses, que serão afirmadas ou anuladas a partir de nossa leitura dessa imagem. Assim sendo, esse sistema só poderia se apoiar em nosso conhecimento prévio do mundo, interiorizado por meio de nossa cultura. Chegamos inclusive a completar a imagem com elementos que não estão presentes, mas podem ser inferidos a partir desse saber prévio. Assim conclui ele que,

---

<sup>219</sup> AUMONT, Jacques. *A imagem*. Op. cit. p. 82-88.



[...] ao fazer intervir seu saber prévio, o espectador da imagem *supre* portanto o não-representado, as lacunas da representação. Essa completação se dá em todos os níveis, do mais elementar ao mais complexo<sup>220</sup>.

Dessa maneira, a fotografia permite uma leitura plural e variável conforme seus leitores. Segundo Boris Kossoy, essa “enciclopédia de imagens preconcebidas” acerca de determinados aspectos do mundo cria como que filtros na cabeça do leitor - filtros culturais, morais, éticos e outros, todos interagindo entre si. Dependendo dos estímulos provocados pelas imagens fotográficas iremos interagir com eles de um modo específico. Por esta via compreendemos a pose dos músicos acima a partir de nossas expectativas de como tais pessoas devem se portar. Nesse sentido:

A fotografia estabelece em nossa memória um arquivo visual de referência insubstituível para o conhecimento do mundo. Essas imagens, entretanto, uma vez assimiladas em nossas mentes, deixam de ser estáticas; tornam-se dinâmicas e fluidas e mesclam-se ao que somos, pensamos e fazemos<sup>221</sup>.

A imagem fotográfica consiste em uma representação produtora de sentidos, e sua leitura se faz ao mesmo tempo de formas plurais e convencionadas, pois a construção de sentido se dá em um campo de lutas. Depende também do cabedal cultural do qual o leitor é portador. Destarte podemos dizer que a imagem não é o objeto em si, mas uma representação dele. Se por um lado é produto dessas lutas, ela também transforma o mundo à sua volta.

Assim, encontramos na fotografia uma nuance entre uma realidade visível e uma realidade oculta - que se manifesta por meio da representação - estando ambas entrelaçadas. Todavia, quando nos defrontamos com essas representações não conseguimos ver a totalidade dos elementos de referência, pois estes se apresentam na imagem fotográfica de forma sintomática. Assim se torna possível, a partir de um código de referências, explorar esse universo complexo de uma forma específica a cada leitor, mesmo possuindo algumas características em comum.

Ao considerar alguns elementos de referência podemos julgar a relevância da própria escolha do local para o referido concerto. Talvez os salões de baile não fossem considerados propícios para um recital de música clássica, fato reforçado

---

<sup>220</sup> Idem. p. 88. (grifo do autor).

<sup>221</sup> KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. Op. cit. p. 45.

pelos trajes dos músicos, que estão todos de terno. A imagem religiosa ao fundo faz parte de um cenário que não se desejou alterar. Outro local de apresentação de músicos era o coreto da cidade. Dentre esses músicos podem se destacar o “Trio Gaúcho”, do qual fazia parte o senhor Paulo Antonio de Oliveira, um conjunto de sanfona, fundado pelo senhor Manuel Esteves, e ainda “Feliciano e sua turma”, uma mistura de *jazz* e baião nordestino.

Foto nº: 24.  
Autoria: Sr. Eloy R. dos Santos.  
Data: 06/03/1962.  
Cromia: monocromática.  
Dimensões: 6,7 x 7,1 cm.  
Acervo/procedência: Sr. Eloy R. dos Santos.



Quanto às comemorações de carnaval, o senhor Eloy R. dos Santos informa que quatro quadras acima da praça da igreja havia um salão comercial desocupado, que foi transformado em clube. Além de bailes, as pessoas também comemoravam ali o carnaval, fantasiando-se do que fosse possível<sup>222</sup>. Na imagem acima encontramos um veículo modelo Ford 1929 com várias pessoas fantasiadas sobre seu chassi. Em pé, ao lado do carro, também há um homem fantasiado. A partir de outras fotografias percebemos que esse veículo desfilava sozinho.

O senhor Eloy relata que mecânicos da família Siqueira ornamentavam o “fordeco todos os anos e desfilavam na rua para fazer as pessoas se divertirem”. A despeito disso, o referido senhor ironizou tal evento ao estabelecer uma comparação com o período em que Santa Fé era distrito de Astorga. Para ele, com o crescimento da cidade e sua emancipação as festividades carnavalescas decaíram, ao invés de se expandir.

---

<sup>222</sup> Entrevista oral concedida a Joubert Paulo Teixeira em 18/02/2006. Duração: 2h35min. Essa família também possuiu pouco tempo depois um circo, no qual um dos irmãos exercia o papel de palhaço. Esse estabelecimento era muito freqüentado pela população local.

A fotografia, por sua própria condição enquanto documento – que permite transposições de contextos muito maiores que o documento escrito –, pode sofrer recontextualizações e reapropriações de significado ao longo de sua história, e dessa forma pode ter seu próprio uso alterado. Assim, ao perder o contexto da fotografia, corre-se o risco de limitar seu entendimento.

A explicação disso é que, segundo Boris Kossoy, a fotografia liga duas realidades, sendo a primeira a do assunto em si na dimensão da vida passada, e a segunda, o contexto desse assunto no momento do ato fotográfico. Também se enquadram aqui os processos e técnicas levadas a cabo pelo fotógrafo para a construção da imagem. Para ele:

Toda e qualquer imagem fotográfica contém em si, oculta e internamente, uma história: é a sua *realidade interior*, abrangente e complexa, invisível fotograficamente e inacessível fisicamente e que se confunde com a *primeira realidade* em que se originou<sup>223</sup>.

Para esse autor, a fotografia situa-se em um binômio indivisível de registro e criação. Desse modo ela pode ser tomada também como um documento do real, pois, apesar de utilizado para construir uma representação, esse real imprime certas características suas no suporte fotográfico, tornando-se assim o vestígio de algo que se passou realmente. Para tanto ele se utiliza do conceito de fonte primordial proposto por José Honório Rodrigues, como uma testemunha direta dos fatos, pois é construída no momento de ocorrência do fato<sup>224</sup>. Por outro lado, caso queiramos utilizar os conceitos de Roger Chartier em nossas análises, devemos nos centrar nos aspectos representativos da imagem, porém sem negar a construção da fotografia enquanto uma forma de registro da vida.

O autor ainda ressalta que a imagem fotográfica pode ser considerada somente em um único momento integrante da primeira realidade: o chamado “instante fotográfico” - como cunhado por Philippe Dubois -, justamente o ato em que o referente imprime algumas de suas características no suporte fotográfico. Terminado este momento, a imagem obtida passa a se integrar à segunda realidade.

Esta é considerada como a realidade do assunto representado, contido nos limites da imagem fotográfica. O assunto representado é o fato definitivo gravado na

---

<sup>223</sup> KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. Op. cit. p. 36. (grifos do autor).

<sup>224</sup> Nesse aspecto é interessante atentar para RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1982.

dimensão da imagem, tornando-se uma referência sempre presente de um passado inatingível fisicamente, porém manifestando-se visivelmente no documento, sendo assim uma realidade exterior. Nesse sentido a fotografia implica em uma transposição da realidade visual do assunto selecionado no contexto da vida para a representação, a segunda realidade, colocada em circulação no âmbito social ou familiar. Quanto a isso afirma Kossoy que:

[...] É este o elo material de ligação ao passado que tomamos como referência, como documento de um dado tema na dimensão da vida, isto é, em sua *primeira realidade*. É justamente a realidade da representação (veículo da memória) que será apreciada, guardada ou destruída fisicamente, interpretada enfim<sup>225</sup>.

Nesse sentido, torna-se esclarecedora a concepção de Ana Maria Mauad sobre essa técnica:

É indiscutível a importância da fotografia como marca cultural de uma época não só pelo passado ao qual ela nos remete, mas também, e principalmente, pelo passado que ela traz à tona. Um passado que revela, através do olhar fotográfico, um tempo e um espaço que fazem sentido. Um sentido individual que envolve a escolha efetivamente realizada e um coletivo que remete o sujeito a sua época. A fotografia, assim compreendida, deixa de ser uma imagem retida no tempo para se tornar uma mensagem que se processa através do tempo<sup>226</sup>.

Destarte, diferentemente do senhor Eloy, podemos buscar entender na fotografia acima os significados registrados pela lente da câmera. Para isso Robert Darnton nos indica o caminho ao argumentar sobre o carnaval como um período de crítica, durante o qual as pessoas suspendiam as regras normais de comportamento e, ritualmente, invertiam a ordem social. Afirma ainda ser “um período em que a juventude testava as fronteiras sociais, através de irrupções limitadas de desordem, antes de ser outra vez assimilada pelo universo de ordem, submissão e seriedade da quaresma”<sup>227</sup>.

Devemos mais uma vez voltar o olhar a essa época considerada como possuidora de formas de lazer diferenciadas. O domingo era considerado como o dia

---

<sup>225</sup> KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. Op. cit. p. 43. (grifo do autor).

<sup>226</sup> ANDRADE, Ana Maria Mauad de S. *Sob o signo da Imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX*. Op. Cit. p. 19.

<sup>227</sup> DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Op. cit. p. 113.

de encontro com a família e com os amigos, ocasião para reuni-los para o almoço ou para um piquenique. Certos locais desfrutavam de um *status* privilegiado para tal evento; eram as chamadas “Águas”, riachos ao redor dos quais se organizavam as propriedades e as colônias de trabalhadores.

Na fotografia abaixo percebemos o registro de um desses momentos, materializado sob o olhar do fotógrafo. A tomada da fotografia se deu na localidade da Água das Pedras, área rural de Santa Fé, durante um piquenique.



Foto nº: 25.  
Autoria: Família Thomazella.  
Data: década de 1960.  
Cromia: monocromática.  
Dimensões: 8,6 x 5,8 cm.  
Acervo/procedência: Sr. Éder Thomazella<sup>228</sup>.

Em muitas fotografias é negado a certas pessoas o direito de se incluir no olhar de outros; estas são colocadas fora do enquadramento de forma intencional e, por extensão, excluídas desse jogo de olhares. De modo diferente, em imagens como a apresentada acima as pessoas se aglomeram ao centro, com seus olhares convergindo para um objetivo, o de serem fotografadas. Assim, percebe-se a

---

<sup>228</sup> A mulher ao lado esquerdo do grupo é a mãe do senhor Éder, a senhora Maria Tereza Martins, enquanto o indivíduo em primeiro plano, apoiado no que está deitado, é seu pai, o senhor Nelson Thomazella.

presença de um ausente, o fotógrafo, o qual pode ser somente inferido, pois apesar de ser inegável sua presença, nós não o vemos.

Enquanto o grupo ao fundo posa exatamente como tal, os dois indivíduos da frente constroem uma pose de descontração, haja vista que o grupo se encontra em um contexto de lazer. Podemos perceber o indivíduo ao fundo, agachado frente ao grupo de mulheres, posicionar suas mãos junto à água, como se fosse jogá-la nos dois homens à frente, ao passo que a segunda e a terceira mulheres da esquerda para direita o olham com um sorriso.

O fotógrafo inverte a lógica de perspectiva ao focar o grupo ao fundo, mantendo desfocado o referente de primeiro plano. Ao contemplarmos essa imagem notamos que o fundo chama a atenção tanto quanto o primeiro plano.

Torna-se evidente que a fotografia traz diferentes visões do real, intimamente relacionadas com a subjetividade do fotógrafo. A fotografia testemunha também sobre si, pois traz até nós as escolhas efetuadas em um dado momento e as condições sob as quais foi produzida. Portanto, entre a realidade que em dado momento é registrada e a sua representação há a presença de signos responsáveis por esta mediação, capazes de oferecer inteligibilidade.

Devemos ter claro que estaríamos cometendo um erro se considerássemos somente o fotógrafo nesse quesito, como se fosse um narrador visual de seu tempo. Como expõe Jeziel de Paula, o efeito de conotação na imagem fotográfica não é exclusivo do fotógrafo, pois a subjetividade construtora da fotografia advém dos vários atores envolvidos no ato fotográfico, exercendo igual influência entre si. Assim, faz-se necessário observarmos também “a visão do próprio fotografado, que pode estar exprimindo, de forma consciente ou não, seus anseios e sua auto-imagem idealizada”<sup>229</sup>.

Nesse sentido, podemos inferir que o advento da técnica fotográfica colocou à disposição de um número imenso de homens e mulheres, conscientes disso ou não, a possibilidade de registrar sua imagem ou a de outrem para a posteridade, transmitindo às gerações futuras modos de vida não mais existentes, lugares não conhecidos, enfim, um mundo a que só é possível chegar indiretamente. Para essas pessoas as representações de suas vidas constituem um convite a um mundo que não lhes pertence mais, mas que nostalgicamente elas desejam.

---

<sup>229</sup> DE PAULA, Jeziel. 1932: *imagens construindo a história*. Op. Cit. p. 36 e seguintes.

Devemos supor que a fotografia funciona como um elo entre os momentos da existência dessas pessoas, evocando o passado no presente, propiciando um mergulho no tempo, eliminando a história e fazendo vir à tona a memória. Todavia a externalização extrema da memória tende a tornar-se perigosa, pois pode transformar a vida em uma representação cênica. Como salienta Eduardo Neiva Júnior:

[...] A eficácia social da foto é tanta que passamos a conduzir nossas vidas na lembrança da representação, como se fôssemos legitimados pelo registro do acontecimento. O ato de fotografar é obrigatório nos casamentos, batizados, comemorações e viagens; guardamos a foto da namorada na carteira; os estados civis são conservados em álbuns de família. Portanto, a fotografia sublinha a importância do momento: tudo que é importante deve ser fotografado. Deixamos de viver; posamos<sup>230</sup>.

Segundo o autor, afetando o que Walter Benjamin chamava de aura – e sua perda na era da reprodutibilidade técnica – a fotografia destrói o fato como momento único e irrepitível. Afirma ainda que a técnica fotográfica permite não só o registro, mas também sua reprodução. Assim “representar fotograficamente o instante é destruir seu caráter de ato que passa e não retorna”<sup>231</sup>. Todavia há aqui certa confusão entre a reprodução do documento, como Benjamin ressaltava a propósito da perda de sua aura, e a realidade representada pela fotografia<sup>232</sup>. Realmente o fato continua no passado, irrepitível e irreversível, porém o seu registro, qual seja, sua representação em forma de documento, é que pode ser reproduzido infinitamente. É por meio do documento que o fato passado está sujeito a uma pluralidade de leituras.

Vemos em certos casos a multiplicação das memórias, familiares ou não, com a reprodução de fotografias de parentes, amigos ou lugares. Cada pessoa reproduz alguns desses documentos, que passarão a compor seu quadro de memórias, mas em cada caso os momentos evocados possuirão significados diferentes.

Destarte, como expõe Boris Kossov, são as fotografias as únicas que sobrevivem ao fim de um momento, com o desaparecimento físico do referente,

---

<sup>230</sup> NEIVA JÚNIOR, Eduardo. *A imagem*. Op. cit. p. 64.

<sup>231</sup> Idem. p. 65.

<sup>232</sup> Um aprofundamento da questão pode ser encontrado em BENJAMIN, Walter. *Pequena história da fotografia*. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

tornando-se a ligação do passado com o presente e perpetuando a memória. O momento registrado é irreversível e irrepetível. Os personagens fotografados ou produtores envelhecem e morrem, os cenários se modificam, os equipamentos utilizados na fotografia se deterioram, e somente a fotografia sobrevive, levando os assuntos registrados a atravessar o tempo e serem vistos por olhos muitas vezes estranhos. Todavia, quando é destruída ocorre que:

Desaparecida esta segunda realidade – seja por ato voluntário ou involuntário –, aquelas personagens morrem pela segunda vez. O visível fotográfico ali registrado desmaterializa-se. O ciclo da lembrança e da recordação é interrompido. Extingue-se documento e memória<sup>233</sup>.

Isso pode ocorrer por várias causas, como ressalta o autor, desde o fator tempo até má conservação, mas muitas vezes por ato intencional. Quando de mão em mão uma fotografia vai sendo deixada como herança, torna-se um fardo para quem a carrega, por ser o registro de pessoas e momentos que não se reconhecem mais. São parentes distantes que não faz sentido recordar e que passam a ocupar demasiado espaço nas casas. Nesse momento esses “intrusos da memória”, inquilinos onde não são bem-vindos, têm que ser desalojados ou destruídos, sendo doados junto com “coisas velhas e sem utilidade”<sup>234</sup>.

De qualquer forma, a fotografia representa o passado, que para nós se torna inteligível por meio de sua leitura. Nasce do desejo de evitar a morte e finitude do ser. É justamente da consciência da mortalidade humana que surge a necessidade de registrar. Nesse sentido, as imagens atuam como mecanismos que presentificam um ausente e materializam uma idéia, o morto e a morte, como expôs Debray<sup>235</sup>. Desse modo, “acrescentando, omitindo ou alterando fatos e circunstâncias que advêm de cada foto, o retratado ou o retratista têm sempre, na imagem única ou no conjunto das imagens colecionadas, o *start* da lembrança”<sup>236</sup>.

Ao mesmo tempo em que a fotografia lembra que o tempo passou, quando as pessoas a olham depois de muito tempo também lhes é propiciada uma viagem a esse tempo passado. Por meio dela são representados momentos de suas vidas

---

<sup>233</sup> KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. Op. cit. p. 139.

<sup>234</sup> Idem. p. 127-142. Atentar principalmente para as páginas 127-130 e 139.

<sup>235</sup> DEBRAY, Régis. *Vida e morte da imagem: uma história do olhar no Ocidente*. Petrópolis: Vozes, 1993. p. 28.

<sup>236</sup> KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. Op. cit. p. 138.



que são narrados aos mais próximos. Em um último esforço, tentaremos reconstruir o contexto no qual foram construídas algumas dessas representações, objetivando compreender essas memórias que nos foram narradas. Essa tarefa será empreendida na unidade seguinte.

## ***Unidade III***

### ***A saga dos “pés-vermelhos”***

O historiador que se disponha a mergulhar no palimpsesto da cidade em busca dos seus sentidos mais arcaicos precisa enfrentar o desafio da pequenez e da insignificância. Ver no cotidiano um elemento de novidade e encontrar no banal a possibilidade do extraordinário, eis a chave para chegar às camadas mais profundas do palimpsesto. Posto em relação com elementos de outras camadas – ou de outras cidades em palimpsesto – , cada caco do passado pode revelar-se, ele também, em fonte de entendimento para uma época.  
(Sandra Jatahy Pesavento)

Amanhece. É o dia 20 de Agosto de 1929. Uma neblina fria espalha-se pelos vales e envolve a pequena cidade que tropeiros e viajantes esperançosos batizaram certa vez de Ourinhos. Algumas ruas sem calçamento, casas rústicas mal alinhadas na perspectiva que se abre para o desconhecido e para a aventura. Silêncio branco onde mal se distinguem as coisas que o destino plantou por ali. Claridade úmida que promete o sol e o azul dos dias claros de inverno. Ao redor de um caminhão Ford, alguns homens se movimentam arrumando coisas e tomando providências rápidas. Trabalham calados, com a expiração condensando-se ritmadamente em nuvenzinhas tênues de vapor. Sem pressa, mas donos de todos os momentos, aqueles personagens se preparam para o primeiro ato de mais uma investida histórica: o reconhecimento pioneiro de região ainda virgem, balizada pelo curso dos rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí, onde a Companhia de Terras Norte do Paraná se preparava para plantar a civilização<sup>237</sup>.

Iniciamos a Unidade I com a transcrição de uma representação fantasmática construída durante o processo de ocupação das terras de Santa Fé. Nesse sentido, nada melhor que terminá-lo com um discurso situado em um contexto maior, qual seja, o de ocupação do Norte Novo de Londrina e Maringá, compondo assim a meada de nosso “tecido”. A diferença fundamental entre ambas é que esta última se dá em uma publicação comemorativa do cinqüentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, enquanto a primeira ocorre durante o tempo do próprio acontecimento.

O pesquisador Nelson Tomazi defende a necessidade de se relativizar o discurso construído pela referida Companhia, ou por seus adeptos. Segundo ele, somente por essa via é que poderemos visualizar as muitas pessoas ocultadas pela memória da ocupação em favor dos faustos da Companhia Melhoramentos. Tal autor critica ainda o fato de a supracitada publicação ser mencionada em muitos trabalhos, acadêmicos ou não, como feição da verdade, tornando-se um documento icônico para o estudo da região<sup>238</sup>.

As raízes desse discurso se encontram em tempos pretéritos, quando, a partir da década de 1930 e, significativamente, após a Segunda Guerra Mundial, a propaganda sobre a região aumentou consideravelmente. A distribuição de panfletos nas cidades e vagões de trens, a publicação de matérias em periódicos do Paraná e São Paulo e a ação de corretores em diversas regiões deram conta de atrair

---

<sup>237</sup> COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. *Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná*. São Paulo: Editora Ave Maria, 1977. p. 61. Utilizamos a segunda edição da referida obra, todavia o ano referenciado como comemorativo do cinqüentenário é 1975.

<sup>238</sup> TOMAZI, Nelson Dacio. *Norte do Paraná: histórias e fantasmagorias*. Op. cit. p. 261.

milhares de pessoas, trazidos muitas vezes por meios de transportes financiados pela empresa loteadora.

Palavras como “vasto sertão desabitado” e “terras virgens” foram introduzidas no vocabulário dos investidores; e a Companhia teria por objetivo o “bem comum” e o “progresso da região”. A partir desse momento o próprio Norte do Paraná, enquanto região geográfica, confundiu-se com as terras loteadas pela Companhia. Essa empresa foi vista como única fomentadora do desenvolvimento, excluindo quase totalmente as ações do Estado na região do Norte-Novo do Paraná.

### 1.1. A construção de um discurso

Torna-se evidente nessas afirmações a construção das representações sociais que, embora aspirassem à universalidade, eram determinadas pelos interesses dos grupos que as forjavam<sup>239</sup>. Como expõe Roger Chartier, tais representações não são neutras, mas produtoras de estratégias e práticas que buscam impor determinada visão de mundo destruindo ou eclipsando outras, legitimando um projeto e justificando as escolhas dos grupos sociais. Assim, as representações não podem ser desligadas de um campo de conflitos. Nesse sentido, o autor conclui que “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social”<sup>240</sup>.

Desse modo, partindo das premissas do autor, podemos inserir os bens simbólicos – como as memórias e as identidades – como objetos de lutas sociais, onde estão em jogo sua classificação, hierarquização, consagração ou desqualificação. Segundo ele, é justamente do crédito concedido – ou recusado – às representações propostas pelos diferentes grupos que depende a autoridade ou a força de um poder<sup>241</sup>.

---

<sup>239</sup> Vide CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Op. cit. p. 17.

<sup>240</sup> Idem.

<sup>241</sup> CHARTIER, Roger. A História hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. v.07, n.13, p.97-113, 1994. p. 108. Podemos perceber na argumentação de Roger Chartier a influência do conceito de violência simbólica, como proposto pelo sociólogo Pierre Bourdieu, sendo este visto como um poder invisível, que obtém o equivalente daquilo que é obtido pela força, mas que só se exerce se for reconhecido, ou seja, ignorado como arbitrário; exercido com a cumplicidade daqueles que não querem ou não podem ver que lhe estão sujeitos, ou ainda que o exercem. Vide: BORDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: *O Poder Simbólico*. Op. cit. p. 7-16.

Sob a égide dessas representações torna-se difícil estabelecer diferença entre a Região Norte do Estado em questão, que pode ser cartografada e delimitada por diferentes critérios, e o discurso até então reproduzido. O começo da jornada em busca de outros agentes sociais deve se situar na percepção do “Discurso Norte do Paraná” como uma construção “feita por ideólogos vinculados aos dominantes, na região em estudo, e que traz embutida uma visão histórica vinculada à manutenção daquele poder e do status quo”<sup>242</sup>.

O silenciamento de outros discursos tem por finalidade escamotear uma realidade contraditória e conflituosa em favor de uma visão uniformizante. Essa representação triunfalista busca construir a noção de uma suposta comunidade de interesses, solidários e vinculados à própria “terra roxa” na qual se estabelecem, vista como base física não só de seu sustento, mas também da edificação da sociedade norte-paranaense.

Não podemos silenciar a questão sobre qual seja a comunidade a que esses argumentos fazem referência. Para além dos conflitos existentes entre caboclos, jagunços, posseiros, proprietários, populações indígenas, houve engodos e manipulações envolvendo diversos grupos. É impossível não perceber a existência de grupos como os relatados na seguinte crônica, que indica por um lado

[...] os “jacus” tidos como trouxas, compraram glebas de terras incultas, apropriadas para o cultivo do café, derrubaram as matas e na terra crua jogaram as sementes dadivosas de uma planta chamada rubiácea. [De outro] os picaretas, os vivaldinos, para quem a lei de Gerson era o primeiro e único mandamento da lei de Deus, preferiam os embustes, o logro, a manta, para ludibriar os incautos, de forma a ganhar mais dinheiro, mais rapidamente e com mais facilidade<sup>243</sup>.

A construção do conceito “Norte do Paraná” visa unificar uma totalidade que na verdade é fragmentada, criando a imagem do homem norte-paranaense. O próprio autor supracitado cai em armadilha ao mencionar a região como uma “Terra de toda a gente”. Segundo nos expõe Nelson Tomazi, é perceptível nesse discurso a tentativa de criação do norte-paranaense como um personagem diferente e especial, silenciando a presença de outros, como indígenas e caboclos<sup>244</sup>. Por sua vez, o

---

<sup>242</sup> TOMAZI, Nelson Dacio. *Norte do Paraná: história e fantasmagorias*. Op. cit. p. 10.

<sup>243</sup> VIEIRA, Ildeu M. *Jacus e picaretas: a história de uma colonização*. Maringá: Bertoni, 1999. p. 13.

<sup>244</sup> TOMAZI, Nelson Dacio. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito e GONÇALVES, José Henrique R. (orgs.) *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: Eduem, 1999. p. 65

autor se pergunta como é formado esse cidadão, pois antes de vir para o Paraná quem era ele? Não era mineiro, nordestino, japonês, italiano?

A tentativa de caracterizar o Paraná como um Estado singular estendeu-se à intelectualidade, contribuindo para a solidificação de um imaginário sobre essa região. Podemos encontrá-la na obra “Um Brasil diferente”, de autoria de Wilson Martins, na qual é construída toda uma apologia da roupa, comida e religião, buscando ressaltar a formação do paranaense como um povo diferente do resto do Brasil, culminando nas raízes sociológicas do conceito de “bicho do Paraná”. Nesse sentido o autor afirma que:

Assim é o Paraná. Território que, do ponto de vista sociológico acrescentou ao Brasil uma nova dimensão, a de uma civilização original construída com pedaços de todas as outras. Sem escravidão, sem negro, sem português e sem índio, dir-se-ia que a sua definição humana não é brasileira<sup>245</sup>.

Não só o Estado é caracterizado de forma peculiar, mas também o norte-paranaense é relatado como um homem original. Pode-se inferir, conforme a interpretação de Nelson Tomazi, que o discurso “Norte do Paraná” visa, pela sua simples enunciação, à sua identificação com algumas idéias, como progresso, colonização racional, ocupação planejada e pacífica, riqueza, cafeicultura, pequena propriedade, pioneirismo, etc.

Este pensamento foi estruturado, principalmente, entre os anos 1930 e 1950. Diante da diversidade cultural e da origem espacial e social dos imigrantes, buscou-se criar um elo, um símbolo que permitisse uma identificação e um sentimento de comunidade associados à “terra roxa”, tida como a mais fértil, amplamente utilizada como propaganda pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. A região em questão foi representada como um paraíso de terras desse tipo, advindo daí sua riqueza.

O contexto de enunciação desse discurso tem raízes que merecem ser mencionadas. Segundo Tomazi, do ponto de vista econômico, de 1945 a 1955, com Eurico Gaspar Dutra e Getúlio Vargas como presidentes, o país procura industrializar-se, mas sem deixar de manter numa base agrária muito forte, pois a produção agropecuária ainda representava uma supremacia no valor do produto

---

<sup>245</sup> MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente*. Op. cit. p. 468.

interno bruto. Com o grande desenvolvimento ocorrido nesse período, é nessa conjuntura que a “(re) ocupação” se efetivou, e todo o território norte-paranaense se integrou definitivamente à produção na ótica do capital. Nesse âmbito, também o discurso “Norte do Paraná” se estruturou integralmente, podendo-se encontrar nisso a grande força da narrativa sobre o “progresso” e a “riqueza” existente na região.

Os preços altos no mercado internacional e os incentivos para novos plantios de cafezais que, no Paraná, já haviam começado em meados da década de 1940, criaram, nos anos seguintes, e, principalmente, no final da década de 50 e início de 60, as grandes safras de café que nos anos de 1959/60 a 1962/63, produziram um total de aproximadamente 70 milhões de sacas de 60 kg e colocaram o estado como o maior produtor de café do Brasil<sup>246</sup>.

Assim, segundo o autor, a velocidade da ocupação neste período se deveu à ação das várias companhias colonizadoras particulares e do governo do Paraná, tendo como pano de fundo a expansão da cafeicultura como motor fundamental. O que era tido como uma fronteira deveria ser eliminado com a atração de pessoas. O discurso “Norte do Paraná” adquiriu nesse período sua forma definitiva.

Um problema para a consecução desses objetivos foi a obtenção de capitais. Indicativos da solução encontrada foram a alteração da política agrária, com o favorecimento de empresas de terras para que estas pudessem, mediante a venda em condições remuneradoras, compensar o investimento com a abertura de estradas. Como o Estado não dispunha de recursos suficientes para tal empreitada, o objetivo foi facilitar a ocupação dirigida por meio de detentores de capital, os quais foram amplamente compensados com a venda das terras.

Em 1925 foi constituída a Companhia de Terras Norte do Paraná, consorciada da empresa londrina *Paraná Plantations Ltda*. Entre 1925 e 1927 a empresa adquiriu do Governo do Estado 515 mil alqueires de terras consideradas devolutas, que foram posteriormente loteados e vendidos. Em 1942 grupos brasileiros compraram dos ingleses a referida Companhia, pelo fato de o país europeu, necessitando de recursos para sustentar os esforços de guerra, ter adotado uma política de retorno de seus investimentos em outros países por meio da venda de suas empresas em todo o mundo. Em 1951 a empresa passou a chamar-se “Companhia Melhoramentos Norte do Paraná”, e a partir daí procedeu à diversificação de suas atividades.

---

<sup>246</sup> TOMAZI, Nelson Dacio. *Norte do Paraná: história e fantasmagorias*. Op. cit. p. 233.

Se por um lado o Estado é visto pela historiografia da época como “agente colonizador”, propiciando a ocupação da terra por meio de facilidades concedidas às empresas de terras, por outro vai sendo ocultada sua presença em favor da ação das “companhias colonizadoras”, que “constituem, no Paraná moderno, o eixo propulsor da repartição da terra e sua efetiva ocupação pelos proprietários privados”<sup>247</sup>. Nesse sentido, por meio de uma associação direta, a mesma historiografia vai além e afirma que

[...] a região Norte do Paraná, graças principalmente à ação ordenada da Companhia de Terras Norte do Paraná, pôde experimentar, além de outras razões favoráveis da conjuntura, progresso rápido, em virtude das condições de segurança do direito de propriedade<sup>248</sup>[...]

A raiz desse pensamento está nas próprias construções fantasmáticas da Companhia e também no pensamento liberal. Constrói-se a percepção de que, partir do momento em que é propiciada total liberdade de iniciativa a determinado agente, este, mesmo trabalhando em interesse próprio, sempre irá trazer benefícios à coletividade. Assim essa empresa busca afirmar que, seus proprietários, ao agirem livremente, executaram ações que sempre favoreceram seus clientes compradores, o Estado e o País. A prova de tal ação seria a riqueza auferida pela região a partir de 1940.

Por essa via, em sua publicação comemorativa, afirma que as ações da empresa sempre visaram ao beneficiamento direto e indireto da população local. Busca assim diluir a conotação do lucro, ao ressaltar que não visava nessas atitudes somente ao ganho, mas também ao bem-estar da população. O Estado vai sendo expurgado de todas as suas funções e visto sempre como um obstáculo.

Portanto, o Norte do Paraná, colonizado pela Companhia, é antes de tudo um exemplo a seguir, um exemplo do que pode alcançar o agricultor brasileiro quando trabalha um solo fértil que seja seu, amparado pela certeza do lucro e pelo direito de propriedade. Não há dúvida de que essa fabulosa região prosperou contando basicamente com a organização objetiva e dinâmica da empresa privada que a desbravou, e com a vontade de vencer dos que para ela

---

<sup>247</sup> WESTPHALEN, Cecília M.; MACHADO, Brasil P.; BALHANA, Altiva P. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno. In: *Boletim da Universidade Federal do Paraná*, Departamento de História, n. 07, 1968, p. 21-22.

<sup>248</sup> Idem.



afluíram atraídos pelas perspectivas de liberdade de empreendimento que se lhes apresentavam<sup>249</sup>.

É esquecido o fato de que a empresa não teria conseguido realizar suas atividades sem o apoio, sem as facilidades e as condições que o governo lhe concedeu nesse período. Conforme explica José H. Gonçalves, no desenvolvimento do Norte do Estado do Paraná a participação do Estado é ocultada nas esferas institucional-administrativas, em favor do primado da livre iniciativa. Nessa concepção, a estrutura governamental só adentrou a região quando os alicerces já estavam prontos pela Companhia<sup>250</sup>. O Paraná, enquanto construção de um novo mundo rural, foi visto como concretização de ações da iniciativa privada, superiores às do Estado, sempre caracterizado por uma perspectiva de lentidão e ineficiência, em oposição ao dinamismo da Companhia Melhoramentos.

Esta empresa, na realidade, é concebida como fonte inspiradora para todos os outros agentes, inclusive para o Estado. As imagens que se constroem a respeito deste são sempre opressoras. A propósito da compra da empresa aos ingleses em 1942, a Companhia relata que o governo teria exigido o repasse da ferrovia Ourinhos-Apucarana por 88 mil contos de réis, quando os brasileiros teriam desembolsado 128 mil para comprá-la, sendo obrigados a absorver um ônus de 44 mil contos de réis<sup>251</sup>, escamoteia o fato de que o mesmo Estado, em anos passados, havia repassado terras a um preço muito abaixo do real à empresa loteadora.

O Estado foi visto como causador de instabilidade nas terras paranaenses, ao outorgar concessões de propriedades e permitir a presença de posseiros. A situação foi “resolvida” pela Companhia ao construir uma imagem que repercutiu amplamente na historiografia como uma das maiores representações da empresa: a de que teria comprado duas e até três vezes as mesmas terras, objetivando resolver a situação conflituosa causada pela ineficiência do Estado do Paraná.

Insistindo na legitimidade de seus títulos como causa de seu êxito na venda de terras, a Companhia Melhoramentos afirma que assumiu riscos econômicos para

---

<sup>249</sup> COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. *Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná*. Op. cit. p. 146.

<sup>250</sup> GONÇALVES, José Henrique R. Quando a imagem publicitária vira evidência factual: versões e reversões do Norte (novo) do Paraná – 1930/1970. In: DIAS, Reginaldo Benedito e GONÇALVES, José Henrique R. (orgs.) *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. Op. cit. p. 106 e seguintes.

<sup>251</sup> COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. *Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná*. Op. cit. p. 97-101.

tentar resolver de forma pacífica a questão das terras do Norte Novo do Estado do Paraná. Assim, argumenta que primeiramente comprou títulos inseguros referentes à área questão, para em seguida comprar do governo essas mesmas terras.

Assim, embora pagando duas e até três vezes pelas terras, a Companhia assegurou a si e aos seus sucessores o direito líquido e inquestionável sobre a terra negociada<sup>252</sup>.

Essa representação se tornou lugar-comum para diversos escritores, seduzidos por tal discurso altruísta. A memorialista Dulcilene Brambilla afirma que “houve terras que os ingleses pagaram até três vezes: ao Estado, ao posseiro e aos que possuíam títulos verdadeiros e/ou duvidosos. Faziam questão absoluta de que suas escrituras fossem incontestáveis”<sup>253</sup>. Mas não nos enganemos, a referida construção representativa está presente também na historiografia. A professora France Luz reproduz de forma unívoca o discurso da Companhia, tal qual se encontra na referida publicação comemorativa, contribuindo para o enaltecimento da Companhia e o ocultamento do Estado e de outros atores sociais<sup>254</sup>.

Desse modo France Luz, fazendo referência ao sucesso da empresa e argumenta que a estrutura governamental encetou também um programa de loteamento de terras, seguindo o “modelo bem-sucedido” da Companhia Melhoramentos, qual seja, o de dividir grandes áreas em pequenos lotes rurais. As terras consideradas “devolutas”, que retornaram ao seu domínio em 1934, foram loteadas seguindo os moldes da referida empresa. Nesse sentido, o Estado é visto como um fiel e eficiente seguidor dos projetos da Companhia.

Afirma que o “progresso” alcançado pela região do Norte Novo do Estado do Paraná não se deveu exclusivamente à fertilidade do solo, mas também à organização empregada em sua ocupação. A ótica construída é a de que, enquanto proliferavam conflitos envolvendo posseiros e detentores de títulos duvidosos nas áreas do poder público, nas terras da empresa “Melhoramentos” os proprietários podiam obter “tranquilamente os frutos da terra”. O Norte do Paraná propiciava o desenvolvimento não só dos que para aqui se dirigiam, mas de todo o Estado.

---

<sup>252</sup> Idem. p. 59.

<sup>253</sup> BRAMBILLA, Dulcilene. *Santa Fé revive sua história*. Op. cit. p. 27.

<sup>254</sup> Vide LUZ, France. *O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá*. Maringá: Prefeitura Municipal, 1997. p. 31.

Por essa via é argumentado que nessa região ocorria nas décadas de 1940 e 1950 a concretização do que em outras áreas se constituía apenas de projetos. Segundo essas concepções, suas ações se basearam em quatro princípios:

1) a livre iniciativa; 2) a garantia do direito de propriedade; 3) o estímulo do lucro; 4) o elemento humano “diferenciado”, o pioneiro, que abandonou seu conforto, sua paz e, às vezes, sua família, numa demonstração de energia invulgar [...] <sup>255</sup>

Sobre a diversidade de pessoas presentes na região foi ressaltado que isso se devia à extensão da fama da ocupação promovida pela empresa loteadora. Esse prestígio ancorou-se, todavia, na suposta fertilidade do solo. Nas primeiras décadas do século XX o Norte Novo do Paraná passa a ser representado como uma região inóspita, revestida de exuberantes florestas que encobriam uma fertilíssima “terra roxa”. Dessa maneira, constituída no imaginário econômico como detentora de um dos solos mais produtivos do globo, a região foi representada como a “grande geradora de atividades agrícolas rentáveis”.

A ligação entre a comunidade formada na região e a terra roxa culminou na construção de uma suposta identidade dos “pés-vermelhos”. Todavia, nada mais errôneo, diante da diversidade não só da população, mas também da própria composição do solo, como já havia indicado o geógrafo Pierre Monbeig na década de 1930. Ocorrendo de forma segmentada, esse tipo de solo, tendo a excelência do clima como acréscimo à sua fertilidade, não se apresentava na totalidade da região, como afirmou Nelson Tomazi <sup>256</sup>.

Representações constantemente intercambiadas são as que relacionam a “terra roxa” e plantações de café às estradas de ferro. A fertilidade dessa terra teria propiciado altas taxas de lucro no plantio do cafeeiro, exigindo para tanto um sistema eficiente de ferrovias para escoar a produção. Nesse sentido, uma se sucedia à outra na abertura de amplas áreas para a ocupação.

O “paraíso” do Norte Novo do Paraná deveria ser transformado pela introdução do progresso em seus recantos. A construção desse discurso busca reforçar a dificuldade de trazer civilização para a região, mas por outro lado salienta as dádivas concedidas pela natureza, criando a imagem de um local próspero, o que

---

<sup>255</sup> COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. *Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná*. Op. cit. p. 201.

<sup>256</sup> TOMAZI, Nelson Dacio. *Norte do Paraná: história e fantasmagorias*. Op. cit. p. 111.

obviamente tinha profundas conotações comerciais, já que a terra se tornava uma mercadoria. As narrativas criadas procuram demonstrar a transformação da natureza, a passagem do tempo e a “chegada do progresso”.

Para a consecução dos objetivos relatados a Companhia Melhoramentos planejou a fundação de cidades que deveriam se tornar centros comerciais, distantes cerca de cem quilômetros uma da outra. Entre estas seriam fundadas cidades menores a distâncias de dez a quinze quilômetros, destinadas ao abastecimento das propriedades rurais. Ao redor dessas cidades se situariam chácaras de produtos de subsistência. As propriedades, com áreas entre dez e vinte alqueires, seriam constituídas em faixas alongadas com frente para uma estrada de acesso e fundo para um ribeirão.

A dissolução do mito de ocupação homogênea é respaldado pelo fato de que, junto com a ocupação, ficavam porções de terras não exploradas, sem valor para a cafeicultura, as quais foram posteriormente vendidas como pequenas propriedades. Disso podemos inferir que a especulação de terras seguia de mãos dadas com a ocupação. Isso se deveu ao fato de que os fazendeiros paulistas que dividiram suas terras objetivando maior lucro vieram ao Paraná fazer o mesmo. Já em 1920 as terras do Norte do Paraná haviam adquirido preço de mercado, e essa transformação da terra em mercadoria ocorria desde a Lei de Terras de 1850.

A referida lei estabeleceu a proibição da aquisição das terras consideradas devolutas por outra via que não a da compra, incorporando-as ao patrimônio nacional. A aquisição desses bens decorria do poder do capital. O artigo 64 da Constituição de 1891 decretou como de propriedade dos Estados as “terras devolutas” situadas em suas respectivas áreas.

Em vista de tal contexto, o estudo de Nadir Cancian a propósito das lavouras cafeeiras já havia detectado que a onda de ocupação deixava atrás de si áreas desocupadas, à espera de ocasião oportuna para a especulação, devido ao fato de não serem apropriadas ao café<sup>257</sup>. A construção de estradas de ferro, objetivando o escoamento da produção, valorizava sobremaneira as propriedades adjacentes, favorecendo assim o lucro por meio da especulação de terras. Essas estradas também foram vistas como portas de entrada para o Norte do Paraná. Uma delas, partindo de Ourinhos, chegou a Londrina em 1935. Por um lado podemos aceitar

---

<sup>257</sup> CANCIAN, Nadir A. *Cafeicultura paranaense (1900-1970)*. Op. cit. p. 73.

como válida a contribuição conjuntural à expansão da lavoura cafeeira no Paraná propiciada pela exaustão de muitas áreas cafeeiras do Estado de São Paulo e pela proibição do plantio de novas lavouras naquele Estado em face das crises de superprodução, que acarretaram queda nos preços do produto e a conseqüente defesa desses preços por parte do governo e oligarquias rurais. Por outro lado, torna-se problemático supor enfaticamente a organização da agricultura cafeeira no Estado do Paraná como extensão da cafeicultura paulista, como o fez France Luz.

A cafeicultura paranaense foi resultado da expansão para oeste dos agricultores paulistas, sempre em busca de terras novas e baratas, uma vez que elas haviam se tornado escassas e supervalorizadas no seu Estado<sup>258</sup>.

Torna-se necessário relativizar essa afirmação, mesmo que minimamente. Por esta via Nelson Tomazi argumentou em sua obra que a exploração agropecuária na região do Paraná se deu concomitantemente à ocupação de áreas consideradas vazias para o capital no Estado de São Paulo, pois algumas delas – mas não todas – daquele Estado, se encontravam esgotadas. Para Tomazi, o aumento dos preços das terras em algumas regiões de grande produção de café levou à parcelização das propriedades e à busca por novas terras, as do Paraná, mas o crescimento deste Estado foi em certa medida limitado, porque São Paulo ainda dispunha de excelentes terras para o cultivo café e o Paraná ainda não podia ser comparado àquele Estado em termos de organização produtiva<sup>259</sup>.

Essa questão possui dois desdobramentos. O primeiro refere-se ao fato de a Companhia buscar, de forma reiterada, desmentir a monocultura do café no Estado do Paraná. Seus argumentos perpassavam o clamor pela diversificação dos cultivos. Não obstante, é errônea essa suposição, visto ser o café o fator de atração de milhares de pequenos lavradores, gerando lucros imensos à empresa loteadora e também ao Estado. O que ocorreu, segundo estudo significativo de Nadir Cancian, foi que

[...] todo o Norte do Paraná foi dominado por um verdadeiro mar de cafezais, até meados da década de 1960, quando por efeito, de um lado da queda dos preços do café face a superprodução e por outro, da ação governamental com programas de diversificação agro-

---

<sup>258</sup> LUZ, France. *O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá*. Op. cit. p. 13.

<sup>259</sup> Vide TOMAZI, Nelson Dacio. *Norte do Paraná: história e fantasmagorias*. Op. cit.

pecuária e industrial, foi se acentuando a diversificação da exploração da terra<sup>260</sup>.

A propósito da região de Santa Fé a autora supracitada expõe a tendência à monocultura do café, ocorrida nesse município a partir de 1954, com a ascensão do preço desse produto. A atenuação dessa atividade econômica pela presença de pastagens devia-se à geografia da paisagem, que incluía vales sujeitos a geadas. Assim, enquanto o café era plantado nos “espigões”, as baixadas eram destinadas ao gado. Segundo Cancian, “tudo indica que dado a alta especialização em torno do café, não fosse a existência de terras de baixadas, nem pastagens existiriam”<sup>261</sup>.

Desse modo, Nadir Cancian afirma que o loteamento de terras gerava com os impostos de transferência uma renda significativa, haja vista o interesse dos lavradores pelo plantio de cafeeiros. O café representava assim o meio de desenvolvimento da pequena e média propriedade. Nesse sentido, a autora ressalta que

[...] o Paraná procurava atrair o café, porque apesar das dificuldades conjunturais, era o produto que mais representava em divisas para o Brasil e conseqüentemente o setor agrícola, apesar de tudo, mais defendido pelo governo<sup>262</sup>.

Outro desdobramento possível reside na oposição estabelecida entre a ocupação do Norte Velho e do Norte Novo do Paraná. Ao discurso propalado de que o Norte Velho teria sido ocupado pela grande propriedade opunha-se a “fórmula original” de comercialização da terra colocada em prática pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. A reiteração desse discurso pressupõe a tentativa da referida empresa em criar a imagem de que sua forma de ocupação nunca havia sido praticada antes. Outra perspectiva centra-se na valorização da figura do

---

<sup>260</sup> CANCIAN, Nadir A. *Cafeicultura paranaense (1900-1970)*. Op. cit. p. 46-47. A tentativa, por parte da Companhia Melhoramentos, de desmentir a monocultura enquanto nociva à subsistência: COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. *Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná*. Op. cit. p. 133. A réplica a esse argumento pode ser encontrada em: GONÇALVES, José Henrique R. Quando a imagem publicitária vira evidência factual: versões e reversões do Norte (novo) do Paraná – 1930/1970. In: DIAS, Reginaldo Benedito e GONÇALVES, José Henrique R. (orgs.) *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. Op. cit. p. 102-105.

<sup>261</sup> CANCIAN, Nadir A. *Cafeicultura paranaense (1900-1970)*. Op. cit. p. 107.

<sup>262</sup> Idem. p. 33.

fazendeiro, obviamente ligada ao discurso dos cafeicultores paulistas, como indicado por Nelson Tomazi<sup>263</sup>.

A representação construída pela Companhia Melhoramentos a propósito da forma de ocupação mais conveniente para o desenvolvimento da região residia na pequena propriedade. Ouçamos a voz de um de seus funcionários, o senhor Gordon Fox Rule:

A razão do êxito das cidades do Norte do Paraná está na pequena propriedade dirigida pelo seu dono, que nela reside e vai gastar o produto do seu trabalho na povoação mais próxima. Não é o grande proprietário que interessa, pois este geralmente mora nas grandes cidades, onde aplica os lucros obtidos em suas lavouras<sup>264</sup>.

Desse modo o objetivo primordial era o povoamento intensivo, e para isso a Companhia limitava a extensão das propriedades. Com algumas ressalvas, pode-se dizer que a forma de comercialização da terra não seguiu linhas muito díspares no caso santafeense. Conforme matéria publicada na Revista do Café:

Foi-nos explicado que as áreas rurais a serem vendidas não poderiam ultrapassar de trinta alqueires, para que a sub-divisão da propriedade pudesse permitir rápida valorização e povoamento intensivo do solo. Os lotes são vendidos com 50% de entrada e o restante a longo prazo sem juros<sup>265</sup>.

As anuidades acompanhavam o período das colheitas. Se as propriedades daqui eram um pouco maiores do que as oferecidas pela Companhia Melhoramentos, cujas áreas variavam entre dez e vinte alqueires, sua organização era semelhante. Esses lotes eram constituídos como faixas alongadas com acesso tanto a uma estrada quanto a um riacho. Possuindo a região um relevo ondulado, as partes mais altas, menos sujeitas a geadas, eram destinadas ao cultivo do cafeeiro,

---

<sup>263</sup> Tal proposição também pode ser encontrada em TOMAZI, Nelson Dacio. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito e GONÇALVES, José Henrique R. (orgs.) *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. Op. cit. p. 57-60.

<sup>264</sup> COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. *Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná*. Op. cit. p. 88.

<sup>265</sup> REVISTA DO CAFÉ. Op. cit. p.79.

enquanto nas baixadas eram construídas as moradias, e currais e se implantavam pastagens e culturas de subsistência<sup>266</sup>.

Esses fatos não devem levar a supor que não tenha ocorrido a concentração de terras, pois na verdade esta em muitos casos ocorreu, seja pela compra, seja por posse, seja ainda por falta de pagamento de pequenos lavradores endividados, que perdiam suas propriedades em favor de detentores de maior capital. Nas propriedades maiores foram organizadas colônias, nas quais residiam trabalhadores assalariados ou “porcenteiros”. Estas também se organizavam em torno dos riachos, as chamadas “Águas”.

Segundo o discurso propalado pela Companhia Melhoramentos, seu sistema de vendas de terras propiciava facilidade ao pequeno agricultor, pois uma entrada de dez por cento do valor assegurava a posse da propriedade. Em até sessenta dias deveria haver o pagamento de mais vinte por cento do valor total, ao qual se seguia a assinatura do termo de compromisso, que estipulava o pagamento em quatro parcelas anuais, com dez por cento no primeiro ano e vinte nos anos subseqüentes. Os juros eram de oito por cento ao ano, diferentemente do loteamento santafeense.

Segundo os próprios responsáveis pela Companhia, tais condições representavam inigualável guinada na vida dessas pessoas. Assim,

[...] esse plano, na sua simplicidade, veio possibilitar a solução de um problema multissecular, qual seja, o do assalariado, descalço e prisioneiro de um sistema econômico que parecia inexorável, transformar-se em proprietário e mudar de categoria econômica e social da noite para o dia<sup>267</sup>.

Nesse sentido, a empresa loteadora afirma ter conseguido implantar um projeto de reforma agrária nos recantos do Norte Novo do Paraná nas décadas de 1930, 40 e 50. Facilidades ainda maiores concedidas aos seus funcionários supostamente resultariam em sentimentos de orgulho ao pertencer aos quadros humanos da Companhia Melhoramentos, equivalendo a um título e um *status* diferenciado em meio à sociedade paranaense.

---

<sup>266</sup> Quanto à influência do relevo sobre o cultivo do café pode-se atentar para a indicação de Nadir Cancian em sua obra *Cafeicultura paranaense* (1900-1970). Op. cit. p. 90. Afirma que essa pré-condição levou as companhias loteadoras a um aproveitamento mais racional dos terrenos, respeitando suas condições topográficas.

<sup>267</sup> COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. *Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná*. Op. cit. p. 124.



Como já mencionado, a região loteada pela supracitada empresa foi representada como um espaço diferenciado do restante do Paraná, onde a posse da terra era insegura e conflituosa e os pequenos lavradores não eram favorecidos. Neste “Novo Mundo”, segundo essa percepção, a estes últimos eram propiciadas amplas oportunidades de acesso à terra e melhoria de vida. Esquece-se de mencionar, todavia, que as “facilidades” na aquisição de propriedades não derivavam de uma filantropia dos dirigentes dessa empresa, mas dos preços baixíssimos pelos quais haviam comprado as terras do governo e da necessidade de povoá-las – a saber, com pessoas do interesse de tais dirigentes, pois não devemos nos esquecer de que esse espaço já desde muito era habitado por índios e caboclos, expropriados pelos “colonizadores”.

A representação construída por essa “filantropa” empresa dos tempos modernos permitiu que a historiografia viesse a inferir tempos depois que:

Milhares de colonos, com suas famílias, vieram desta maneira radicar-se no Norte do Paraná, tornando-se desde logo proprietários de suas terras, onde, via de regra, plantavam o café e tinham, ainda, pequena lavoura de subsistência<sup>268</sup>.

A possibilidade de ascensão social era reiterada nas diversas propagandas. Um periódico da época, no qual encontramos retratada a avenida principal de Santa Fé, afirma que “a belíssima alameda de palmeiras, à espera dos futuros palacetes”<sup>269</sup>. A predestinação a um futuro glorioso, propiciado pela riqueza do café, permitiria a reedição dos feitos da Avenida Paulista, em São Paulo? Ao mesmo tempo em que buscavam atrair pequenos lavradores, a estes era acenada a possibilidade de enriquecimento rápido e grandioso, o que pouco ocorreu.

Desse modo, ao mesmo tempo em que argumenta sobre a proibidade de seus negócios, a Companhia Melhoramentos se refere ao que seria um bom “colono”:

A razão do grande êxito alcançado pela Companhia nas suas vendas prende-se à total liquidez dos títulos de propriedade que ela oferecia. Explica-se isso porque o bom colono, aquele que leva consigo a família e tem economias para aplicar na compra da propriedade com a qual sonhava há anos, não quer brigas e não

---

<sup>268</sup> WESTPHALEN, Cecília M.; MACHADO, Brasil P.; BALHANA, Altiya P. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno. In: *Boletim da Universidade Federal do Paraná*. Op. cit. p. 18.

<sup>269</sup> REVISTA DO CAFÉ. Op. cit. p. 83.

aceita riscos. Ele quer trabalhar. E somente poderá alcançar esse ideal em terra inquestionavelmente sua<sup>270</sup>.

É construído então o contexto que permite a tal empresa afirmar estar fazendo nas décadas de 1930, 40 e 50 uma “verdadeira, justa e pacífica reforma agrária”. Nesse sentido, afirma que no Brasil não havia conflitos pela divisão de terras, pois esta já vinha se subdividindo “à moda brasileira”. Ressalta então que o governo estava se dedicando ao problema errado, pois a questão central estaria na ordem de encontrar soluções para o aumento da produtividade e assistência aos pequenos agricultores. Afirma ser este o seu conceito de “reforma agrária”, pois estava “repartindo de forma justa” a riqueza que advém da terra, ao propiciar a todas as camadas sociais condições de adquirir pequenos lotes<sup>271</sup>.

Consolidada assim a idéia de reforma agrária, encontramos-na na historiografia:

No plano social-econômico, a ocupação colonizadora da terra resultou, verdadeiramente, na implantação de uma reforma agrária, fundamentada na pequena propriedade, que domina hoje no quadro rural paranaense, o qual apresenta certos aspectos característicos, como a densidade demográfica elevada e a existência de uma classe média rural<sup>272</sup>.

Segundo as indicações deixadas por José Henrique Gonçalves, a representação de uma reforma agrária assentada nos princípios liberais tinha por objetivo demonstrar a supremacia desse modelo em relação aos projetos reformadores advindos da esquerda política. Esses princípios buscavam a resolução do problema agrário sem alterações na propriedade da terra, e para isso se procurava multiplicar o número de pequenos agricultores em áreas consideradas devolutas<sup>273</sup>.

O objetivo político era estender o direito à terra sem alterar as posses dos grandes fazendeiros. Receava-se inclusive o uso da palavra “reforma agrária” por

---

<sup>270</sup> COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. *Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná*. Op. cit. p. 60.

<sup>271</sup> Vide as páginas 148, 150 e o depoimento do diretor da Companhia Melhoramentos, o Sr. Hermann Moraes de Barros, presente nas páginas 163 a 182.

<sup>272</sup> WESTPHALEN, Cecília M.; MACHADO, Brasil P.; BALHANA, Altiva P. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno. In: *Boletim da Universidade Federal do Paraná*. Op. cit. p. 51.

<sup>273</sup> Vide GONÇALVES, José Henrique R. “A mística do pioneirismo”, antídoto contra o socialismo: Bento Munhoz da Rocha Neto, a reforma agrária e o Norte do Paraná nos anos 50 e 60. In: *Revista de História Regional*, v. 2, n.1. Disponível em site [www.revistas.uepg.br](http://www.revistas.uepg.br). Acesso em Dez./2006.

parte das elites políticas. O Paraná, nessa concepção, tornava-se um exemplo do fenômeno de distribuição de terras. Conclui então o referido autor que:

[...] Intelectuais e políticos pertencentes a um amplo espectro de vetores ideológicos acreditavam que a formação de uma rede consistente de pequenos empresários agrícolas e a definição de um corpo de leis que não fosse apenas uma extensão improvisada da legislação urbana ao campo, mas algo adaptado às espinhosas singularidades do meio rural, seriam instrumentos que evitariam quer a destruição dos mais recônditos valores liberais - os direitos de propriedade, quer o rastilho das fantasmagóricas guerras camponesas teleguiadas por militantes citadinos de esquerda<sup>274</sup>.

A Companhia Melhoramentos, em meio a debates políticos, se autoproclamou propugnadora dessas transformações rurais, no que foi seguida por muitos intelectuais e apologistas. Por esta via é apresentada a ação da empresa como fabulosa e sempre voltada aos interesses coletivos e nacionais, sob a direção de homens de elevado compromisso com os mais necessitados, descortinando possibilidades de ascensão social a pequenos lavradores e assim realizando uma verdadeira “reforma agrária” e tornando-se exemplo para um governo inepto.

A semelhança entre as representações construídas no espaço norte-paranaense nas décadas de 1940, 50 e 60 indica um discurso que busca legitimar certa visão do social e estendê-la aos atores sociais engajados em tal processo histórico. Se nos é vedado o uso do termo reprodução, podemos nos utilizar de critérios como o de apropriação de símbolos comuns, visando ao reconhecimento de uma forma de ocupação do espaço que silencia outros grupos sociais.

## 1.2 Os “bandeirantes” da nova geração e a busca do Eldorado

A ocupação desse espaço deriva da disponibilidade de terras, mesmo que para isso tivessem que criá-la tanto no âmbito do discurso quanto materialmente, com a expropriação de todo e qualquer grupo não reconhecido pelos dominantes que habitasse essa região. Tornou-se recorrente a imagem de que o Norte Novo do Paraná era um paraíso intocado, enfatizando o caráter virginal das terras dessa localidade.

---

<sup>274</sup> Idem. p. 162.

Essas representações se estenderam à historiografia, que se referiu à região como um sertão bravio, desconhecido e desabitado, uma fronteira entre a civilização e a natureza selvagem, tornando-se imperiosa a introdução do progresso e da civilização nesses recantos.

A inspiração para o entendimento do conceito de fronteira pode ser encontrada em Frederick Turner, para quem existe uma diferença fundamental no sentido de fronteira entre países há muito povoados e os de ocupação recente. Enquanto nos primeiros a fronteira representa o limite entre duas civilizações, nestes últimos é caracterizada como o ponto de encontro entre a terra povoada e a terra livre, entre o civilizado e o primitivo<sup>275</sup>.

A conceituação de fronteira está presente em Benedikt Zientara<sup>276</sup>. Segundo ele a fronteira esteve, em sua origem, estabelecida como uma linha de demarcação entre dois bens imóveis, com a finalidade de evitar o surgimento de controvérsias. Posteriormente, assumiu o caráter de confin territorial, como aconteceu aqui. Como expõe o autor, a percepção desse conceito como uma linha demarcatória é redutora, pois consiste em uma abstração existente somente nos mapas. A humanidade construiu vários outros tipos de fronteira, como terra/mar, campo/cidade, ou ainda no campo simbólico, civilizado/incivilizado, centro/periferia (Europa/América), capital/interior, etc.

Segundo as acepções de Zientara, outros fenômenos de fronteira são ainda menos evidentes, como os econômicos, culturais e religiosos, sendo que o processo de demarcação exata nestes campos representa normalmente o resultado ou o motivo de um processo de politização das lutas dos grupos sociais envolvidos<sup>277</sup>.

Isto equivale dizer que esse fenômeno é essencialmente social, isto é, resultado da ação de grupos sociais que separam seu território, reafirmando-o pela ampliação e pela defesa de fronteiras existentes, ou ainda inventando os limites. Pode-se dizer que toda e qualquer delimitação de território resulta de invenções históricas promovidas por grupos sociais em busca de identidade.

---

<sup>275</sup> TURNER, Frederick J. O significado da fronteira na história americana. In: KNAUSS, Paulo (org.) *O oeste americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner*. Trad. Paulo Knauss e Ina de Mendonça. Niterói: EdUFF, 2004. p. 23 e seguintes. O autor utiliza como ponto de referência a forma de ocupação na Europa e nos Estados Unidos da América do Norte. É possível também realizar o *download* da obra no idioma original: *The significance of the frontier in American History*. Disponível em: <http://xroads.virginia.edu>. Acesso em: 02/04/2006.

<sup>276</sup> Vide ZIENTARA, Benedikt. Fronteira. *Enciclopédia Einauldi*: Estado e Guerra. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, v.14, 1989, p. 306-317.

<sup>277</sup> Idem. p. 308.

A idéia de mobilidade, principalmente quando se trata das questões culturais, deve ser buscada no antropólogo norueguês Fredrik Barth. Segundo ele, grande parte do conteúdo que em um dado momento é associado a uma comunidade não está estabelecida por limites, podendo variar, ser apreendida ou modificar-se sem nenhuma relação com a conservação de limites fronteiriços<sup>278</sup>.

Assim, como expõe María Rosa Carbonari, a concepção de fronteira não trata somente de espacialidade, mas também de temporalidade, na qual uma cultura se manifesta expandindo seus limites. Dessa forma, falar em fronteira implica em um algo móvel, dinamizador e expansivo. Segundo ela:

A incorporação dos espaços vazios para a História, implicou – entanto – a anexação de culturas diferentes à esfera da cultura ocidental. A conotação do conceito de “espaço vazio” deu, nesse marco, legitimidade à conquista e foi argumento que negou o reconhecimento de outras formas de ocupar e transitar o espaço geográfico. O espaço, desse modo, foi observado como ‘uma área de terras livres em contínuo recesso’, predispostas ao avanço da colonização<sup>279</sup>.

Nessas terras, supostamente abertas à ocupação por parte do homem branco, poderiam ser vivenciados os ideais de liberdade, individualidade e ascensão social, em um espaço de oportunidades ilimitadas. Se por um lado o homem deveria lutar para conseguir esses objetivos, por outro a natureza o recompensaria de forma dadivosa.

A visão de um Jardim do Éden, que se tornou comum nas referências à região em questão, para a qual acorriam inúmeros migrantes, pode-se relacionar com a de uma “terra prometida”, conforme observou Sérgio Buarque de Holanda a propósito do contato dos europeus com as terras americanas. Nessas paragens, “um solo generoso, sob constante primavera, dava de si espontaneamente os mais saborosos frutos”<sup>280</sup> a povos que se dispunham a trabalhar junto a uma natureza “ainda intocada”.

---

<sup>278</sup> BARTH, Fredrik (org.) *Los grupos étnicos y sus fronteras*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1976. p. 48.

<sup>279</sup> CARBONARI, María Rosa. Mitos fundantes: las fronteras sin límites y el modelo civilizador. In: CIMADEVILLA, G. e CARNIGLIA, E. (orgs.) *Comunicación, ruralidad y desarrollo*. Buenos Aires: Ediciones INTA, 2004. p. 31. Tradução livre.

<sup>280</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1996. p. 185.

Talvez uma das maiores construções discursivas da história do Paraná seja a de que essas “terras dadivosas” estavam até então vazias, desabitadas, à espera da ocupação e civilização por parte dos agentes sociais munidos de capital, que as loteassem e vendessem a “desbravadores”. Busca-se assim escamotear todo e qualquer conflito oriundo da ocupação. Conforme expõe Lúcio Tadeu Mota, a natureza, antes selvática, após a jornada de lutas e sacrifícios dos “agentes civilizadores”, derrubando a floresta a golpes de machado, é convertida nas “férteis terras roxas”<sup>281</sup>. Por esta via, infere-se que a natureza necessita ser transformada para deixar de ser hostil, e assim recompensar o trabalho humano.



Foto nº: 26.  
Autoria: Imobiliária Carezzato e França.  
Data: 1948.  
Cromia: monocromática.  
Dimensões: 17 x 23 cm.  
Acervo/procedência: Secretaria de Cultura de Santa Fé.

Conforme indicação da legenda, a fotografia foi tirada em frente à residência do “pioneiro” José Brambilla, datando de 1948. Retrata um homem sentado em um tronco de árvore. Vê-se aqui a construção deliberada de uma pose que cumpre representações de fidalguia, conferindo um ar altivo ao indivíduo retratado, que nem sequer olha para o fotógrafo. O homem está trajado com camisa, suspensório e

<sup>281</sup> MOTA, Lúcio Tadeu. *As guerras dos índios Kaingang: a historia épica dos índios Kaingang no Paraná*. Maringá : Eduem, 1994. p. 11.

gravata, o que reforça o contraste com a natureza. Note-se que sobre um dos galhos repousa um chapéu, enfatizando a representação construída. Encontramos cinco fotografias do mesmo sujeito em diferentes locais, todas com a mesma composição de cenário, além das mesmas poses<sup>282</sup>. Também encontramos a mesma fotografia reproduzida na Revista do Café de 1952, com a seguinte legenda: “Uma artística raiz de peroba na cidade de Santa Fé”. Em página subsequente vemos a fotografia de uma floresta, com a legenda: “Aqui surgirão mais ruas e jardins”. Não se menciona o presente, mas o futuro, quando a floresta seria removida em favor da edificação da cidade<sup>283</sup>.

A “natureza artística” necessitava ser transformada para se tornar um espaço habitável. Esta, outrora grandiosa, mas selvagem, cede lugar ao homem que a desbrava. Não há mais árvores, só um “toco” para atestar o desbravamento. O sujeito que posa para a fotografia constrói uma imagem de refinamento, mesmo estando em contato com a natureza. Cabe referir que a fotografia está inserida entre as que versam sobre a “colonização”, no acervo da Secretaria de Cultura da Prefeitura de Santa Fé.

Conforme discussões precedentes, a natureza transformada propiciaria a regeneração do homem pelo trabalho assentado na propriedade da terra. A construção da imagem de um jardim paradisíaco de terras roxas transcorre as representações de fecundidade, desenvolvimento e ascensão social por meio do trabalho com a terra, elevando assim o agricultor “pioneiro” à condição de um verdadeiro herói. Nessa concepção, os primeiros indivíduos que chegam a um local, com o intuito de desbravá-lo e torná-lo um espaço habitável, são os que suportam as maiores privações; assim lhes é destinado um atributo histórico de heroicidade. Todavia cabe questionar se esse atributo é reservado a todos que para aí acorrem. Nesse sentido, todo homem, para se desenvolver, precisaria se tornar proprietário de terras.

Essas questões implicam em um relacionamento com a discussão do mito da reforma agrária, construído pela Companhia Melhoramentos e reiterado por diversas vezes na região em questão. A sacralidade do direito de propriedade implicava que os “pioneiros” desejosos de melhorar de vida aceitassem as regras de mercado,

---

<sup>282</sup> Não reproduzimos toda a série aqui por razões de espaço, além de tornar a discussão repetitiva. O indivíduo em questão era um dos corretores da firma Carezzato e França, o Sr. Sidynei Bueta.

<sup>283</sup> REVISTA DO CAFÉ. Op. cit. p. 79 e p. 81 respectivamente.

pagando o preço de suas propriedades e acreditando que o futuro os recompensaria, através dos frutos da terra, mesmo que às vezes as geadas os castigassem.

As pessoas que acorriam ao Norte Novo de Londrina e Maringá procuravam novas possibilidades de vida, em face dessa terra promissora. Assim podemos novamente estabelecer uma analogia com o pensamento de Frederick Turner, para quem as “terras livres” funcionavam como uma válvula de segurança, oferecendo a oportunidade de aquisição de uma propriedade e também de independência. Esta região, como expõe Robert Wegner, tem “o papel de desafogar os centros mais industrializados, evitando assim o acirramento de conflitos sociais e econômicos”<sup>284</sup>.

Desse modo o pequeno lavrador ou assalariado deixa um local onde se tornaria um causador de instabilidade social para adentrar em uma região na qual tem sua figura construída a partir dos símbolos de heroísmo, passando a ser o “pioneiro”. Esses homens são considerados os desbravadores que descortinam a região para a chegada do progresso. Sobre um grupo de indivíduos é colocado o desenvolvimento de todo um espaço geográfico, escamoteando obviamente os personagens menos ligados ao discurso oficial.

O homem que se coloca diante da natureza selvagem deve dominá-la em nome do progresso, da civilização e da religião, mesmo temendo sucumbir perante ela; mas o “pioneiro” não teme a natureza em si, e sim, o insucesso em transformá-la, ao passo que natureza se curva à mão do homem.

Um dos maiores contos presentes na oralidade santafeense é o que versa sobre o temor da natureza diante do homem. Em um “causo”, nomeado como “a onça que tem medo de moringa”, uma onça que vagava pela propriedade de um tio do senhor Manuel Esteves, ao se encontrar frente a frente com aquele senhor, teria fugido de medo quando ele derrubou a garrafa de água que trazia para a lavoura. Sem se abalar, o agricultor teria voltado para casa para buscar nova garrafa de água, enquanto o felino fugia em disparada<sup>285</sup>.

A história teve ampla repercussão em meio à comunidade, tornando-se um lugar-comum nas representações de transformação da natureza propugnadas na nascente sociedade. Todos os entrevistados de nossa pesquisa ressaltam esse fato como verídico, pois estavam presentes no “tempo do acontecimento”. Conceitos de

---

<sup>284</sup> WEGNER, Robert. *A conquista do oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000. p. 99.

<sup>285</sup> Entrevista do Sr. Manuel Esteves publicada em *Alguns pontos da história de nossa terra* de autoria de Sérgio Macedo. Santa Fé. Snt.



que “foi assim que os bichos bravos foram fugindo da região” se tornaram recorrentes. Também encontramos esse conto em forma de matéria jornalística no *Jornal Pulsando* de 1977.

Somente por meio de uma linha de raciocínio como esta é que se tornou possível comparar a criação de cidades no interior do Estado do Paraná a uma odisséia. Tal qual Odisseu no poema homérico, os senhores Lupércio Carezzato e Militão Bento França, enfrentando inúmeros perigos, teriam escrito as primeiras páginas dessa história. Representados como autênticos bandeirantes de uma nova geração de “colonizadores”, teriam, de forma estóica, propiciado um futuro promissor a muitas pessoas<sup>286</sup>. Um futuro melhor era o desejo de pessoas como a senhora Antônia Ponciano, que afirma ter saído de Pernambuco em busca de um lugar melhor para viver, e assim constituir sua família, visto que o Paraná era uma terra de promessas. Ressalta que várias outras pessoas, vindas de todos os lugares do Brasil, fizeram como ela e seu marido, todos desejosos de melhorar de vida<sup>287</sup>.

Essa representação encontra-se presente na obra da Companhia Melhoramentos, a qual concede o título de genuínos “bandeirantes” ao coronel Antonio Barbosa Ferraz e seu filho, pela constituição de sua fazenda em solo norte-paranaense e pelas obras de infra-estrutura que realizara, visando ao aproveitamento do “filão de ouro” que seria a terra roxa<sup>288</sup>. A concepção de bandeirantismo adquire maior sentido se percebermos a tentativa de caracterização do Paraná como extensão da cafeicultura paulista: se nos séculos XVII e XVIII os paulistas haviam “prolongado” em direção ao oeste o território brasileiro, através de sua ação desbravadora, agora no século XX novos “bandeirantes” atuavam no descortinamento do Norte do Paraná.

Nesses locais o indivíduo é assaltado por temores e inseguranças ante as dificuldades encontradas inicialmente, sendo necessário o domínio sobre o ambiente. Desse modo o “sertão” torna-se incompatível com a “civilização”, que, por meio da luta desses atores sociais, transforma cotidianamente tais espaços em ambientes cultivados e tidos como civilizados. Essa conversão propicia ao homem a possibilidade de realizar seus sonhos.

---

<sup>286</sup> REVISTA DO CAFÉ. Op. cit. p. 81.

<sup>287</sup> Entrevista oral concedida a Joubert Paulo Teixeira em 26/02/2007. Duração: 1h36min.

<sup>288</sup> COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. *Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná*. Op. cit. p. 45 e seguintes.

Adentrar o “espaço sertanejo” implica em uma negociação das identidades desses agentes sociais. Esse novo local para morar foi concebido como um espaço no qual o passado podia ser eliminado e o futuro moldado à vontade. A consciência migratória desses “pioneiros” implicou numa representação de abandono de parte de sua identidade anterior. Percebemos nas várias entrevistas efetuadas um ocultamento da história anterior em favor da construção de uma nova identidade, a santafeense.

Notamos a criação de um mesmo discurso, o abandono de uma região decadente em busca de uma que lhes oferecesse uma nova vida, a cidade de Santa Fé. O realce da diferença de procedência desses atores nada mais é que uma argumentação que busca enfatizar o resultado homogêneo dessa mistura. Assim, suas vozes foram reproduzidas por um discurso que buscou se impor, o de que “somos todos irmãos, ninguém se ufana disso ou daquilo, não trouxemos bairrismos de nossas querências”<sup>289</sup>.

Desmistificar algumas dessas questões perpassa pelo entendimento das interações entre o sujeito e os mundos culturais. Tentar utilizar algumas das proposições de Stuart Hall pode ser oportuno nesse íterim. Segundo ele, essas interações tornaram-se provisórias, variáveis e problemáticas. Por esta via afirma que:

[...] O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão continuamente deslocadas.[...] à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente<sup>290</sup>.

Hall nos indica a constituição de identidades culturais que não são nem podem ser vistas como fixas, mas em contínua transição, retirando seus recursos de diferentes tradições culturais ao mesmo tempo, além de serem o produto de complicados cruzamentos e misturas culturais. Nesse sentido, ao analisarmos tal

---

<sup>289</sup> JORNAL PULSANDO. Op. cit. p. 10.

<sup>290</sup> HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 13.

contexto a contrapelo dessas representações, percebemos que o que antes era homogêneo, na verdade, é fragmentado.

Para que possamos entender o processo pelo qual esses indivíduos negociam e constroem essas novas identidades, devemos atentar para o discurso que revela seu estabelecimento em um novo espaço. A imagem construída não só pela Companhia Melhoramentos, mas também pela Imobiliária Carezzato e França – já mencionada na primeira unidade – exerceu profunda influência nas modalidades de percepção desses agentes sociais. Um passado de lutas demonstrava a recompensa com a ascensão social. Assim é relatado pela Companhia o modo pelo qual o “pioneiro” chega à região:

Instalava-se provisoriamente em rancho feito com folhas de palmeiras, planta dadivosa da mata virgem, que iria sustentá-lo nas primeiras semanas de luta: de seus troncos fazia esteios para as construções pioneiras; do seu caule obtinha o saboroso palmito<sup>291</sup>.

Tal discurso leva-nos novamente a tentar estabelecer uma analogia com as proposições de Frederick Turner. A propósito da colonização dos Estados Unidos o autor estabeleceu a região de fronteira como a linha de americanização mais rápida, onde o homem era transformado com maior rapidez. Segundo ele, o sertão dominava o colonizador. Segundo suas proposições,

[...] na fronteira, acima de tudo, o meio ambiente é duro demais para o homem. Ele tem que aceitar as condições que esse meio ambiente lhe oferece, ou perecer, e assim ele se ajusta às roças abertas dos índios e segue as trilhas indígenas<sup>292</sup>.

Por outro lado esse homem iria transformar o sertão, mas de uma forma diferente de suas velhas raízes, moldando-o como um produto novo, logo, destinado a constituir uma nova sociedade. Esse processo se daria de uma forma móvel, sempre em busca de novas fronteiras a desbravar.

É justamente essa persistência em transformar o ambiente que ajuda a construir a figura do “pioneiro” como um herói criador e da natureza como um Jardim

---

<sup>291</sup> COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. *Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná*. Op. cit. p. 124.

<sup>292</sup> TURNER, Frederick J. O significado da fronteira na história americana. In: KNAUSS, Paulo (org.) *O oeste americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner*. Op. cit. p. 25.

do Éden, um Eldorado que oferece, de forma brutal mas generosa, as possibilidades para esse homem subsistir e prosperar. Como expõe Maria José Alvarez Maurín, o caráter mítico e heróico de um ambiente de fronteira surge da dificuldade em alcançar um êxito fácil, bem como da relação do homem com esse entorno e de seu incansável esforço<sup>293</sup>.

Dessa maneira podemos entender, como expõe Pilar Marin, a ambivalência diante da natureza em seu estado primitivo e a negatividade que essa mesma natureza, ainda não transformada, exerce sobre o homem civilizado. Como indica a autora, a transformação desse ambiente em algo controlável torna-se o objetivo que guia esses “civilizadores”. A natureza apresenta-se como um espaço de possibilidades que povoam os sonhos dos imigrantes, cabendo ao homem vencê-la ou se ver derrotado por ela, caindo ele também no estado de selvageria<sup>294</sup>.

Robert Wegner tenta esclarecer alguns aspectos desse processo de adaptação ao buscar na obra de Turner a influência do pensamento de John Dewey<sup>295</sup>. Segundo ele, o homem de fronteira tem que se adaptar às condições impostas pela natureza para sobreviver, sendo esta a única forma possível de ele se desenvolver. À medida que esse homem vai transformando o ambiente, ele retoma parte de seu legado anterior, na medida em que isso for condizente com sua nova situação. Por fim, chega a um novo estágio, resultante da fusão de seu conhecimento anterior com as condições do ambiente em que vive.

Indo mais além na comparação entre Dewey e Turner, o autor indica o processo pelo qual o indivíduo de fronteira realiza

[...] uma “triagem” das crenças, processos ou instrumentos mais adequados às novas situações e necessidades com as quais se defronta. Então pode-se dizer que, a partir do segundo momento da fronteira, os adventícios passam a ter um desenvolvimento de seus hábitos, condutas, técnicas e instituições em congruência com a vida na nova terra<sup>296</sup>.

A aparente contradição entre o processo adaptativo e a construção de uma nova identidade pode ser equacionada a partir do conceito de “plasticidade”, como

---

<sup>293</sup> Vide MAURÍN, Maria José Alvarez, Las praderas fronterizas de Canada y Estados Unidos. In: \_\_\_\_\_ (coord.) *La frontera, mito y realidad del Nuevo Mmundo*. León: Universidad de León, 1994.

<sup>294</sup> Vide MARÍN, Pilar. La inversión del mundo de la frontera: la Guerra del Vietnan. In: ALVAREZ, Maria José (coord.). *La frontera, mito y realidad del Nuevo Mundo*. Op. Cit.

<sup>295</sup> WEGNER, Robert. *A conquista do oeste*. Op. cit. p. 107-109.

<sup>296</sup> Idem. p.112

concebido por Sérgio Buarque de Holanda em sua obra “Monções” de 1945 e transcrito em “Caminhos e Fronteiras”, de 1956. A propósito da implantação do europeu em terra estranha ele afirma que isso só foi possível “com a consistência do couro, não a do ferro ou do bronze, dobrando-se, ajustando-se, amoldando-se a todas as asperezas do meio”<sup>297</sup>.

Conquanto nas referidas obras o autor tenha pressuposto uma sociedade fundada em tal processo, em “Raízes do Brasil” ele já indicava alguns de seus aspectos<sup>298</sup>. Se as propagandas da região do Norte Novo de Londrina e Maringá pautavam-se no trabalho com a terra, os homens que para aqui se dirigiam estavam embevecidos pela possibilidade de riqueza com o café, ignorando os vários anos necessários para sua colheita.

Este homem, se por um lado adapta-se ao meio, assim o faz como o couro, que ao dobrar-se não apaga suas marcas anteriores. Esse é o homem que vem para a região, se adapta, pode até não dizer quem é, mas não pode apagar suas marcas culturais, trazendo em si suas vivências e experiências.

Ambas as fotografias abaixo estavam alocadas na seção “Colonização” da referida Secretaria. A primeira retrata os primeiros grupos de trabalhadores da região de Santa Fé em frente ao primeiro rancho da cidade, feito de palmito, conforme relatos dos moradores. Em lugar de remeter à idéia de pioneirismo, essa fotografia nos leva a questionar, à luz das analogias até aqui estabelecidas, a construção do personagem norte-paranaense<sup>299</sup>.

---

<sup>297</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p.

10.

<sup>298</sup> \_\_\_\_\_. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Apesar de não podermos levar ao extremo essas analogias, o capítulo “Trabalho e Aventura” da referida obra nos oferece preciosos indicativos.

<sup>299</sup> Cabe falar que muito pouco é relatado sobre essas pessoas que se dedicaram à abertura das matas, como as retratadas na fotografia em questão. A identidade de tais pessoas foi sendo esquecida pelo discurso oficial.



Foto nº: 27.  
Autoria: Imobiliária Carezzato e França.  
Data: 1948.  
Cromia: monocromática.  
Dimensões: 17 x 23 cm.  
Acervo/procedência: Secretaria de Cultura de Santa Fé.



Foto nº: 28.  
Autoria: Imobiliária Carezzato e França.  
Data: 1949.  
Cromia: monocromática.  
Dimensões: 17 x 23 cm.  
Acervo/procedência: Secretaria de Cultura de Santa Fé.

Tal qual o homem de fronteira descrito por Frederick Turner, esse homem que para aqui ocorreu se adaptou à natureza, transformou-a em algo diferente do seu lugar de origem, construindo assim o Norte Novo de Londrina e Maringá? Esse homem que se funde em um produto novo dá origem ao norte-paranaense? Essa foto nos leva a questionar o processo pelo qual homens de diversas nacionalidades se amalgamaram para a construção desse personagem. Leva-nos a perguntar também o que os define como tais. Seria a terra roxa? E mais do que nunca, antes de chegar à região, esses indivíduos não eram mineiros, paulistas, nordestinos e até italianos, japoneses, etc.?

O mencionado processo se dá pelo reforço da tenacidade desses indivíduos em construir esse novo espaço de moradia, como na fotografia 28. Nela encontramos aspectos do discurso de plasticidade aliados à construção da imagem de pioneiro. A oposição entre natureza e civilização encontra-se no plano central da imagem, que enquadra duas casas em meio a um ambiente de desmatamento. A legenda só vem reforçar esse fato, ao reafirmar o proprietário da residência como um pioneiro. A senhora Antônia Ponciano buscou ressaltar sua plasticidade, assim afirmando:

Quando cheguei aqui tive que ficar com meu marido em um galpão com a peãozada, coberto de palha de arroz. Tinha muitas cobras embaixo do galpão. Fiquei ali três meses coveando o café<sup>300</sup>.

Tais representações se espalharam pela historiografia, enfatizando a luta desses indivíduos em locais considerados “boca de sertão”<sup>301</sup>. O historiador Ruy Wachowicz indica que o “povoamento inicial” do Paraná teria se dado quando os tropeiros que se dirigiam do Sul do país em direção a São Paulo e Minas Gerais perceberam a existência de vastas extensões de terras desabitadas às margens do rio Itararé<sup>302</sup>.

Wilson Martins retorna às preocupações demográficas do presidente da província do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcelos, para argumentar que esse Estado, de meados do século XIX ao início do XX, era, em sua maior parte, um

---

<sup>300</sup> Entrevista oral concedida a Joubert Paulo Teixeira em 26/02/2007. Duração: 1h36min. “Covear” consiste na preparação de sulcos no terreno para o plantio do cafeeiro.

<sup>301</sup> Vide LUZ, France. *O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá*. Op. cit. p. 09 e 14.

<sup>302</sup> WACHOWICZ, Ruy C. *Norte Velho, Norte Pioneiro*. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987. p. 81 e seguintes.

vazio absoluto. Os únicos povoamentos humanos reconhecidos eram os do litoral e alguns “pontos avançados”. Desse modo argumenta que

[...] a província era nesse momento, do ponto de vista humano, um ilimitado deserto, interrompido irregularmente por dezenove pequenos oásis, situados a distâncias imensas uns dos outros<sup>303</sup>[...]

A preocupação dos governos subseqüentes teria sido a de povoar o Paraná, daí as justificativas das políticas agrárias e das concessões às companhias loteadoras ao longo desse período, além das tentativas de atração de imigrantes. O objetivo era consolidar um projeto que ligasse “leste-oeste paranaenses, facilitando a ocupação desses espaços praticamente vazios desde a expulsão dos jesuítas pelos bandeirantes”<sup>304</sup>. Os autores demonstram a idéia de que enquanto o Leste do Estado estava habitado, o Oeste e o Norte permaneciam desconhecidos e desabitados.

Foi construída de forma reiterativa a idéia de um espaço de terras despovoadas, à espera da chegada do homem. Essa imagem constituiu-se quase como um lugar-comum nas representações da região. Dulcilene Brambilla constrói sua versão teleológica e romântica da ocupação:

Quando ainda patrimônio, a região de Santa Fé era extremamente rica, tanto na qualidade de suas terras, como na amenidade do clima. Essa região envolta por um *cinturão de belas matas virgens*, foi destinada a ser Santa Fé. Tinha neste local um grandiosa mata, com florestas exuberantes, onde predominava valiosíssimas perobas<sup>305</sup>.

A autora estabelece o que seria o destino daquelas florestas intocadas: o de serem transformadas pela mão humana. Cabe perguntar: quem teria fixado tal destino? Teria sido Deus? Inconscientemente ou não, a autora rotula os bens da

---

<sup>303</sup> MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente*. Op. cit. p. 71.

<sup>304</sup> WESTPHALEN, Cecília M.; MACHADO, Brasil P.; BALHANA, Altiva P. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno. In: *Boletim da Universidade Federal do Paraná*. Op. cit. p. 13. A edição comemorativa da Companhia Melhoramentos menciona a presença de indígenas em onze linhas, para em seguida esquecê-los ao longo da obra. O relato é construído de maneira a omitir quaisquer dados sobre eles, indicando seu “deslocamento voluntário” para outros lugares desconhecidos. Vide p. 86 da obra COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. *Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná*. Op. cit. Nas entrevistas realizadas na cidade de Santa Fé encontramos omissão total da presença, e até da proximidade, de quaisquer grupos indígenas. Mesmo quando interpelados sobre essa questão, os entrevistados afirmaram categoricamente que nessas paragens “nunca ouviu se falar em índio”.

<sup>305</sup> BRAMBILLA, Dulcilene. *Santa Fé revive sua história*. Op. cit. p. 109. Os grifos são nossos.



natureza, ao indicar sua preciosidade para os agentes humanos que aqui se instalaram. A árvore de peroba viria com uma etiqueta de preço indicando seu valor? A naturalidade desse discurso influenciou as modalidades de percepção do espaço e a construção da própria imagem da comunidade, bem como suas memórias.

Nadir Cancian, em sua obra significativa sobre o café, também deixou passar a idéia de virginalidade das terras, porém sem os romantismos ingênuos apresentados acima. Desse modo, argumentou que “o café nem sempre esteve associado à terra roxa pura, e sim, muito mais, às terras ainda virgens, recobertas de matas”<sup>306</sup>. Por esta via concebe o Norte do Paraná no final do século XIX como uma vasta selva.

Lúcio Mota analisou em sua obra a construção do conceito de vazio demográfico na geografia e história, pela qual conceitos como o de “terras devolutas” se intercambiavam com vários outros para a concepção do Norte do Paraná como um espaço vazio e assim justificar a transformação<sup>307</sup>. Segundo ele, é dessa maneira que se constitui a idéia de um mapa vazio a incorporar os feitos da frente de expansão que avança sertão adentro, domando-o e povoando-o. A construção desse novo espaço implica a destruição de outros. Afirma ainda que o espaço transformado é do homem branco e não do indígena; todavia não menciona que também não é o do caboclo, do sertanejo, etc., além do fato de utilizar os peões somente na derrubada das matas, empurrando-os logo depois para uma nova frente de expansão.

Nesse sentido, Nelson Tomazi discorda da afirmação de um vazio demográfico, sustentada por diversos intelectuais, pois estes se esquecem “de indicar que ele já era conhecido e esquadrihado por engenheiros, agrimensores, viajantes, e que ademais viviam índios e caboclos que conheciam e habitavam esse espaço”<sup>308</sup>.

Frederick Turner havia interpretado a fronteira como um palimpsesto, um espaço onde as diferentes ondas de ocupação se sobrepõem. Haveria primeiro a onda dos “pioneiros”, que desbravam o local para a chegada do “progresso”. A segunda é composta de homens que levam a “civilização” para esse local

---

<sup>306</sup> CANCIAN, Nadir A. *Cafeicultura paranaense (1900-1970)*. Op. cit. p. 50.

<sup>307</sup> Vide MOTA, Lúcio Tadeu. MOTA, Lúcio Tadeu. *As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná*. Op. cit. p. 17-59.

<sup>308</sup> TOMAZI, Nelson Dacio. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito e GONÇALVES, José Henrique Rollo (orgs.) *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. Op. cit. p. 53.

anteriormente de fronteira, construindo ali uma sociedade. A terceira é composta pelos homens de capital, que tornam a terra uma mercadoria. Nessas diferentes ondas, a fronteira vai ficando sempre um passo adiante, sempre um lugar aonde chegar. Cada vez que o chamado sertão desaparece essa marcha para o Oeste se dirige a uma nova fronteira<sup>309</sup>.

Nadir Cancian detectou esse dinamismo, bem como a busca por novas terras, em relação ao café:

A expansão cafeeira foi sempre acompanhada de um movimento dinâmico que compreendia uma área onde o café estava penetrando; uma em que se encontrava plenamente em produção, e outra, decadente, onde a cultura se achava em declínio. Daí, a existência de centros dinâmicos onde a cafeicultura se encontrava momentaneamente no apogeu<sup>310</sup>.

É nesse espaço que se constrói a imagem do pioneiro que enriquece. No “sertão” aberto a golpes de machado a edição comemorativa da Companhia Melhoramentos indica a chegada de

[...] forasteiros surgidos de repente, famílias inteiras que de uma hora para outra apareciam vagando pelas ruas à procura dos escritórios da Companhia para comprar o seu lote e começar a vida nova plantando café. Muitos começaram assim e ficaram ricos<sup>311</sup>.

A empresa ainda ressalta a necessidade de se incentivar o pequeno agricultor, ambicioso de aumentar sua produção, enquanto os “assalariados, parceiros, arrendatários, ocupantes e posseiros’ assim são porque assim preferem ser, ao menos em sua maioria”<sup>312</sup>. A propósito de Santa Fé encontramos um discurso semelhante, mas com uma forte conotação religiosa, haja vista o vínculo do periódico citado com a Igreja. Segundo o Jornal Pulsando, “Deus abençoou Santa Fé, onde corre leite e mel para os que têm vontade de ser gente”<sup>313</sup>. Da mesma

---

<sup>309</sup> Vide TURNER, Frederick J. O significado da fronteira na história americana. In: KNAUSS, Paulo (org.) *O oeste americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner*. Op. cit.

<sup>310</sup> CANCIAN, Nadir A. *Cafeicultura paranaense (1900-1970)*. Op. cit. p. 92.

<sup>311</sup> COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. *Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná*. Op. cit. p. 141.

<sup>312</sup> Idem. p. 177.

<sup>313</sup> JORNAL PULSANDO. Op. cit. p. 12.

maneira, essas concepções estão presentes na historiografia, conforme indica France Luz,

[...] com poucos recursos e contando com a força de trabalho da própria família, o lavrador logo estabelecia a sua lavoura, promovendo o rápido desenvolvimento de uma economia agrícola na região. Em pouco tempo, a fertilidade dos solos retribuía com abundantes colheitas o esforço dispendido<sup>314</sup>.

Relatos orais nos levam a relativizar essas representações tão benévolas de riqueza, pois, como nos informa o senhor Vicente Honório, “na lavoura do café, tinha ano que sobrava muito dinheiro, mas outros anos, quando ia acertar com o patrão, zero engolia zero”<sup>315</sup>. Ao relatar os períodos prósperos e os fracassos do trabalho com a cafeicultura na modalidade de porcentagem, argumenta que, enquanto prosperou muito durante seu trabalho na propriedade do senhor Zelindo Bonésio, “saiu com uma mão na frente e outra atrás” da propriedade do senhor José Figueira. A esperança era depositada no próximo ano.

Percebemos os mesmos indicativos ao considerar o Livro Tombo da paróquia de Santa Fé. Sobre a data de dois de junho de 1957, ocasião de encerramento das comemorações do “Mês de Maria”, encontramos referências ao leilão, em que, “apesar da pobreza geral, a renda foi consoladora”<sup>316</sup>. Em maio de 1962 encontramos um tópico especificamente referente aos pobres. Fez-se necessário a congregação de pessoas para a caridade, distribuindo alimentos e roupas. Assim, “todas as segundas-feiras está marcado para atender aos pobres, que aumentam cada vez mais”<sup>317</sup>. Parece que o leite e o mel não corriam para todos e que a “terra fértil” não distribuía uniformemente suas dádivas.

José de Souza Martins concebeu a região de fronteira como um lugar não só de encontros, mas também de desencontros: de encontro entre índios de um lado e os “civilizados” do outro; entre os grandes proprietários de terras e os camponeses pobres; e de desencontros, em decorrência das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos. Assim “o desencontro na fronteira é o

---

<sup>314</sup> LUZ, France. *O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá*. Op. cit. p. 13.

<sup>315</sup> Entrevista oral concedida a Joubert Paulo Teixeira em 05/03/2007. Duração: 1h37min.

<sup>316</sup> LIVRO TOMBO da paróquia Nossa Senhora das Graças. p. 06.

<sup>317</sup> Idem. p. 21.

desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História”<sup>318</sup>.

Para autor, o pesquisador deve perceber essa diversidade de tempos, pois a distância entre o pequeno sitiante e o grande agricultor, ou entre o indígena e o branco, não é só espacial, mas também temporal. “Estão juntos na complexidade de um tempo histórico composto pela mediação do capital, que junta sem destruir inteiramente essa diversidade de situações”<sup>319</sup>. Entender que a fronteira tem dois lados e vários atores é tornar mais abrangente a concepção de humano.

A fronteira, segundo o autor supracitado, somente deixa de existir quando o conflito desaparece, à medida que os tempos se fundem, com a vitória de um dos lados. Assim, a história passa a ser a “Nossa História” de pluralidade e diversidade. Desse modo, afirmar que essas regiões de fronteira convidam à modernização, à formulação de novas concepções de vida, logicamente, implica a destruição ou escamoteamento de outras.

Percebemos em diversos entrevistados a tentativa de ocultar os conflitos. O senhor Carlos de Deus relata a inexistência de posseiros na região de Santa Fé no final dos anos de 1940, afirmando sua presença somente na região de Jaguapitã<sup>320</sup>. Tal suposição torna-se problemática quando se tem em vista a existência de depoimentos que oferecem indicativos contraditórios a essas hipóteses.

Esse desejo de ocultar os conflitos origina-se das próprias companhias loteadoras, desejosas de atrair investimentos para suas terras. Quando concordam em que eles existiam, afirmam serem em número reduzido, reembolsados e assentados em novas terras, o que se torna duvidoso, pois esses indivíduos não tinham título de propriedade nem há indicação desses locais de reassentamento. Por outro lado, é omitida a presença dos guardas particulares das companhias, os chamados “limpa-trilhos”.

Como relata Lúcio Mota:

As contradições entre os trabalhadores que não conseguem terras e fornecem a sua força de trabalho para o desbravamento das terras, e o capital representado pela companhia colonizadora, grandes

---

<sup>318</sup> MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997. p.151

<sup>319</sup> Idem. p. 159

<sup>320</sup> Entrevista oral concedida a Joubert Paulo Teixeira em 28/02/2007. Duração: 30min.

proprietários de terras, comerciantes, são camufladas com o rótulo do pioneirismo<sup>321</sup>.

O autor indica o fato de que esse conceito serve para diluir os conflitos originados a partir da ocupação desse espaço. Em uma “terra sem mal”, em que todos supostamente compunham uma grande família, não havia espaço para conflitos, pois a formação de uma cidade com caráter de comunidade deveria satisfazer os anseios de todos. O discurso que oculta toda e qualquer escaramuça vai muito além das narrativas oficiais. Resta-nos trilhar esse último caminho da memória.

### 1.3 A “grande família”

É um tempo, em suma, onde impera a concórdia perfeita entre os homens. A ira ou a tristeza ainda não os perturbou. Comuns são os campos e sem termos. Faltam o ferro, adverso à vida humana, e as cizânias, onde as guerras e o mal têm o seu germe. Ignoram-se raivosas insânias, que irão dilacerar o mundo presente. Quando chegue a velhice, os homens intrépidos, ou se dão a morte, ou conhecem uma juventude nova, por efeito de ervas encantadas. Nos dias luzentes e tépidos, não foscos e frios, em vez do ulular das feras brutas, ouve-se o trinado de aves deleitosas e lépidas. A terra que hoje dá o atro acônito ou plantas ásperas e mortíferas, adorna-se de saudável folhagem; as únicas lágrimas que vertem os bosques são as do incenso, misturado à olorosa mirra ou ao bálsamo, e a doce sombra do arvoredo suaviza os rústicos ágapes: leite e glandes ou zimbros e framboesas<sup>322</sup>.

Assim como na epígrafe acima, também percebemos nos relatos dos primeiros moradores da cidade de Santa fé a construção de representações que exaltam a beleza da região naqueles tempos, aproximando-se a uma visão idílica e reforçando a hospitalidade presente nas ações desses atores sociais. A cidade seria como uma família a acolher diversos filhos. É significativo o relato do senhor Paulo Antonio de Oliveira:

A casa que construí para mim continha muitos quartos, de modo que por muito tempo minha casa funcionou como hotel, nos rendendo um dinheirinho extra para o enxoval das meninas, mas eu

---

<sup>321</sup> MOTA, Lúcio Tadeu. *As guerras dos índios Kaingang: a historia épica dos índios Kaingang no Paraná*. Op. cit. p. 48.

<sup>322</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Op. cit. p. 191.

só cobrava de quem pudesse pagar, eu nunca deixei ninguém dormir ao relento, fosse quem fosse. A beleza natural de Santa Fé naquela época era de uma beleza que dava gosto, durante muito tempo nós comemos do palmito nativo de nossa terra<sup>323</sup>.

A terra recompensaria a ação do homem sobre aquele espaço, ação que se pautaria por uma suposta bondade, isenta de valores capitalistas. A imagem da “grande família” transita pela reiteração do discurso de união e fraternidade entre os moradores. O periódico “Jornal Pulsando” toma para si a voz dos atores que deveria noticiar e afirma que “todos tinham aquele desejo de construir uma comunidade e logo se fizeram amigos e irmãos numa grande família”<sup>324</sup>. Na seguinte fotografia percebemos a mencionada construção<sup>325</sup>:



Foto nº: 29.  
Autoria: Imobiliária Carezzato e França.  
Data: 1948.  
Cromia: monocromática.  
Dimensões: 17 x 23 cm.  
Acervo/procedência: Secretaria de Cultura de Santa Fé.

<sup>323</sup> Entrevista do Sr. Paulo Antonio de Oliveira publicada em *Alguns pontos da história de nossa terra* de autoria de Sérgio Macedo. Santa Fé. Snt.

<sup>324</sup> JORNAL PULSANDO. Op. cit. p. 10.

<sup>325</sup> Da esquerda para a direita vemos os senhores Sidynei Bueta, Avelino Carezzato, Militão Bento França e Lupércio Carezzato. O senhor à direita é José Brambilla.

A explícita intenção de que a fotografia conotasse valores familiares levou os fotografados a adotarem uma pose clássica para esse registro: os adultos atrás com crianças logo à frente. O interessante é a ausência de suas respectivas esposas. Observe-se a descontração na composição da foto, já que nem todos olham para a objetiva. O mais curioso é como o documento foi catalogado, pois devemos questionar qual o critério utilizado para definir e estabelecer a diferença entre “colonizador”, “pioneiro” e “morador”. Seriam “colonizadores” somente os senhores Lupércio Carezzato e Militão Bento França? O alinhamento dos trajes dos indivíduos ligados à imobiliária contrasta com o das outras pessoas.

Percebemos em diversos relatos a construção, em nível simbólico, de uma imagem de bravura, honestidade e união dos primeiros moradores, suportando sacrifícios para construir uma nova moradia. A cidade tornaria possível a existência dessas pessoas, porém suas ações transformariam a cidade. Além de proporcionar segurança a seus moradores, o reconhecimento do ambiente adquire importância emocional de relevo para o indivíduo. A imagem da cidade edificada a partir do nada se tornou recorrente nas representações santafeenses.

Esses atores buscam afirmar uma sociabilidade que supostamente se tornaria fraternal na medida da convivência em um mesmo local. Como indica a fala da senhora Lázara Brambilla (popularmente conhecida como “Lazinha”), a propósito das festas juninas na cidade:

Todas as famílias se ajuntavam para fazer aquela festança, era uma alegria para todos os preparativos da festa [...] os mais moços brincavam de casamento espanhol, e as pessoas mais velhas contavam casos ao pé da fogueira<sup>326</sup>.

Nas tardes os moradores colocavam bancos de madeira e cadeiras em frente às suas casas para conversar. Segundo o relato da senhora Antônia Ponciano, as pessoas eram muito unidas no município de Santa Fé. As novenas nas capelinhas das propriedades eram freqüentes, reunindo todos os moradores das “Águas”. Quando da época da colheita os agricultores trocavam dias de serviço uns com os outros, para que todos pudessem ter seus frutos colhidos. Ainda indica que aos domingos era comum o convite para almoço em casa de vizinhos. Se chegasse à

---

<sup>326</sup> Entrevista da Sra. Lázara de O. Brambilla publicada em *Alguns pontos da história de nossa terra* de autoria de Sérgio Macedo. Santa Fé. Snt.

colônia uma família migrante sem posse nenhuma, todos se uniam para ajudá-la da melhor forma possível<sup>327</sup>.

Imbuído dessa argumentação, o Jornal Pulsando ressalta ser a organização de mutirões a expressão do cristianismo daquela população. Antes da emancipação de Santa Fé, dificilmente a prefeitura de Astorga efetuava alguma benfeitoria nas estradas que ligavam à cidade. O periódico relata a ocorrência de inúmeros prejuízos com a deterioração de alimentos nos transportes que encalhavam em dias de chuva. Desse modo, a própria população se reunia para “consertar estrada, secar banhados, fazer pontes, roçar picadas, encher buracos”<sup>328</sup>.

A nostalgia de um tempo pretérito é evidente nas falas dos personagens, como informa o senhor Manuel Esteves, ao dizer que

[...] foi a época mais feliz da minha vida. Quando havia festa de casamento na cidade todo mundo era convidado.[...] As pessoas eram bastante servideiras, ninguém negava favores a ninguém<sup>329</sup>.

Da mesma maneira o senhor Eloy nos afirmou que “naquela época todos se conheciam, casamento era ocasião para reunir a cidade inteira, assim como todas as festas da igreja”<sup>330</sup>. Segundo ele, cartorário de profissão, o que mais fazia aos sábados e domingos era participar de almoços de casamento, chegando a “enjoar de tanto comer frango”; e afirma que não eram somente os casamentos que reuniam os moradores: quando morria alguém, toda a cidade comparecia para se solidarizar com a família, passando a noite de vigília.

Os depoimentos destacam que a Santa Fé “dos primeiros tempos” era um local seguro, no qual não havia violência e todos eram como irmãos. Assim, a senhora Lázara Brambilla afirma que “praticamente não havia necessidade de policiamento em nossa cidade naquela época, não era como hoje que a maioria das pessoas vivem se pegando pelo mínimo motivo”<sup>331</sup>. Esse testemunho se opõe simbolicamente ao tempo atual, no qual a depoente detecta o individualismo. Nas

---

<sup>327</sup> Entrevista oral concedida a Joubert Paulo Teixeira em 26/02/2007. Duração: 1h36min.

<sup>328</sup> JORNAL PULSANDO. Op. cit. p. 12.

<sup>329</sup> Entrevista do Sr. Manuel Esteves publicada em *Alguns pontos da história de nossa terra* de autoria de Sérgio Macedo. Santa Fé. Snt.

<sup>330</sup> Entrevista oral concedida a Joubert Paulo Teixeira em 18/02/2006. Duração: 2h:35 min.

<sup>331</sup> Entrevista da Sra. Lázara de O. Brambilla publicada em *Alguns pontos da história de nossa terra* de autoria de Sérgio Macedo. Santa Fé. Snt.



suas reminiscências o tempo passado remete à segurança, à união e ao saudosismo.

France Luz, a propósito do processo de ocupação de Maringá, detectou o mesmo discurso e fez as mesmas afirmações. Por esta via, afirma que:

O pequeno povoado do 'Maringá Velho' foi crescendo. Muitas famílias novas chegando e se integrando à vida comunitária incipiente. Embora procedessem de vários pontos do país, logo passaram a constituir um grupo bastante unido, esquecidas das diferenças que entre elas existiam. Todos se auxiliavam na medida do possível e os recém-chegados recebiam toda a assistência que se fizesse necessária<sup>332</sup>.

Mais adiante, apesar de admitir o desrespeito às leis, indica que atos violentos teriam sido exceções à regra. Afirma ainda, junto com as vozes dos "pioneiros", a preponderância da união e solidariedade naqueles tempos, em oposição à atualidade. Assim conclui, a propósito de Maringá: "pode-se afirmar que se formou um núcleo ordeiro, voltado para o trabalho e composto de famílias bem constituídas"<sup>333</sup>.

A propósito desse tema o Jornal Pulsando ofereceu sua fala:

Os pioneiros fazem questão de frisar que Santa Fé foi sempre uma cidade ordeira. Tudo era resolvido como em uma grande família. Manuel Esteves lembra que o povo bebia tanto aos domingos, que tinha dia, que dava para contar até sessenta bêbados por debaixo das árvores, mas não saía briga e havia muito respeito. Seu Roncaglia diz com saudades que naquele tempo os maridos podiam sair para trabalhar no pesado, enquanto suas mulheres e filhas cuidavam do bar ou da quitanda, que ninguém abusava<sup>334</sup>.

O senhor Carlos de Deus assevera que Santa Fé era local de pessoas muito bondosas, não se ouvindo falar em brigas ou mortes. Mesmo havendo até trezentos peões alojados em um só barracão, não se ouvia falar de conflitos envolvendo essas pessoas, apesar de beberem várias caixas de aguardente<sup>335</sup>.

A isso devemos contrapor outra ótica, a do senhor José Duarte, para quem "o povo era unido, mas havia também os nortistas briguentos no meio da população"<sup>336</sup>

---

<sup>332</sup> LUZ, France. *O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá*. Op. cit. p. 67.

<sup>333</sup> Idem. p. 69.

<sup>334</sup> JORNAL PULSANDO. Op. cit. p. 11.

<sup>335</sup> Entrevista oral concedida a Joubert Paulo Teixeira em 28/02/2007. Duração: 30min.

<sup>336</sup> Entrevista oral concedida a Joubert Paulo Teixeira em 05/03/2007. Duração: 27min.

(aqui ele se refere aos peões que derrubavam as matas). Segundo ele, muitas vezes brigavam entre si no trabalho na floresta, conhecendo-se casos de morte. Devemos considerar tal percepção, uma vez que se encontra documentada a morte de um funcionário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná em um bar da cidade de Santa Fé, esfaqueado por um baiano. Esse funcionário, um engenheiro, era conhecido por seu sobrenome, Tosta. Os conflitos também se davam no esporte. O jogo de futebol atraía o interesse de tantos moradores que se tornava motivo de freqüentes brigas, principalmente com times rivais de cidades vizinhas.

Da mesma maneira, o senhor Carlos de Deus afirma que a política em Santa Fé era muito calma, não havendo conflitos partidários em épocas eleitorais. Provavelmente tal concepção se deva ao fato de esse senhor, desde cedo, se haver dedicado à vida política. Por três vezes foi eleito vereador, nas gestões de Airton Luís Darcol Trevisan (1965-69), Anésio Sandrini(1969-73) e Edwil Caliani, de 31/03/73 a 31/01/77. Nessa ocasião abdicou de seu mandato para trabalhar como fiscal geral da prefeitura, um cargo de confiança do prefeito. Aqui podemos inserir uma réplica a esse argumento, e também à alegação de que a cidade não necessitava de policiamento, visto ser muito “ordeira”. Observe-se a fotografia abaixo:



Foto nº: 30.  
Autoria: Sr. Eloy R. dos Santos.  
Data: 18/11/1956.

Cromia: monocromática.  
Dimensões: 11,4 x 8,6 cm.  
Acervo/procedência: Sr. Eloy R. dos Santos.

Na imagem acima encontramos quatorze oficiais de polícia posando em frente ao prédio da delegacia da cidade. O senhor Eloy dos Santos atesta que essa medida foi necessária para garantir a segurança na cidade. Somaram-se a esses policiais outros quatro que exerciam atividade em Santa Fé, totalizando dezoito homens. Tal fato deve ter chamado atenção. Note-se a mulher com uma criança, no canto esquerdo, a olhar a tomada da fotografia.

O referido senhor informa que o primeiro pleito transcorreu em clima de relativa normalidade, pois ambos os candidatos haviam sido representantes do distrito de Santa Fé na Câmara de Astorga - o senhor Salvador de Domênico Sobrinho pelo Partido Trabalhista Brasileiro e o senhor Ivo Fracalossi pelo Partido Social Democrático. Não obstante, apesar do pacto efetuado na cidade, de que ambos deveriam disputar o cargo de prefeito, devido ao fato de terem exercido a função política, a cidade não ficou livre de distúrbios<sup>337</sup>.

Como assevera o senhor Eloy, responsável pela propaganda na campanha a prefeito do senhor Salvador, este construiu sua imagem de político a partir do altruísmo, adquirindo a confiança das pessoas, pois era proprietário de uma farmácia. O mesmo procedimento era difícil para o senhor Ivo Fracalossi, pois, sendo proprietário de uma serraria, não tinha esse contato com a população, e também, como afirma o senhor Eloy, era propenso à violência. Por outro lado, contava com o apoio do então governador do Estado, Moisés Lupion, que garantiu que se o senhor Ivo fosse eleito o governo implantaria uma usina hidrelétrica na cachoeira “Salto do rio Bandeirantes”, haja vista que o município era abastecido por geradores.

Esse contexto dividiu as famílias cidadinas, originando diversas rixas políticas, que aumentaram nos períodos subseqüentes, além de ocasionarem uma ferrenha disputa pelos votos rurais. Encontramos no acervo do senhor Eloy inúmeras fotografias de comícios nas chamadas “Águas”. Segundo ele nos informa, “se um candidato fosse na Água das Pedras fazer campanha, no outro dia o candidato contrário estava lá fazendo o mesmo”. Informa que a primeira campanha foi a que originou a maior quantidade de caravanas nas “Águas”.

---

<sup>337</sup> Entrevista oral concedida a Joubert Paulo Teixeira em 18/02/2006. Duração: 2h35min.

O senhor Vicente Honório atesta que política em Santa Fé era sinônimo de briga. Segundo ele, o senhor Salvador de Domênico, seu candidato de preferência, teve que se refugiar antes da eleição em um sítio às margens do rio Bandeirantes, onde morava um filho seu, enquanto sua residência sofria represálias<sup>338</sup>. Para que pudesse transitar de forma segura, necessitou compor uma guarda particular de quatro pessoas. Conforme o relato do supracitado senhor, todo o conflito cessou quando da vitória de Salvador de Domênico, a despeito da oposição declarada do governador do Estado do Paraná. O prefeito eleito foi então carregado nos braços do povo pelas ruas da cidade.

A fotografia seguinte retrata uma multidão de pessoas em frente de uma edificação. Em todo o centro do documento ficou enquadrada a multidão. O fotógrafo, posicionado do outro lado da rua, enquadrando parcialmente esse contingente de pessoas, mas deixou parte da fachada do prédio fora do enquadramento. Aqui a legenda indica o local e a data da fotografia, bem como a oportunidade que a gerou.

Foto nº: 31.  
Autoria: Sr. Eloy R. dos Santos  
Data: 18/11/1956.  
Cromia: monocromática.  
Dimensões: 5,6 x 6,4 cm .  
Acervo/procedência: Sr. Eloy R. dos Santos.



Em 18/11/1956 se deu a eleição do primeiro prefeito da cidade de Santa Fé. O momento também nos ajuda a explicar o traje das pessoas na fotografia. Era um domingo, quando as pessoas trajavam suas melhores roupas, daí muitos estarem de terno, pois também era dia de eleições. No alto da fotografia se vê parte da fachada do prédio. Percebe-se que as inscrições estão invertidas, sendo isto omitido da legenda. Mesmo assim é inteligível a inscrição “Norte do Paraná” e também as letras “l” e “a”. A

<sup>338</sup> Entrevista oral concedida a Joubert Paulo Teixeira em 05/03/2007. Duração: 1h37min.

contextualização desse documento nos permite inferir que o estabelecimento no qual funcionou a seção eleitoral abrigava o “Banco Agrícola Norte do Paraná”.

Como dissemos, os momentos eleitorais na cidade, desde o primeiro pleito, foram marcados por uma espécie de fragmentação social. O discurso de união dos moradores foi substituído nos períodos de eleição por uma narrativa que separa os grupos sociais a partir de seus interesses partidários. Sempre dois blocos rivais, cada um apoiando um candidato, se enfrentaram em todos os pleitos, voltando depois à união. A importância das eleições, nessa ótica, deriva da luta pela definição dos rumos da cidade.

A narrativa que apregoa a união - embora esta se mostre fragmentada em diversas ocasiões - não deve ser interpretada como uma falácia, mas sim - conforme lembra Pierre Bourdieu - como um discurso que visa impor como legítima determinada visão social a todo o grupo, tornando-a consenso e ao mesmo tempo conferindo visibilidade ao grupo social em meio a outras coletividades e outras concepções. Como define o referido autor, as lutas a respeito da identidade regional são

[...] um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio da fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos<sup>339</sup>.

Retornando à questão, o Livro Tombo da paróquia indica que de vinte de maio a três de setembro de 1960 o pároco José Bedim conseguiu congregiar todas as facções políticas na aceitação de um candidato único, o senhor Oséias Ribas Ferreira, pelo Partido Trabalhista Brasileiro<sup>340</sup>.

Essa atitude gerou controvérsias e foi criticada por várias pessoas, entre elas os senhores Manoel Fernandes e Eloy R. dos Santos. Apesar de este último ser petebista, criticava o envolvimento do padre na campanha, tentando fazer valer suas inclinações políticas. Já o senhor Fernandes, da oposição, criticava o que para ele seria a “quebra dos princípios da democracia”. Vemos que tal atitude descontentou ambos os lados.

---

<sup>339</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Op. cit. p. 113.

<sup>340</sup> LIVRO TOMBO da paróquia Nossa Senhora das Graças. p. 16 verso.

Assim, o grupo do qual fazia parte o senhor Fernandes resolveu lançar a candidatura de Airton Luís Darcol Trevisan, pelo Partido Social Democrático. Os conflitos eram ocasionados pelas divergências entre esses dois partidos políticos, reeditando as divergências em nível nacional. Contando com o apoio do pároco, o senhor Oséias Ferreira venceu o pleito por uma pequena diferença de votos, não antes de inúmeros conflitos políticos e atos de vandalismo, como o disparo de tiros no motor-gerador da igreja, praticados por jagunços adeptos do candidato de oposição.

Destarte o vigário, de 20 de maio até o dia das eleições (23 de outubro), fez campanha política aberta em favor do candidato Oséias Ferreira e contra o que ele chamava de “inimigos da união, do progresso e da religião”. Nesse período se retirou por um mês da cidade, em caráter de férias (ele relata problemas de saúde e decepções com parte da população) e só retornou em meados de outubro, após as eleições. Com isso a inauguração da nova matriz, inicialmente marcada para o dia 1º de novembro, quarto aniversário da paróquia, ficou adiada para o dia oito de dezembro. No dia dezanove de março de 1961 encontramos no supracitado livro a indicação de uma ameaça, feita pelo senhor José Pimenta – membro do Partido Social Democrático – ao vigário, o qual abandonou a paróquia, enquanto afirmava que os políticos adversários aproveitaram a ocasião para semear discórdias. Dom Geraldo Fernandes, bispo da diocese de Londrina, da qual fazia parte a paróquia de Santa Fé, resolveu afastar o padre por um mês. No Livro Tombo, às palavras “após um mês de castigo” foram acrescentados os dizeres “para a paróquia”, afirmando a inocência do vigário. A recepção quando de seu retorno é relatada como entusiástica, mas os conflitos não terminariam. Em vinte e sete de novembro de 1961 é relatada uma denúncia ao bispo por parte de outro membro do Partido Social Democrático, o senhor Eduardo Bortoluzzi, o que levou à retirada do pároco da cidade.

No referido livro, de forma quase ilegível, encontra-se a nota do bispo de Londrina afirmando que, após todas as investigações necessárias, deveria ficar para a história sua decisão de retirar o pároco da cidade de Santa Fé. Em sua carta de despedida (o padre não se despediu em público) o pároco relata a permanência em

suas reminiscências dos amigos que fizera nesta cidade, mas invoca o castigo dos céus aos que o haviam ofendido, até a hora do arrependimento dos pecados<sup>341</sup>.

Desse momento em diante ficava desfeita a “grande família”, pois o tênue discurso de união e fraternidade era dilacerado em todos os momentos políticos. Se o padre solicitou o reconhecimento de Deus e da História para as suas obras, percebemos por meio de sua trajetória a fragilidade daquele discurso. Tentamos ao mesmo tempo buscar os contextos em que se enunciaram determinadas narrativas, construindo modalidades de materialização da memória, mas também relativizar certos mitos que se mesclaram à história da cidade.

---

<sup>341</sup> Segue em anexo a página vinte do LIVRO TOMBO da paróquia Nossa Senhora das Graças, na qual consta tal carta.

## ***Considerações finais***

### ***Faces de uma memória imagética***

Nos últimos vinte anos a imagem vem deixando de ser um mero instrumento ilustrativo da pesquisa histórica para assumir cada vez mais seu papel como documento, transformado em fonte. Todavia, parece que o processo ainda não se completou. Talvez algum dia isso venha a acontecer. Herdeiros de uma tradição textual, os mesmos historiadores que criticam o ditame de que “a história se faz com textos” muitas vezes utilizam outras fontes somente para corroborar o escrito. Nega-se a codificação da fonte imagética em favor de uma naturalidade referencial, construindo simplesmente um testemunho do “estar ali”.

Sem dúvida isso se deve, em parte, ao pouco preparo dos historiadores para trabalhar com outros tipos de fonte, principalmente a visual, que exige uma marcada interdisciplinaridade, também já propugnada há pelo menos 70 ou 80 anos por Bloch e Febvre, além de Le Goff e muitos outros renomados historiógrafos. Atualmente vários estudiosos da imagem vêm rechaçando o uso da fotografia como ilustração de estudos. Eles salientam a negatividade de se usarem documentos imagéticos como mera confirmação de conhecimentos produzidos a partir de fontes escritas, ou ainda como uma indução argumentativa, dando veracidade aos resultados obtidos em dada investigação.

Em nossa pesquisa buscamos adentrar o mundo escondido atrás da imagem. Para isso, tornou-se primordial extrair elementos que nos permitissem dialogar com os atores que no passado construíram essas formas de representação. Homens e mulheres que nós não conhecíamos, mas que, a despeito disso, tinham muito a dizer sobre as vivências na sociedade contemporânea, esperavam questionamentos que os fizessem falar.

Tal procedimento implicou no entendimento das funções dessas formas de representação. Se, por um lado, fizemos nossos questionamentos à luz de um novo tempo, também tentamos salvaguardar essa memória do esquecimento a que até então estava fadada. Tentamos assim salvá-la de sua “segunda morte”, mesmo que em certos momentos tenhamos nos assemelhado a Jacques Le Goff, em sua



tentativa de, através da história, tentar “esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros”<sup>342</sup>.

De fato, o que tentamos empreender foi o entendimento das “relações de força” que condicionam a construção das fontes, e por conseqüência, a imagem que uma sociedade deixa de si. Como afirma o historiador Carlo Ginzburg:

[...] As fontes não são nem janelas escancaradas, como pensam os cépticos: no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes. A análise da distorção específica de qualquer fonte implica já em um elemento construtivo. Mas a construção [...] não é incompatível com a prova<sup>343</sup>.

As memórias construídas em torno de momentos considerados importantes e necessários para eternizar determinadas representações da comunidade utilizaram-se da fotografia como um documento capaz de manter vivas essas reminiscências, garantindo a coesão do grupo em torno de valores que buscaram impor como extensivos socialmente, contribuindo para perpetuar modos de vida e conhecimentos. Podemos observar na série de fotografias analisadas a materialização dessas memórias, que constituem a matéria-prima para a construção das identidades santafeenses. Além disso, a análise dessas imagens também nos permitiu detectar as contradições desse discurso.

Como salientou Michael Pollack, o trabalho de enquadramento da memória vai além da produção de discursos organizados em torno de grandes acontecimentos ou personagens e se realiza também na confecção de objetos materiais e nas “pedras da cidade”<sup>344</sup>. De outro modo, ao reconstruírem suas experiências à luz do presente, esses atores sociais denotam a importância daquele espaço em suas vidas.

Um fato que se tornou marcante em nossa pesquisa foi o falecimento de um de nossos entrevistados, o senhor Eloy Rodrigues dos Santos justamente na ocasião em que efetuávamos nossas considerações parciais. Esse acontecimento nos fez refletir sobre certas questões, como a tentativa de recuperação da memória da cidade, realizada pela Prefeitura Municipal de Santa Fé em 1991.

---

<sup>342</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Op. cit. p. 29.

<sup>343</sup> GINZBURG, Carlo. *Relações de força: História, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 44.

<sup>344</sup> POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*. Op. cit. p. 10.

Essa instituição monumentalizou os primeiros moradores da cidade, instituindo-os como pioneiros, condecorando-os, festejando-os. Entretanto uma grande questão ficou ausente: a vida desses pioneiros é finita, e não registrar suas experiências e saberes, que de fato não foram registradas, é permitir a fuga do primordial, pois quando deixarem esta vida estas experiências estarão perdidas para as próximas gerações, ficando somente ritos e comemorações esvaziadas de significado.

Também nos questionamos sobre reflexões de Ecléa Bosi, principalmente da sua afirmação sobre o fato de que as pessoas idosas seriam investidas de uma função social, a de serem receptáculos das memórias de um grupo. Afastadas da vida produtiva, teriam uma única função, a de lembrar. A partir de nossas entrevistas, podemos concordar com ela quando afirma que

[...] o vínculo com outra época, a consciência de ter suportado, compreendido muita coisa, traz para o ancião alegria e uma ocasião de mostrar sua competência. Sua vida ganha finalidade se encontrar ouvidos atentos, ressonância<sup>345</sup>.

Outrossim nos interrogamos sobre os motivos que levaram essas pessoas a compartilharem conosco suas experiências. Desse modo, novamente nos apropriamos das palavras de Pollack, para concluir que cinquenta anos depois

[...] convergem razões políticas e familiares que concorrem para romper esse silêncio: no momento em que as testemunhas oculares sabem que vão desaparecer em breve, elas querem inscrever suas lembranças contra o esquecimento<sup>346</sup>.

Através dos documentos produzidos pelos atores envolvidos no processo de ocupação da cidade, bem como de suas vozes na atualidade, tentamos reconstruir suas memórias, ao mesmo tempo em que analisávamos seus discursos. Por meio da exposição inserida na primeira unidade empreendemos o estudo das representações construídas pelas narrativas que buscavam atrair moradores à cidade.

---

<sup>345</sup> BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 82.

<sup>346</sup> POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*. p. 06.

Dessa maneira, percebemos as esperanças depositadas em um novo local de morada, sendo que essas pessoas reforçavam o sentimento pela cidade à medida que lutavam por sua construção. Assim, desde cedo a natureza representou para eles uma página em branco, na qual deveriam ser inscritas suas ações. A natureza transformada em espaço cultivado indicava a possibilidade de frutificação dos anseios daquela população, permeada da ambição pela “fértil terra roxa” e do próprio desenvolvimento da cidade.

Na segunda unidade buscamos entender o processo pelo qual a fotografia se torna um lugar de memória, proporcionando o retorno simbólico a um tempo pretérito. Percebemos a presença de espaços de elevada importância na regulação dos costumes da cidade. Seu discurso e suas sociabilidades indicaram a reunião de pessoas que buscavam se tornar uma comunidade. A construção da fotografia junto às suas práticas revelou-nos a significância desse documento, bem como a função de sua existência em meio às famílias atuais, que buscam manter sua identidade.

Por fim, na unidade terceira, empreendemos a caracterização do discurso que buscou se impor a todo o Norte Novo do Paraná - significativo, já que estudávamos a formação de uma cidade dessa região. Percebemos assim a recorrência de narrativas que pautaram a ocupação desse espaço, como a construção do vazio demográfico, o mito da terra fértil – que culminou na caracterização dos “pés vermelhos” – entre outros fatos.

Encontramos a referida localidade depositária de uma visão de paraíso perdido, de uma terra em que todos podiam se reconstruir por meio do trabalho. Percebemos a construção da imagem de uma terra de promessas, que instigava os sonhos daqueles que buscavam um lugar que oferecesse melhores condições de vida para fixar sua morada. A construção de uma suposta identidade para o norte-paranaense perpassava por essas justificativas de ocupação da região, embasando a idéia de ascensão social. Nessa terra, onde todos, supostamente, compunham uma grande família, buscamos analisar possíveis fraturas desse discurso; e encontramos-las nos períodos eleitorais da cidade de Santa Fé, ciosamente ocultadas até então. Compreendemos assim algumas das lutas para impor determinadas representações.

Dessa maneira, percebemos a fotografia enquanto um jogo composto por fotógrafos, observadores e modelos, segundo a exposição de Philippe Dubois<sup>347</sup>. Esse jogo buscou construir representações sobre determinados momentos considerados importantes para eternizar. Todavia, essas imagens de um tempo cristalizado se impuseram sob a forma de um discurso, sujeito às leituras plurais ao longo tempo. Da mesma forma, essa série de fotografias ora analisadas nos indica múltiplas faces de uma cidade que se transformou ao longo das épocas. Desse modo as páginas escritas sob o solo santafeense se sobrepõem, obrigando-nos a atuar como arqueólogos na busca das diferentes camadas soterradas.

Empreender uma análise sistêmica sobre um conjunto de fontes variadas e complexas - e por outro lado muito ricas - torna-se uma tarefa difícil, pois os questionamentos originados a partir daí colocam em xeque certezas até então estabelecidas sobre os próprios documentos, mas principalmente sobre os referentes desse material.

Ao iniciar essa empreita nos propusemos a oferecer novas modalidades de leitura aos documentos fotográficos, no que julgamos ter obtido êxito, mesmo porque nosso objetivo central não era fazer ou refazer algum tipo de história de Santa Fé, mas sim, analisar as representações das memórias dos agentes históricos dessa localidade. Por outra via, questionar um discurso oficial sobre a história de uma cidade gera amplas polêmicas, o que nos leva a concluir, assim como já fizeram historiadores renomados, que nossa história não é a história das comunidades que estudamos, porém a crítica deve começar em meio a nós, objetivando minar clichês há muito estabelecidos e oferecer novas possibilidades de interpretação dos processos históricos.

Remetemos-nos assim ao além de tempos pretéritos para analisar a materialização das memórias desses atores sociais e as identidades interpeladas por eles. Entender a formação da cidade de Santa Fé incita a tais questionamentos, originados a partir de uma perspectiva imagética. O presente trabalho torna-se dessa maneira tanto visual quanto escrito, pois não é facultado somente a nós elaborar questões a partir desses documentos, mas também o leitor poder avaliar a validade de nosso caminho, ou ainda trilhar o seu próprio.

---

<sup>347</sup> Vide DUBOIS, Philippe. O golpe do corte: a questão do espaço e do tempo na fotografia. In: *O ato fotográfico e outros ensaios*. Op. Cit.

## **CORPO DOCUMENTAL**

### **FONTES IMAGÉTICAS**

#### **Fontes fotográficas**

Acervo da família Thomazella.

Acervo da Paróquia Nossa Senhora das Graças de Santa Fé.

Acervo da Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Santa Fé.

Acervo do Sr. Eloy Rodrigues dos Santos.

Acervo do Sr. José Duarte.

#### **Fonte fílmica**

*Cidade Santa Fé*. [Filme]. Rossi Filmes. Londrina. 1950. 30 min. PxB. Son.

### **FONTES ORAIS**

#### **Entrevistas e depoimentos**

A)

Entrevista oral da Sra. Antonia Ponciano, concedida a Joubert Paulo Teixeira em 26/02/2007. Santa Fé – Paraná. Duração: 1h36min.

Entrevista oral da Sra. Marcília Peghim, concedida a Joubert Paulo Teixeira em 26/02/2007. Santa Fé – Paraná. Duração: 27min.

Entrevista oral da Sra. Tereza de Jesus Fernandes, concedida a Joubert Paulo Teixeira em 13/12/2003. Santa Fé – Paraná. Duração: 50min.

Entrevista oral do Sr. Carlos de Deus, concedida a Joubert Paulo Teixeira em 28/02/2007. Santa Fé. Duração: 30min.

Entrevista oral do Sr. Eloy Rodrigues dos Santos, concedida a Joubert Paulo Teixeira em 18/02/2006. Santa Fé – Paraná. Duração: 2h35min.

Entrevista oral do Sr. José Duarte, concedida a Joubert Paulo Teixeira em 05/03/2007. Santa Fé - Paraná Duração: 27min.

Entrevista oral do Sr. Vicente Honório, concedida a Joubert Paulo Teixeira em 05/03/2007. Santa Fé – Paraná. Duração: 1h37min.

B)

Entrevista da Sra. Lázara de Oliveira Brambilla publicada em *Alguns pontos da história de nossa terra* de autoria de Sérgio Macedo. Santa Fé. Snt.

Entrevista do Sr. Manoel Fernandes publicada em *Alguns pontos da história de nossa terra* de autoria de Sérgio Macedo. Santa Fé. Snt.

Entrevista do Sr. Manuel Esteves publicada em *Alguns pontos da história de nossa terra* de autoria de Sérgio Macedo. Santa Fé. Snt.

Entrevista do Sr. Paulo Antonio de Oliveira publicada em *Alguns pontos da história de nossa terra* de autoria de Sérgio Macedo. Santa Fé. Snt.

## **FONTES IMPRESSAS**

### **Matérias jornalísticas**

JORNAL PULSANDO. Diocese de Apucarana. Julho de 1977.

### **Revistas**

REVISTA DO CAFÉ. [Curitiba?]. 1952. Snt.

SANTA FÉ: 21 ANOS PRODUZINDO O MELHOR CAFÉ. Santa Fé: Prefeitura Municipal, 1975.

SANTA FÉ: JUBILEU DE PRATA. Santa Fé: Prefeitura Municipal, 1981.

## **Documentos**

LIVRO TOMBO da paróquia Nossa Senhora das Graças. Santa Fé, Paraná.

## **BIBLIOGRAFIA**

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ALVAREZ, Maria José (coord.). *La frontera, mito y realidad del nuevo mundo*. León: Universidad de León, 1994.

ANDRADE, Ana Maria Mauad de S. *Sob o signo da Imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX*. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF-CEG-ICHF, 1990.

AUMONT, Jacques. *A imagem*. Campinas: Papyrus, 2006.

ARRUDA, Gilmar (org.). *Natureza, fronteiras e territórios*. Londrina: Eduel, 2005.

BAKHTIN, Mikhail M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 2002.

BALHANA, Altiva P. et al. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969.

BARROS, Myriam M. L. Memória e família. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1989, v. 02, nº 03.

BARTH, Fredrik (org.) *Los grupos étnicos y sus fronteras*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

BARTHES, Roland. *A câmara clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

\_\_\_\_\_. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (orgs.) *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998.

BRAMBILLA, Dulcilene. *Santa Fé revive sua história*. Snt.

BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

\_\_\_\_\_. *Variedades da História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CANCIAN, Nadir A. *Cafecultura paranaense (1900-1970)*. Curitiba: Grafipar, 1981.

CARBONARI, María Rosa. Mitos fundantes: las fronteras sin límites y el modelo civilizador. In: CIMADEVILLA, G.; CARNIGLIA, E. (orgs.) *Comunicación, ruralidad y desarrollo*. Buenos Aires: Ediciones INTA, 2004.

CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.) *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

\_\_\_\_\_. A História hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. v.07, n.13, p.97-113, 1994.

\_\_\_\_\_. Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.08. n. 16, 1995, p. 179-192.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, Unesp, 2001.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. *Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná*. São Paulo: Editora Ave Maria, 1977.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DEBRAY, Régis. *Vida e morte da imagem: uma história do olhar no Ocidente*. Petrópolis: Vozes, 1993.



DE PAULA, Jeziel. *1932: imagens construindo a história*. Campinas/Piracicaba: Unicamp, Unimep, 1998.

DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique R. (orgs.) *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: Eduem, 1999.

DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Campinas: Papirus, 1994.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FABRIS, Annateresa. Redefinindo o conceito de imagem. In: *Dossiê Arte e Linguagens: revista brasileira de história*. ANPUH, v. 18, nº 35, 1998.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

FRANCASTEL, Pierre. *A imagem, a visão e a imaginação: objeto fílmico e objeto plástico*. Lisboa: Edições 70, 1983.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C.A. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. *Relações de força: História, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GONÇALVES, José Henrique R. "A mística do pioneirismo", antídoto contra o socialismo: Bento Munhoz da Rocha Neto, a reforma agrária e o Norte do Paraná nos anos 50 e 60. In: *Revista de História Regional*, v. 2, n.1. Disponível em site [www.revistas.uepg.br](http://www.revistas.uepg.br). Acesso em Dez./2006.

GONÇALVES, José R. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, Iphan, 2002.

GONÇALVES, José R. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, jan/jun, 2005, vol. 11, nº 23.

- GUAZZELLI, César A.B. et al. *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HOBBSAWM, Eric J. *A era do capital*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HOBBSAWM, Eric J.; RANGER, Terence (orgs.) *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- HUNT, Lynn (org.) *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Campinas: Papyrus, 1996.
- JORNAL PULSANDO ESPECIAL. Apucarana, 1983. Número especial.
- KNAUSS, Paulo (org.) *O oeste americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner*. Trad. Paulo Knauss e Ina de Mendonça. Niterói: EdUFF, 2004.
- KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. Cotia: Ateliê Editorial, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Fotografia e história*. São Paulo; Ática, 1989.
- LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1996.
- LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (orgs.) *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- LOVISOLO, Hugo. A memória e a formação dos homens. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1989, v. 02, nº 03.

LUZ, France. *O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá*. Maringá: Prefeitura Municipal, 1997.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente*. São Paulo: Anhembi, 1955.

MENESES, Ulpiano T. B. A história cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 34, 1992.

MOTA, Lúcio Tadeu. *As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná*. Maringá : Eduem, 1994.

NEIVA JÚNIOR, Eduardo. *A imagem*. São Paulo: Ática, 1994.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo, n. 10, dez. 1993.

PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

PELEGRINI, Sandra de Cássia A. e TEIXEIRA, Joubert Paulo. *Os conceitos de imagem e realismo fotográfico na pesquisa histórica*. Unicamp-Campinas, artigo eletrônico n. 2711, 2007. Disponível em: [www.historiaehistoria.com.br](http://www.historiaehistoria.com.br). Acesso em: 09/02/2008.

PELEGRINI, Sandra de Cássia A. e ZANIRATO, Sílvia H. (orgs.) *Dimensões da imagem: abordagens teóricas e metodológicas*. Maringá: Eduem, 2005.

PELEGRINI, Sandra C. A. e ZANIRATO, Sílvia H. (orgs.) *Narrativas da pós-modernidade na pesquisa história*. Maringá: Eduem, 2005.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 05, n. 10, 1992, p. 200-212.

\_\_\_\_\_. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 02, n. 03, 1989, p. 03-15.

REVEL, Jacques (org.) *Jogos de escalas*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1982.

RUSSEL, Bertrand. *Os problemas da filosofia*. Disponível em site [www.blackmask.com](http://www.blackmask.com), [www.cfh.ufsc.br](http://www.cfh.ufsc.br), [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br) . Acesso em Jan/2007.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à comarca de Curitiba: 1820*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

SCHWARTZ, S.; LOCKHART, J. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TEIXEIRA, Joubert Paulo et al. Descrevendo fotografias. In: MORELLI, Ailton J. (org.) *Introdução ao estudo de história*. Maringá: Eduem, 2005. v. 27, p. 101-116.

TOMAZI, Nelson Dacio. *Norte do Paraná: histórias e fantasmagorias*. Tese de doutoramento. Curitiba: UFPR, 1997.

TURNER, Frederick J. El significado de la frontera em la historia americana. In: CLEMENTI, Hebe. *F. J. Turner*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1992.

VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VIEIRA, Ildeu M. *Jacus e picaretas: a história de uma colonização*. Maringá: Bertoni, 1999.

WACHOWICZ, Ruy C. *Norte Velho, Norte Pioneiro*. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987.

WEGNER, Robert. *A conquista do oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

WESTPHALEN, Cecília M.; MACHADO, Brasil P.; BALHANA, Altiva P. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno. In: *Boletim da Universidade Federal do Paraná*, Departamento de História, n. 07, 1968.

ZIENTARA, Benedikt. Fronteira. *Enciclopédia Einauldí: Estado e Guerra*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, v.14, 1989, p. 306-317.

# ***ANEXOS***

## ***ANEXO 1 – O compromisso contra a geada***

## **COMPROMISSO**

Virgem Maria, Medianeira de todas as Graças e bendita Padroeira desta Paróquia de Santa Fé, dignai-vos aceitar a consagração que de todos nós fez, neste momento, o nosso Vigário.

E nós, abaixo assinados, à presença do SSmo. Sacramento, à presença do próprio Vigário e dos paroquianos de Santa Fé, queremos hoje fazer o seguinte compromisso:

Se ficarmos livre da geada, ofereceremos anualmente espontânea e livremente, para as obras da nossa Paróquia e da nossa Diocese, o 10% da nossa colheita de café. Entendemos obrigar-nos em consciência e desejamos que os nossos filhos um dia renovem o presente compromisso.

Nossa Senhora das Graças, livrai-nos do perigo da geada, e nós cumpriremos fielmente a nossa Promessa!

Do que damos fé perante Deus, com nossa assinatura.

Santa Fé, aos 2 de Junho de 1957.

Assinados:

- 1) Gerônimo Favato “Bandeirantes”
- 2) Domingos Travaglia “Água do Ó”
- 3) Irmãos Pinheiro – Água Bandeirante
- 4) Francisco Jambers “Água do Braz”
- 5) José Francisco de Paula
- 6) João Candido da Silva
- 7) Luiz Bistafa
- 8) João Batista
- 9) Acácio Duarte
- 10) José Barboza
- 11) Hermenegildo Righetto
- 12) Domingo Colombo
- 13) Honório Colombo
- 14) Caetano Colombo
- 15) Joaquim Dias Bicudo

***ANEXO 2 – A carta de despedida do Padre José Bedim –  
27/11/1961***



## ***Despedida***

Amigos paroquianos !

Não tenho coragem para despedir oficialmente em público. Deixo minha despedida no livro da história desta querida Paróquia. O futuro Vigário poderá levá-la ao vosso ouvido, se achar conveniente.

Poucas pessoas conhecem a sensibilidade de meu pobre coração, e só elas poderão medir a profundidade do meu sofrimento em deixar esta amada família católica de Santa Fé, onde eu sonhei viver e trabalhar até a morte !

Para onde eu for, levarei comigo a lembrança de tantos amigos bons e dedicados, sobre os quais invoco as maiores e melhores bênçãos do Bom Deus e a recompensa maternal de nossa padroeira.

Levarei também a amarga recordação de certos “fariseus” que tantas lacrimas causaram a este pobre sacerdote: sobre eles invoco o remorso e o castigo de Deus, mas só até a hora do arrependimento, quando então deverá vencer a misericórdia divina, da qual todos nós precisamos. !!!

Recordai aos pés da Rainha das Graças o trabalho e os sofrimentos deste vosso primeiro Vigário ! E não façam com outro sacerdote o que fizeram com ele !

Até a vista, amados paroquianos !

Até nos encontrar no céu !

Sempre amigo de Santa Fé

Pe. José Bedim